UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

BRUNA TATIANNE MOURA DE QUEIRÓS

O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA E APOIO AOS ALUNOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA DO IFNMG – *CAMPUS* ALMENARA: um estudo sobre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

DIAMANTINA/MG

2015

BRUNA TATIANNE MOURA DE QUEIRÓS

O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA E APOIO AOS ALUNOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA DO IFNMG – *CAMPUS* ALMENARA: um estudo sobre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Instituições Educacionais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão de Instituições Educacionais.

Orientador: Prof. Dr. Wellington de Oliveira

DIAMANTINA/MG
UFVJM
2015

Ficha Catalográfica – Serviço de Bibliotecas/UFVJM Bibliotecário Anderson César de Oliveira Silva, CRB6 – 2618.

Q38p

Queirós, Bruna Tatianne Moura de
O Programa de Assistência e Apoio aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica do IFNMG – Campus Almenara: um estudo sobre a Educação Profissional Técnica de nível médio / Bruna Tatianne Moura de Queirós. – Diamantina, 2015.
119 p. : il.

Orientador: Wellington de Oliveira

Dissertação (Mestrado Profissional – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Instituições Educacionais) - Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

1. Assistência Estudantil. 2. Política Social. 3. Educação. 4. Permanência. I. Título. II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

CDD 378.3

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

BRUNA TATIANNE MOURA DE QUEIRÓS

O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA E APOIO AOS ALUNOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA DO IFNMG – *CAMPUS* ALMENARA: um estudo sobre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Instituições Educacionais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão de Instituições Educacionais

Diamantina, 29 de setembro de 2015.

Comissão Examinadora:

_____

Prof. Dr. Wellington de Oliveira

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Orientador

_____

Prof. Dr. Rogério Cunha de Campos

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Membro Examinador

_____

Prof.ª Mestre Mônica Liz Miranda

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Membro Examinador

Dedico este trabalho às pessoas que sempre me incentivaram a prosseguir firmemente nos meus propósitos, meu esposo, minha filha e minha mãe. E ao meu pai Edvaldo Moura de Oliveira (*in memorian*), por ser minha fonte eterna de inspiração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pela graça da vida, pela força a mim concedida para realizar meus sonhos e seguir em frente nos meus propósitos.

Agradeço ao meu esposo, Marcos Varlei Silva Brito e à minha filha, Evilly Thauany Queirós Brito, pela compreensão e incentivo, e por compreenderem minhas ausências.

Agradeço à minha mãe que, mesmo distante, se faz presente em cada momento da minha vida.

Agradeço ao Professor Dr. Wellington, meu orientador, por acreditar em mim, por ter me acolhido de "braços abertos" e por ter me concedido liberdade para pensar, pesquisar e escrever.

Agradeço a todos os alunos do IFNMG – *Campus* Almenara que contribuíram para "dar vida" a este trabalho.

RESUMO

A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), por meio do Programa de Assistência e Apoio, abrange um conjunto de auxílios que tem, por objetivo, garantir a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nessa instituição de ensino. Entretanto, parte-se do pressuposto de que o programa não abarca a totalidade desses alunos, bem como não atende às suas reais demandas. Nesse sentido, a presente pesquisa foi proposta com o intuito de problematizar de que forma a permanência dos estudantes tem sido assegurada pelo referido programa, com o objetivo de identificar os desafios e as contribuições deste para a permanência dos alunos da educação profissional técnica de nível médio. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo descritiva que lançou mão de levantamento bibliográfico, para aprofundar a discussão sobre o objeto de estudo e delinear conceitos importantes. Foi utilizada pesquisa documental para selecionar os sujeitos da pesquisa, bem como identificar questões relevantes para o trabalho, como a evolução dos auxílios concedidos no decorrer dos anos, o quantitativo de alunos beneficiados e o montante de recursos investidos. Foi realizado estudo de campo por meio de entrevista semiestruturada, com a finalidade de identificar a opinião dos estudantes sobre o Programa de Assistência e Apoio vinculado à Política de Assistência Estudantil. A análise e interpretação dos dados foram realizadas por meio do método de análise de conteúdo e evidenciadas através de categorias de análise, gráficos, tabelas e inferências. Os resultados da pesquisa confirmaram a hipótese inicial de que nem todos os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica são contemplados pelo programa, e, quando contemplados, os auxílios ficam bem aquém de suas necessidades. Nesse contexto, torna-se necessário aos alunos procurar formas alternativas para complementar o valor dos auxílios recebidos, situação identificada como um desafio a ser superado, somada ainda à falta de regularidade dos pagamentos. Os recursos alocados para a operacionalização do programa em questão, não apresentam relação com o quantitativo de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e não têm como parâmetro a satisfação de suas necessidades, por guardarem estreita relação com a compatibilização orçamentária. Cabe ressaltar, no entanto, que apesar das dificuldades encontradas para a permanência dos alunos, evidenciou-se também a inegável importância do programa, pois a maioria dos alunos não vislumbraria possibilidades de dar continuidade aos estudos sem o recebimento dos auxílios. Nesse sentido, é preciso reafirmar a sua importância, e, ao mesmo tempo, repensar a sua operacionalização.

Palavras-chave: Assistência Estudantil, Política Social, Educação, Permanência.

ABSTRACT

The Student Assistance Policy at the Federal Institute of Education, Science and Technology from the North of Minas Gerais (IFNMG), through the Program of Assistance and Support to students, includes an aid set that aims ensuring the permanence of its students that are in a situation of socioeconomic vulnerability at the school. However, it is assumed that the program does not cover all the students, and does not meet their real demands. In this sense, this research was proposed in order to discuss how the permanence of students has been ensured by this program in order to identify its challenges and contributions to the permanence of students from middle-level professional education. This is a qualitative research, which made use of descriptive literature to further discuss the subject matter and outline important concepts. Document research was used to select the research subjects and to identify relevant issues to the work, as the evolution of aid granted over the years, the amount of assisted students and the amount of resources invested by the government. Document research was performed to select the research subjects and to identify relevant issues to the research, as the quantitative evolution of aid granted over the years, the amount of assisted students and the amount of resources invested. Field study was conducted through semi-structured interviews, in order to identify the views of students on this assistance program that is bound to the Student Assistance Policy. Analysis and interpretation of data were performed by content analysis method and evidenced through categories of analysis, charts, tables and inferences. The survey results confirmed the initial hypothesis that not all students in socioeconomic vulnerability are covered by the program, and when included in it, the aid doesn't fulfill their needs. In this context, it is necessary that students look for alternative ways to supplement the amount of aid received, a situation that was identified as a challenge to be overcome. In addition, there is a lack of regularity of payments by the government. The resources allocated for the implementation of the program in question displayed no relation to the amount of students in socioeconomic vulnerability, and do not have as parameters the satisfaction of their needs, due to its relation with budget compatibility. It should be noted, however, that despite the difficulties in the retention of students, the undeniable importance of the program was evidenced, since most students do not glimpse possibilities to continue their studies without the aid. In this sense, we must reaffirm its importance, and at the same time, rethink its operation.

Keywords: Student assistance, social policy, education, permanence.

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
AUM	Associação Universitária Mineira
AUMP	Assistência Universitária Mendes Pimentel
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEPEB	Caixa do Estudante Pobre Edelweiss Barcellos
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPTC	Educação Profissional e Tecnológica
EUA	Estados Unidos da América
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FUMP	Fundação Mendes Pimentel
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituições de Educação Superior
IFNMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NAE	Núcleo de Assistência Estudantil
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEBE	Programa Especial de Bolsas de Estudos
PIB	Produto Interno Bruto
PIPMO	Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra
PIPEXT	Bolsas Vinculadas a Projetos de Incentivo à Pesquisa e Extensão
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEJA	Programa de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UMG	Universidade de Minas Gerais
UNE	União Nacional dos Estudantes

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Responsável pela manutenção financeira da família 79
Gráfico 2 - Fonte de renda do(a) provedor(a) do lar.....80
Gráfico 3 – Escolaridade dos responsáveis pela manutenção financeira da família 80
Gráfico 4 – Renda *per capita*familiar 81
Gráfico 5 – Dificuldades econômicas para a manutenção no IFNMG.....85
Gráfico 6 – Suficiência do valor dos auxílios para a garantia da permanência.....88
Gráfico 7 – Conhecimento sobre a situação de alunos que desistiram dos estudos no IFNMG por falta de condições financeiras.....92
Gráfico 8 – Existência de condições de permanência no IFNMG sem o recebimento dos auxílios.....92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estimativa de alunos contemplados pela Assistência Estudantil em 2011.....63
Quadro 2 – Estimativa de alunos contemplados pela Assistência Estudantil em 2012.....64
Quadro 3 – Percentual de alunos contemplados pela Assistência Estudantil em 2013.....65
Quadro 4 – Percentual de alunos contemplados pela Assistência Estudantil em 2014.....66
Quadro 5 – Evolução das vagas referentes ao auxílio transporte intermunicipal.....70
Quadro 6 – Evolução das vagas referentes ao auxílio transporte intermunicipal.....71
Quadro 7 – Evolução das vagas referentes ao auxílio alimentação.....71
Quadro 8 – Evolução das vagas referentes ao auxílio permanência.....72
Quadro 9 – Evolução das vagas referentes ao auxílio moradia.....73
Quadro 10 – Evolução das vagas referentes ao auxílio cópia e impressão.....74
Quadro11 – Evolução das vagas referentes ao auxílio uniforme.....74
Quadro 12 – Sentimentos/reação sobre a aprovação no IFNMG.....83
Quadro 13 – Estratégias utilizadas para arcar com os custos dos estudos em decorrência do ingresso no IFNMG.....87
Quadro 14 – Tipos de auxílios recebidos em 2014 pelos entrevistados.....88
Quadro 15 – O significado do recebimento dos auxílios.....90
Quadro 16 – Preocupações com relação à permanência no IFNMG.....94
Quadro 17 – Opinião sobre a Política de Assistência Estudantil.....96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL 12

1 A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA SOCIAL 16

1.1A PRÁTICA DE ASSISTÊNCIA NAS SOCIEDADES PRÉ-INDUSTRIAIS: as primeiras leis dos pobres 16

1.2 A NOVA LEI DOS POBRES DE 1834: o surgimento da política social sob a influência do pensamento liberal 19

1.3A POLÍTICA SOCIAL NO *WELFARE STATE* 22

1.3.1A especificidade do Brasil 23

1.4A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA SOCIAL, ESTADO E CLASSES: delineando conceitos e evidenciando contradições 28

1.4.1 Política Social 28

1.4.2 Estado 29

1.4.3 Classes 31

2 A HISTORICIDADE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL 34

2.1 A ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS POBRES EM MINAS GERAIS: a intervenção não estatal das associações e fundações privadas 34

2.2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL 38

2.3 O CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO: o direito ao acesso e à permanência educacional previsto nas normativas legais 39

2.3.1 Breve reflexão sobre o período anterior à década de 20 39

2.3.2 A Política Educacional na "Era Vargas" 40

2.3.3 Pós-Vargas 44

2.3.4 A redemocratização do país e a efervescência dos Movimentos Sociais: a Assistência Estudantil a partir da década de 80 49

3 A OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFNMG 54

3.1 BREVE RELATO SOBRE O SURGIMENTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 54

3.2A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFNMG 55

3.2.1 O Programa de Assistência e Apoios aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e a sua execução no *Campus* Almenara 60

3.2.1.1 A evolução dos auxílios no decurso dos anos 63

4 O ESTUDO DE CAMPO: os sujeitos da pesquisa 76

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA E DOS RESPECTIVOS GRUPOS FAMILIARES 78

4.2 A PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA SOBRE O IFNMG E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: inferências e análises 82

CONCLUSÕES 100

REFERÊNCIAS 105

ANEXOS..... 114

ANEXO A - Critérios utilizados para a elaboração da matriz orçamentária de 2013, referente à Política de Assistência Estudantil.....115

APÊNDICES.....117

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista.....118

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....119

INTRODUÇÃO GERAL

Desde os primórdios, a educação formal propedêutica sempre foi voltada para a classe dominante, e se constituiu como privilégio da elite. À classe trabalhadora restava a profissionalização compulsória, a aprendizagem de ofícios associada ao ensino das "primeiras letras", a educação para o trabalho manual.

Com a redemocratização do país na década de 80, esse panorama começa a ser alterado, pelo menos do ponto de vista teórico. A Constituição Federal de 1988 é promulgada, e, com ela, a educação é incluída no rol dos direitos sociais e concebida como universal. Assim como é previsto a garantia de condições de acesso e permanência às instituições educacionais. Contudo, em meioao cenário de desigualdades sociais brasileiro, é necessário oportunizar, através de ações concretas, que esses direitos sejam efetivados, o que exige o desenvolvimento de políticas sociais compensatórias, que, ao focalizar um público vulnerável, poderá contribuir para criar condições de igualdade desses sujeitos.

Nesse contexto, surge o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), destinado a proporcionar condições que viabilizem a permanência dos alunos das universidades públicas federais, e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, mais comumente denominados por Institutos Federais[1]. Em decorrência desse programa, as instituições educacionais elaboram suas Políticas de Assistência Estudantil, bem como os respectivos programas.

No IFNMG, foi criado, vinculado à Política de Assistência Estudantil, o Programa de Assistência e Apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, foco deste trabalho, por meio do qual são disponibilizados auxílios financeiros e serviços de apoio à permanência dos discentes na Instituição. No entanto, apesar da "garantia" da permanência, na prática, essa ação ainda é controversa. Parte-se do pressuposto que nem todos os alunos que fazem jus aos auxílios são contemplados, e que, mesmo aqueles que são, não têm suas necessidades atendidas integralmente.

Nesse sentido, a presente pesquisa foi proposta com o intuito de problematizar de que forma a permanência dos estudantes tem sido assegurada pelo referido programa, com o objetivo de identificar os desafios e as contribuições deste para a permanência dos alunos da

[1] Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia serão denominados, neste trabalho,por "Institutos Federais", considerando ser esta a terminologia adotada por meio de sua lei de criação – Lei n.º 11.892/2008.

educação profissional técnica de nível médio. Para tanto, foi realizada uma descrição do processo de operacionalização da Política de Assistência Estudantil, desde a definição do orçamento até o processo de seleção dos alunos. Foi realizado também um levantamento sobre os valores dos auxílios ofertados pelo *Campus* Almenara desde a sua implantação até o ano de 2015, assim como se verificou a situação socioeconômica dos alunos entrevistados e os custos para a permanência. Também foi averiguada a opinião dos estudantes sobre o Programa de Assistência e Apoio vinculado à Política de Assistência Estudantil, devido à sua importância para as análises.

A realização do estudo se deu por razões de ordem pessoal, social e científica. A motivação pessoal ocorreu em função da inserção desta pesquisadora no Núcleo de Assistência Estudantil (NAE) do *Campus* Almenara, setor responsável pela seleção dos discentes que pleiteiam os auxílios do Programa de Assistência e Apoio aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Portanto, foi percebido que, embora exista um programa voltado à permanência, nem todos os alunos tinham suas demandas atendidas, nem suas necessidades satisfeitas.

Além disso, há que se considerar que se trata de uma temática de grande relevância social e científica, considerando que, apesar do discurso da democratização da educação, de sua universalização, o ingresso nos estudos nem sempre é acessível às classes sociais mais pauperizadas. E, quando o é, os percalços para permanecer na instituição escolar muitas vezes assolam as expectativas da continuidade dos estudos, e, por conseguinte, de sua conclusão. Essa situação ainda é mais severa no ensino médio, denominado como o “gargalo” do sistema educacional pelo Ministério da Educação.

Baseando-se nos dados dos últimos censos escolares realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), não se identificou um crescimento no número de matrículas nos últimos anos, referente ao ensino médio; pelo contrário, identificou-se uma estagnação do número de matrículas de 2007 até 2012 e diminuição em 2013, representado pelo elevado número de retenções, abandono e não ingresso (COSTA, 2013). Os obstáculos a serem enfrentados para o acesso e permanência dos estudantes no ensino médio estão relacionados com o contexto socioeconômico vivenciado por estes (trabalho precoce, gravidez na adolescência, violência familiar, etc.), bem como aos fatores ligados à organização da própria escola (infraestrutura precária, desmotivação do corpo docente, conteúdos distantes da realidade dos alunos) (UNICEF, 2014).

A educação profissional integrada ao ensino médio é vista como possibilidade de enfrentamento de adversidades socioeconômicas, na medida em que possibilita ao aluno

cursar o ensino médio e se qualificar profissionalmente ao mesmo tempo. De acordo com Ciavatta e Ramos (2011), esse tipo de ensino se constitui como necessidade para que a educação tecnológica se efetive para os filhos dos trabalhadores. Na mesma linha de pensamento, Moura (2010) considera o ensino integrado como uma possibilidade de trabalho do jovem de classe menos favorecida, por possibilitar sua inserção no campo profissional ao término do ensino médio, entendendo que esse jovem não pode se dar ao "luxo" de esperar mais tempo para trabalhar.

Esse tipo de ensino integrado é ofertado pelo IFNMG, e representa a maior parte de suas matrículas. Mas, para além do ingresso, é preciso criar mecanismos condizentes com a permanência, seja no ensino médio em que o problema tem apresentado proporções maiores, seja em quaisquer outros níveis de ensino, de forma a proporcionar igualdade de oportunidades aos sujeitos desiguais.Dos alunos que pleitearam os auxílios da Política de Assistência Estudantil em 2014 – ano de referência deste estudo – aqueles provenientes dos cursos integrados se constituíram como público mais pauperizado, logo, 72,7% dos sujeitos da pesquisa são oriundos desse tipo de ensino.

Nesse sentido é que surge o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), disciplinado em 2007 pelo Ministério da Educação, direcionado aos estudantes universitários das universidades públicas, e estendido, a partir de sanção presidencial do PNAES em 2010, aos estudantes dos Institutos Federais, de forma a atender às suas especificidades.

Contudo, há que ressaltar que as recentes conquistas não foram fruto de ação isolada do Estado, mas de reivindicações sociais e também de interesses governamentais, que serão analisados neste trabalho, a partir da apreensão dos processos sociais constitutivos.

Dessa forma, no **primeiro capítulo,** realiza-se umresgate sobre a trajetória da Política Social, elucidando o significado do termo "assistência" e seus destinatários, em decursos históricos diferentes. O objetivo foi identificar como a prática de assistência se configurou em diferentes tipos de sociedade e com qual finalidade. Nesse sentido, foram abordadas as formas de proteção social na sociedade inglesa, materializada por meio das Leis dos Pobres. Da mesma maneira, o Estado de Bem Estar Social e as políticas sociais trabalhistas e assistencialistas brasileiras também foram discutidos. O capítulo apresenta ainda a definição conceitual de política social, Estados e classes, a qual norteará todo o trabalho.

O **segundo capítulo** trata da historicidade da Assistência Estudantil, desde as práticas empreendidas em Minas Gerais por meio de Associações de estudantes e de professores, à sinalização de uma política social pública de responsabilidade estatal no Brasil, ambas voltadas à educação superior pública federal, nível de ensino vinculado ao surgimento da

Política de Assistência Estudantil. Além disso, discorre sobre o cenário educacional brasileiro, enfatizando como se deu o acesso à educação em diferentes períodos históricos (antes da década de 20; na "Era Vargas"; nos governos que sucederam a Era Vargas e no período após a redemocratização do país, a partir dos anos 80), e, por conseguinte, como a permanência dos estudantes era indicada nas normativas legais, sobretudo nas Constituições Federais e Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) promulgadas. Procurou-se assim evidenciar aquais níveis de ensino a assistência aos estudantes estava associada, de forma a identificar a sua incursão na educação profissional – foco deste trabalho.

No **terceiro capítulo** é descrita a operacionalização da Política de Assistência Estudantil no IFNMG. Para tanto, inicia-se com um breve relato sobre a origem dos Institutos Federais, de forma a demarcar o surgimento do IFNMG, bem como de sua Política de Assistência Estudantil, com enfoque para o Programa de Assistência e Apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Assim, descreve-se o processo de implantação da referida política, seu público-alvo, o processo de seleção dos alunos, como é feito o cálculo dos recursos para o repasse aos c*ampi*, a evolução do quantitativo de vagas de auxílios entre 2011 a 2015, o quantitativo de alunos beneficiados e o montante de recursos investidos.

O **quarto e último capítulo** apresenta os dados do estudo de campo, evidenciando o contexto socioeconômico em que os sujeitos da pesquisa estão inseridos, e a percepção destes a respeito do Programa de Assistência e Apoio vinculado à Política de Assistência Estudantil.

Por fim, acredita-se que o estudo poderá contribuir para desvelar o modo como a permanência dos alunos é assegurada pelo referido programa, de forma a identificar os desafios e as contribuições para a garantia da permanência dos alunos, oportunizando assim, a sua revisão ou a sua manutenção.

1 A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA SOCIAL

Para discutir sobre Assistência Estudantil é preciso elucidar o significado do termo "assistência", bem como o seu surgimento e destinatários, de forma a compreendê-la no contexto das políticas sociais. E posteriormente fazer as correlações com a política educacional. Portanto, imergir na história, é necessário.

1.1 A PRÁTICA DE ASSISTÊNCIA NAS SOCIEDADES PRÉ-INDUSTRIAIS:as primeiras leis dos pobres

A prática de assistência é antiga e se constitui como traço marcante de toda e qualquer sociedade, pois, como já assinalava Yazbek (2010, p. 1), "não encontramos sociedades humanas que não tenham desenvolvido alguma forma de proteção aos seus membros mais vulneráveis", seja através da família, do Estado ou de organizações diversas como as religiosas.

De acordo com Sposati et al. (2014, p. 59), a prática de assistência "[...] se inscreve sob diversas formas nas normas morais de diferentes sociedades", mas sempre ancorada em suas concepções de pobreza.

Na Idade Média, a pobreza era tratada como algo natural, fruto da predisposição divina. Assim sendo, cabia às Igrejas e aos leigos cristãos com melhores condições financeiras "acolherem", prestar assistência aos pobres, prática considerada virtuosa e necessária aos que buscavam a Deus. De acordo com Sposati et al. (2014, p. 59), "a vida terrena era considerada transitória e o consolo dos aflitos forma de transcender a essa transitoriedade."

Nesse período, a pobreza, apesar de imensa, não representava um perigo à ordem social, seja porque os pobres estavam conformados com sua própria sorte; seja pela rigidez da estrutura social da sociedade medieval (CASTEL, 2013, p. 55).

No entanto, "a benemerência, como um ato de solidariedade, foi se constituindo em prática de dominação", corporificada nas Leis dos Pobres inglesas (SPOSATIet al., 2014, p. 60).

Entre o século XIV a XVIII, que compreende as sociedades pré-industriais, a pobreza assume formas diferentes, tornando-se uma "ameaça" à ordem vigente e um problema a ser combatido. Com a transição do feudalismo ao capitalismo, período denominado como Idade Moderna, a população do campo, "expulsa" do seu território, migra para a cidade em busca de

emprego. Constituem-se assim nos centros urbanos, uma força de trabalho livre, supérflua e sem emprego.

Com o objetivo de manter a ordem social, o uso da força passa a ser largamente difundido. A palavra assistência passa a se configurar como sinônimo de repressão, atrelada a práticas coercitivas e reguladoras, direcionadas aos pobres e efetivadas pelo Estado, com a finalidade de reprimir o que consideravam como "vagabundagem" e, promover a ordem social. Destaque se dá para as leis inglesas, as famosas Leis dos Pobres:

> [...] um conjunto de regulações sociais assumidas pelo Estado, a partir da constatação de que a caridade cristã não dava conta de conter possíveis desordens que poderiam advir da lenta substituição da ordem feudal para a capitalista, seguida de generalizada miséria, desabrigos e epidemias (PEREIRA, 2011, p. 61-62).

Nesse contexto de transição do Feudalismo para o Capitalismo, a primeira Lei dos Pobres, ou *PoorLaws,* surge na Grã-Bretanha em 1388. O objetivo da Lei era o de conter repercussões negativas que por ventura viessem a ocorrer, em razão das mudanças ocorridas na sociedade à época. Para tanto, recorria-se ao uso da força e da coerção para punir severamente os chamados "vagabundos", os desocupados que perambulavam pelas cidades e eram considerados como um risco eminente de desordem. "Vagabundos" estes que nada mais eram senão os trabalhadores do campo, expulsos de suas terras e à mercê da própria sorte na cidade à procura de trabalho. Camponeses que, com suas terras usurpadas, foram obrigados a vender sua força de trabalho. Assim, "aos que não foram incorporados ao mercado de trabalho, temporária ou permanentemente, se fez toda uma legislação repressiva", sendo marcados com ferro e até condenados à morte, de acordo com Faleiros (2000, p. 12).

A partir de 1530, o Estado redefine algumas ações e passa a assumir responsabilidade mínima sobre os mendigos, mas apenas os inválidos, permitindo sua mendicância em lugares predeterminados, e assistência por meio das Paróquias. Contudo, a repressão aos pobres válidos persistiu, com indução compulsória ao trabalho prevista em lei, a partir de 1576 (PEREIRA, 2011).

Contudo, nem mesmo a repressão foi capaz de resolver o problema da mendicância, do não trabalho, da denominada "vagabundagem". Como alternativa, em 1601 é criada uma Nova *Poor Law*, no reinado da rainha Elizabeth. Uma lei menos repressiva, centrada na gestão da pobreza através da divisão de pobres em categorias. De acordo com a Lei, cada grupo receberia a assistência de acordo o seu "merecimento", ou seja, de acordo sua capacidade e disposição laboral. Nesses termos, os inválidos e impotentes, compreendendo aqui os idosos, os deficientes e os doentes, eram considerados como merecedores da

assistência, e, portanto, deveriam ser assistidos por meio das *Poor-houses* ou Casas dos Pobres. Quanto aos válidos, deveriam ser encaminhados para as *Workhouses* ou Casas de trabalho, para trabalhar. E aqueles denominados insolentes, preguiçosos, encaminhados para reformatórios ou Casas de correção.

Em 1662 foi criada uma nova Lei dos Pobres, a Lei de Residência (*Sttlement Act*), que impedia que o trabalhador migrasse para outras cidades em busca de melhores salários. Dessa forma, o trabalhador ficava sujeito a aceitar qualquer tipo de trabalho, pois, caso contrário, não teria direito à assistência. A prestação de assistência passa a exigir, além da comprovação da condição de incapacidade, a comprovação de territorialidade, de domicialização.

Com o passar dos anos, surge o Mercantilismo e, a partir deste, há o reconhecimento da importância do valor do trabalho para a economia de um país (CASTEL, 2013), e, portanto, da necessidade de combate ao ócio. Então, as três categorias de atendimento aos pobres se fundem em apenas uma: a prestação de assistência interna nas *Workhouses.* A partir desta nova configuração, todo e qualquer pobre deveria trabalhar para ser merecedor de assistência, o que foi providencial aos interesses da época, considerando que, dessa forma, "[...] se tinha braços para trabalhar a baixo custo" (PEREIRA, 2011, p. 66).

Considerando a forma com que vinha sendo praticada, com a exploração do trabalho alheio sob o discurso da proteção, de acordo com Pereira (2011, p. 66), a assistência interna foi alvo de críticas, o que levou à abolição das *Workhouses* em 1782, justificada, de acordo com Castel (2013), pela necessidade de "liberdade" do trabalhador. A partir desse período, incentivou-se a assistência externa dos pobres em geral, sobretudo por meio das paróquias, contudo não houve uma linearidade na prática.

Com as transformações societárias advindas da Revolução Industrial e da intensificação do processo de industrialização, aliados à degradação das condições de vida da população, a assistência antes prevista para funcionar em sociedades pré-industriais, e destinada aos mendigos, inválidos, desamparados e órfãos e desempregados em geral, passa a incluir também os trabalhadores, através da aprovação da Lei de *Speenhamland* de 1795. De acordo com Pereira (2011, p. 67):

> A escassez de alimentos produzida pelas baixas colheitas e por conflitos bélicos, passou a requerer novas modalidades de política social. Agora, não só os impotentes e desempregados, mas também os empregados, tinham de ser sustentados, em vista da presença ameaçadora da fome e do aumento do preço dos produtos de primeira necessidade.

A nova Lei dos Pobres se desvincula do atendimento exclusivo aos não trabalhadores, e passa a se constituir como "medida assistencial de proteção ao trabalho", de acordo com Boschetti (2001, p. 33), na medida em que passa a garantir uma complementação salarial independentemente da localidade ou da condição laboral do indivíduo – diferentemente de como vigorava nas Leis dos Pobres anteriores. E, portanto, desobriga o trabalhador de se submeter a quaisquer condições de trabalho.

Contudo, a intervenção estatal realizada por meio da referida Lei não foi vista com "bons olhos" pelos liberais, que defendiam uma economia autorregulada, e que tinha como defensores Thomas Malthus e Joseph Townsend. Para eles, a assistência aos pobres era considerada como uma prática de incentivo ao não trabalho, ao ócio, à vagabundagem. Tais pensamentos influenciaram o surgimento de uma nova Lei de "assistência" aos Pobres, a *Poor Law Amendment Act*, de 1834 (PEREIRA, 2011).

1.2 A NOVA LEI DOS POBRES DE 1834: o surgimento da política social sob a influência do pensamento liberal

De acordo com Fraser (1984 apud PEREIRA, 2011, p. 67-69), até a implantação da Lei dos Pobres de 1834, não havia formulações teórico-filosóficas de peso sobre a política social. Coexistiram várias práticas de "proteção social", como visto na seção anterior.

Somente no século XIX é que se implanta, de fato, uma política social, contudo baseada em preceitos liberais, na não intervenção estatal nos problemas sociais, e materializada por meio da Lei dos Pobres de 1834.

Cabe resgatar aqui o cenário vivenciado pelo continente Europeu a partir do século XVII, caracterizado por uma "vulnerabilidade em massa", manifesta pela precariedade das condições de vida e de trabalho que passa a assolar a população como um todo. Vulnerabilidade esta compreendida por Castel (2013) a partir da existência de uma linha tênue que separava as pessoas que estavam na mendicância, das pessoas que trabalhavam, mas que, a qualquer momento, poderiam fazer parte do primeiro grupo.

Nesse contexto, a caridade e a repressão destinadas aos desafortunados inválidos passam a ser condutas ultrapassadas diante da amplitude da pobreza (CASTEL, 2013, p. 238).

Em face de uma conjuntura de instabilidade de emprego, baixos salários e miséria, são realizadas mobilizações operárias a partir do século XIX. Os trabalhadores reivindicavam o "livre" acesso ao trabalho, em face do legado do trabalho forçado existente na Idade Média

(CASTEL, 2013). Essa reivindicação passa a ser o ponto de "pauta" das mobilizações operárias, sendo delineada como forma de responder ao problema da vulnerabilidade em massa que assolava a Europa.

No entanto, o "livre" acesso ao trabalho não significou a promoção da condição salarial, pois as relações contratuais norteadas pelos princípios de liberdade e individualidade deram plena liberdade ao mercado. Produziu-se assim uma "política social sem Estado", inventada pelo Liberalismo (CASTEL, 2013, p. 278).

O Liberalismo prega a não intervenção estatal na Economia, sob o discurso de que cada indivíduo é capaz de gerir sua vida, seus negócios. Nesse sentido, cabe ao Estado respeitar as liberdades individuais, e agir, de acordo com Bobbio (2006 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 5), somente em três situações: "a defesa contra os inimigos externos; a proteção de todo indivíduo de ofensas dirigidas por outros indivíduos; e o provimento de obras públicas que não possam ser executadas pela iniciativa privada".

A Lei dos Pobres de 1834, sustentada pela ideologia liberal, difundia que a pobreza era um problema individual, de caráter moral, e, portanto, cabia a cada indivíduo a superação dessa situação. Assentada em tal crença, a referida Lei condenava a assistência aos pobres, sob o discurso de que qualquer ajuda, por menor que ela fosse, estimularia a preguiça, o comodismo e desestimularia o indivíduo ao trabalho. Nesse sentido, caberia ao Estado "garantir aos indivíduos um espaço privado, onde lhes é [fosse] dado um atendimento personalizado, que facilitaria uma mudança de comportamentos e atitudes" (GUERRA et al., 2007, p. 249), materializado por meio de terapias e orientações individuais. Trata-se da psicologização das relações sociais.

O liberalismo desloca assim os problemas sociais de sua base fundante, das condições políticas e econômicas do sistema capitalista, para figurá-los como externos, como problema individual de cada sujeito.

Para Pereira (2011, p. 75), "a reforma prevista por essa Nova lei significou um duro golpe nos tímidos avanços sociais das últimas legislações sobre a pobreza [...]".

A assistência aos pobres praticada nos períodos anteriores, mesmo de forma incipiente e paliativa passa por um processo de transformação, desta vez, baseada em "[...] um projeto de fortalecimento do capitalismo de extração liberal" (PEREIRA, 2011, p. 76).

A Lei dos Pobres de 1834 centra suas ações a partir da valorização do trabalho, e, portanto, define as W*orkhouses* – recuperadas nesse período – como forma de atendimento aos mais pobres, desde que, capazes, dispostos a trabalhar e a se submeterem às regras. É o

primado liberal do trabalho que se baseia no discurso de que, todo e qualquer indivíduo tem que ser mantido pelo suor do seu trabalho.

Quanto aos incapazes e inválidos, não é prevista nenhum forma de assistência institucionalizada, mas apenas assistência externa, fora dos muros institucionais; e aos capazes insubordinados – que não aceitavam se submeter às regras e as condições de vida[2]das *Workhouse* – restavam a total desproteção pública.

Para Pereira (2011):

> Essa distinção se tornou providencial aos objetivos da Nova lei de reforçar o mercado livre, fortalecer a autoridade do sistema industrial e abolir a assistência externa baseada nas seguintes justificações de inspiração *benthamiana:* retiraria os pobres (os que tinham salário subsidiado) da tutela da antiga *Poor Law*; restauraria o princípio do trabalho, fazendo com que os assistidos prestassem algum serviço em troca do apoio institucional; e provia os pobres de um padrão de vida abaixo do que possuía o trabalhador independente pior remunerado (*princípio da menor elegibilidade)* (PEREIRA, 2011, p. 77, grifos da autora).

Todas as condições foram pensadas para não impor qualquer obstáculo à expansão do capital, de forma que houvesse força de trabalho necessária, bem como não fosse preciso investir em políticas sociais.

Contudo, é no seio do próprio capitalismo que se geram as forças contraditórias ao seu curso. A pobreza persistia, o pauperismo em massa se alastrava, bem como o descontentamento da população.

As medidas adotadas pela Nova Lei dos Pobres não resolveram o problema da pobreza, mas ocultou durante muito tempo suas verdadeiras causas. A desmistificação das reais causas da pobreza – que, ao contrário do que era pregado pelos liberais, não se tratava de uma questão individual, de cunho moral, mas era resultado da exploração demasiada do trabalho alheio – também contribuiu para o fortalecimento dos trabalhadores nos anos 1880 na Europa, com ênfase na França a partir do fim da Ditadura de Napoleão Bonaparte (CASTEL, 2013). Nesse contexto, os trabalhadores se fortalecem e se reinserem no cenário político, reivindicando direitos. É então que o Estado se vê obrigado a redefinir suas ações, com a finalidade de manter intacta a expansão do capital. Nesse período, inaugura-se um novo momento na política social, com adoção de medidas mais modernas de proteção social, baseadas na intervenção estatal, e que vão influenciar a constituição do Estado de Bem Estar Social ou *Welfare State.*

[2]As condições de moradia e trabalho nas *Workhouses*eram tão precárias, promíscuas e desumanas que muitos mendigos preferiam continuar a perambular pelas ruas ao invés de procurar abrigo na instituição (PEREIRA, 2011, p. 76-78)

1.3 A POLÍTICA SOCIAL NO *WELFARE STATE*

O *Welfare State* surge em um contexto de crescentes reivindicações, de demandas por igualdade de direitos e pela segurança econômica. As bases para o seu surgimento se solidificam a partir da crise do capitalismo em 1929, com a Quebra da Bolsa de *New York*, e, suas consequências nefastas para a economia, como por exemplo, o desemprego e a inflação. Além disso, as ideias socialistas e fascistas avançavam e se propagavam pela Europa e pelo mundo, preocupando os governantes e requerendo, portanto, intervenção.

Nesse contexto, são adotadas nos anos 30, políticas de pleno emprego nos Estados Unidos da América (EUA), baseadas nas ideias Keynesianas de que era necessária a intervenção do Estado na economia para que se tivesse mercado consumidor, e, portanto, para que se garantisse o equilíbrio da economia do país.

As idéias de Keynes influenciaram o surgimento do Plano Beveridge na Grã-Bretanha nos anos 40, baseado em seguros sociais (auxílio-doença e desemprego, auxílio-maternidade, auxílio-funeral, entre outros); políticas de emprego e acesso à saúde universal.

Foi também nos anos 1940 que o sociólogo T. H. Marshall, ao reformular a concepção de cidadania, incluiu nesta – para além dos direitos civis e políticos – os direitos sociais, representados pelo acesso a bens e serviços sociais, cuja responsabilidade pela provisão deveria ser do Estado, por meio do *Welfare State*.

Nesse sentido, se consolida nos anos 40, após a Segunda Guerra Mundial, o *Welfare State* ou Estado de Bem Estar Social, sob três pilares de desenvolvimento: a política de pleno emprego de Keynes, a seguridade econômica prevista no Plano Beveridge e os direitos de cidadania postulados por Marshall (PEREIRA, 2011, p. 90).

O Estado de Bem Estar Social ou *Welfare State* baseia-se na retórica da intervenção estatal para a garantia de "igualdade" aos sujeitos, e se caracteriza:

> [...] pela responsabilidade do Estado pelo bem estar de seus membros. Trata-se de manter um padrão mínimo de vida para todos os cidadãos, como questão de direito social através de um conjunto de serviços provisionados pelo Estado, em dinheiro ou em espécie (YAZBEK, 2013, p. 8).

Contudo, ele não surge meramente para defender interesses dos trabalhadores. Por trás do discurso de igualdade, e das concessões realizadas pelo Estado, havia a necessidade de não permitir que essas "concessões" afetassem o desenvolvimento do capitalismo, tampouco produzissem alterações estruturais; pelo contrário, que fossem funcionais a este. É diante

desse contexto que Pereira (2011, p. 87) afirma que o sistema capitalista deixa de ser liberal e passa a ser intervencionista, "por uma questão de sobrevivência [...]".

Nesse sentido, o Welfare State se configura como uma forma de intervenção do Estado na economia, através da provisão das necessidades básicas da coletividade, cuja finalidade última era propiciar condições para o desenvolvimento do capitalismo.

Desenvolvem-se políticas com duplo sentido, a partir de interesses ocultos, mistificados. Por um lado, adota-se uma política de pleno emprego, que buscou, sobretudo, ampliar o mercado de consumo, de acordo com Yazbek (2013, p. 8). Por outro lado, dispõe-se de uma política de seguros sociais que, apesar da garantia de renda para os trabalhadores acometidos por vicissitudes, contribuiu para a recuperação da força de trabalho necessária ao capital.

Apesar das contradições existentes, o avanço das políticas sociais, com relação aos períodos anteriores é inegável. Os pobres passam a ser titulares de direitos garantidos legalmente, diferente do período em que vigoravam as Leis dos Pobres. Inaugura-se um novo momento na política social, o início da construção de um Sistema de Proteção Social na Europa Ocidental.

É preciso, para tanto, atentar para o fato de que, as políticas sociais não são meras concessões do Estado frente às necessidades dos indivíduos, mas o resultado da correlação de forças entre estes. São fruto de pressões sociais, de reivindicações que, pela sua amplitude, precisam ser incorporadas pelo Estado e atendidas, para que a população descontente, não faça oposições a este, e ameace a estabilidade do sistema capitalista. É a partir desta correlação de força que os direitos são garantidos, pois, como bem assinala Piana (2009, p. 21), "os direitos sociais dizem respeito inicialmente à consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores".

A constituição do Estado de Bem Estar Social se deu nesse limiar de reivindicações. No entanto, não se trata de um fenômeno homogêneo, pois não ocorreu de forma linear em todos os países do mundo. Em se tratando do Brasil, alguns autores acreditam que não houve um Estado de Bem Estar Social, e sim uma política intervencionista, de cunho populista como será visto adiante.

1.3.1 A especificidade do Brasil

As políticas sociais no Brasil emergem no final da República Velha e começam a conquistar espaço no governo de Getúlio Vargas.

A República Velha representou o poder das oligarquias rurais e foi marcada pela aliança estabelecida entre os Estados mais expressivos politicamente: São Paulo e Minas Gerais. O objetivo dos respectivos Estados era que, com o apoio dos governos Estaduais e dos coronéis locais, pudessem se alternar no governo do país. Essa alternância de poder ficou conhecida como "Política do Café com Leite", considerando que São Paulo era grande produtor de café, e Minas Gerais, de leite.

Nesse período, o trabalho agrícola era desenvolvido sobremaneira por meio do trabalho escravo e de imigrantes. Portanto, de acordo com Faleiros (2000), não havia preocupações com políticas sociais, motivo pelo qual não houve uma legislação social sistemática antes dos anos 30.

Trata-se de um período marcado predominantemente pelo Liberalismo, que considera a pobreza como produto da má conduta, dos vícios, da ociosidade e propensa à criminalidade. Sendo assim, de acordo com Sposati et al. (2014), até os anos 1930, os problemas sociais eram tratados ora por meio da caridade – ofertada por parte de entidades filantrópicas e assistenciais, que combinavam práticas de ajuda material e de saúde; ora pelo Estado – por meio da repressão policial para lidar com os "desajustados sociais" .

A partir do viés moral envolto nos problemas sociais, era necessário "tratar" os pobres e integrá-los à ordem social, o que justifica, de acordo com Sposati et al. (2014) a proliferação de instituições filantrópicas como asilos, abrigos[3]e casas de internação, como por exemplo as Santas Casas de Misericórdia[4] a partir desse período. Para a autora:

> Este encaminhamento era bastante coerente com a percepção de então: os pobres eram considerados como grupos especiais, párias da sociedade, frágeis ou doentes. A assistência se mesclava com as necessidades de saúde, caracterizando o que se poderia chamar de binômio de ajuda médico-social (SPOSATI et al., 2014, p. 61).

Apoiando-se no Liberalismo, a oligarquia era contra a legislação social e a intervenção estatal. Os limitados benefícios concedidos à época eram revestidos de interesses na manutenção da ordem social, pois tinham como objetivo conter agitações sociais,

[3] Souza (2001) aborda as práticas assistencialistas desenvolvidas na cidade de Belo Horizonte, pela Cidade Ozana, obra assistencial da Sociedade de São Vicente de Paulo; o Lar dos Meninos Dom Orione, organizado pela Congregação dos Orionitas, e, ambos de orientação católica; e o Abrigo Jesus, de orientação espírita kardecista. Práticas que mesclavam: a ajuda humanitária e social, com a regeneração do pobre ocioso, com o objetivo de educá-los para se integrarem ao mundo do trabalho, bem como para manter a ordem social.

[4] Miranda (1996) resgata a história da Santa Casa de Misericórdia de Minas Gerais, instituição que se constituiu inicialmente como "Albergues de doentes", a partir da iniciativa privada e filantrópica, com uma perspectiva de higienizar a sociedade de Belo Horizonte, escolhida como capital de Minas Gerais. Era preciso banir do centro da cidade os indigentes e doentes, para que não ameaçassem a elite ascendente, o governo e sua cúpula que passariam a morar naquela região.

considerando que os operários urbanos estavam se rebelando, conduzidos pelos imigrantes europeus que vinham trabalhar no Brasil. Faleiros (2000) destaca as várias greves que foram realizadas entre 1917 e 1920, o que motivou concessões específicas aos trabalhadores urbanos e industriais, como por exemplo, os benefícios em casos de acidentes de trabalho, por ser um atrativo aos imigrantes – além da pretensão que se tinha de "por fim às reclamações operárias" (*ibidem*, p.147); e Pensões e Aposentadorias concedidas aos Ferroviários, que representou nada mais que a garantia da escoação do café por meio das Ferrovias (*ibidem*, p. 146-147).

Tal situação passa a ser alterada a partir dos anos 30, quando o Estado sente a necessidade de se reposicionar frente aos problemas sociais, e começa a desenvolver políticas trabalhistas de cunho assistencialista. Contudo, não deixa de apoiar a prática de assistência das instituições privadas filantrópicas assistenciais, que continuam a existir e atuar (SOUZA, 2001).

Com a quebra da Bolsa de *New York* em 1929,o mundo sentia as consequências de uma crise nefasta. No Brasil, a economia do país, que girava em torno da exportação de café cultivada em grandes latifúndios, se viu abalada pela falta de mercado consumidor para seu produto, o que gerou grande estoque, e, consequentemente, a desvalorização do preço do café, atingindo diretamente as oligarquias cafeeiras (ROMANELLI, 1986).

Em 1930, o paulista Júlio Prestes foi indicado a sucessor do então presidente Washington Luís, também paulista, o que configurou o rompimento da aliança feita na Política do Café com Leite, caracterizada pela alternância de poderes entre Estados. Em oposição, os Estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul se aliam e indicam Getúlio Vargas ao cargo de presidente, no entanto a indicação foi rejeitada. Júlio Prestes ganha as eleições de forma fraudulenta, e Getúlio Vargas inconformado, toma o poder por meio de uma Revolução.

Nesse contexto de crise econômica, de insatisfação manifesta da população urbana, sobretudo da classe média e da burguesia industrial que não tinham espaços de ascensão na República Velha frente às oligarquias rurais, Getúlio encontra o cenário ideal para a tomada de poder, pondo fim à República Velha (FALEIROS, 2000).

Em face das consequências negativas que atingiram o Brasil, decorrentes da recessão mundial, Vargas busca alternativas para viabilizar o desenvolvimento econômico do país, e o meio encontrado por ele foi incentivar o desenvolvimento do mercado interno através do incentivo às indústrias nacionais. Assim, as indústrias e a burguesia urbano-

industrialcomeçam a ocupar o espaço antes reservado somente ao setor agrícola e aos grandes latifundiários.

Para obter o apoio da sociedade, sobretudo da classe trabalhadora, Vargas adota o populismo, recurso definido por Faleiros (2000) como

> […] movimento de integração controlada das classes subalternas para certos benefícios sociais, mobilizando-as em torno de consignas ambíguas e imprecisas que apelam para seus sentimentos e interesses imediatos. Essa mobilização contribui para o esvaziamento das relações de classe, transformando-as em relações pessoais dos indivíduos com o Estado (FALEIROS, 2000, p. 112).

Nesse sentido, diferente dos governos anteriores, em que não havia espaços para a participação popular na vida política do país, para a apresentação de demandas junto ao governo, Getúlio "integrou" a classe trabalhadora, bem como a classe média ao seu governo. Integração essa que se dava por meio da incorporação de algumas de suas reivindicações na agenda política, bem como da utilização de aparelhos de integração como: os sindicatos, os partidos políticos, a justiça do trabalho, a tecnocracia e legislação social, como forma de mobilizar as classes, sobretudo a operária (FALEIROS, 2000, p. 121).

A integração de que tanto se ouviu falar, característica do Governo Vargas, ocorreu, portanto, de forma controlada, com o objetivo de despolitizar a população e obter legitimação.

A partir das relações pessoais estabelecidas com indivíduos, grupos ou segmentos sociais, e, sobretudo por meio de concessões a grupos específicos, Getúlio ganha aliados e se legitima. Contudo, trata-se de ações paternalistas, clientelistas, estabelecidas a partir da troca de favores que não vislumbram garantir direitos à classe trabalhadora como coletividade, mas a grupos específicos de trabalhadores assalariados. Esse tipo de prática é configurado, de acordo com Sposati (2009, p. 19), como assistencialista, por ser caracterizado pela subalternização do destinatário da ação, e, portanto, ao invés de garantir de direitos, se constitui como favor.

Se por um lado, o governo conduzia uma política social direcionada aos trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho; por outro, ele fomentava as ações desenvolvidas pelas entidades filantrópicas, cujo público prioritário era os desafortunados. Estas instituições atuavam na prestação de assistência material, com o objetivo de educar os pobres e transformá-los em trabalhadores, e assim, em cidadãos, por meio de um viés disciplinador e moralizante (SOUZA, 2001, p. 4-5).

Diante do exposto, não se pode afirmar que houve no Brasil um Estado interventor, de Bem Estar Social. Pelo contrário, de acordo com Faleiros (2000, p. 119), as relações de troca

configuradas no Governo Vagas não desvinculam o caráter liberal do governo, na medida em que só mascara as relações desiguais de classes, e, portanto, não as elimina. De acordo com o autor, trata-se de uma forma de realizar a política liberal em longo prazo.

Nesse sentido, autores como Santos (1987) e Faleiros (1991) afirmam que não foi instalado no Brasil o *Welfare State*. Faleiros (1991) considera que este tipo de Estado pressupõe a garantia de direitos de forma universalizadora, numa concepção de cidadania em seu sentido abrangente, o que não aconteceu no Brasil.

A política social brasileira foi marcada por uma concepção de cidadania restrita, na qual o "ser cidadão" era sinônimo de trabalhar de carteira assinada, ter um vínculo empregatício, estar inserido no mundo produtivo, denominada por Santos (1987) de cidadania regulada. Para o autor, a própria política social surge em função da necessidade de o Estado regular as relações sociais, os conflitos decorrentes da expansão do capitalismo, da pauperização dos trabalhadores, das insatisfações e descontentamentos.

Para Escorel (1993), o sistema de proteção social brasileiro se caracteriza por uma cidadania fragmentada, baseada em uma estratificação social que estabelece os tipos de políticas sociais a serem ofertadas, de acordo com a posição que o indivíduo ocupa na sociedade. Nesse sentido, cada um tem a "parte que lhe cabe", correspondente ao estrato social que representa. Os ricos dispõem de cidadania plena, vivendo sob condições de vida equiparadas aos de países europeus; os trabalhadores pobres dispõem de cidadania fragmentada, pois, apesar de estarem inseridos no processo produtivo, estão à margem da sociedade, não usufruem de todos os serviços e benefícios; e os indivíduos não inseridos no mundo produtivo, sequer são considerados como cidadãos. Nesse contexto, em que apenas as pessoas que vivem sob melhores condições de vida têm cidadania plena, Escorel (1993) questiona a existência do Estado de Bem Estar Social no Brasil.

Para Faleiros (1991, p. 28), nos países periféricos não existe *Welfare State*. Segundo o autor, devido ao quadro de desigualdade social brasileiro, as políticas sociais não são universais, são destinadas a grupos específicos, geralmente os mais vulneráveis, sob critérios clientelísticos e burocráticos.

Piana (2009, p. 31) comunga do pensamento dos autores supracitados, e considera que "nos chamados países pobres e dependentes da América Latina, especialmente o Brasil, nunca ocorreu a garantia do bem-estar da população por meio da universalização de direitos e serviços públicos de qualidade".

Para Yazbek (2013, p. 10), apesar da intervenção pública, e a concessão de benefícios à população, o Estado Brasileiro não alcança a institucionalidade de um Estado de Bem Estar Social, na medida em que procura apenas regular os problemas sociais emergentes.

Por fim, o que se depreende desse cenário é que a gênese da política social brasileira foi marcada pela cooptação, pela troca de favores, pelo assistencialismo, e que ela surge voltada aos trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho, desvinculada, então, da garantia de direitos e da satisfação de necessidades da população em geral como fim último.

Cabe ressaltar, portanto, que as políticas sociais não são meras concessões do Estado baseadas em sua boa vontade, como muitos consideravam no Governo Vargas; pelo contrário, são concessões condicionadas e movidas por interesses, seja do Estado e/ou das classes sociais, por isso, é resultado da correlação de forças. E para entendê-la é preciso elucidar além do seu conceito, outros elementos a ela inerentes, como: Estado e classes sociais.

1.4 A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA SOCIAL, ESTADO E CLASSES: delineando conceitos e evidenciando contradições

1.4.1 Política Social

A definição de política social é vasta, não se restringe a um conceito específico. De acordo com Pereira (2011), sua concepção está relacionada à perspectiva teórica do autor.

Nesse estudo, a Política Social será delineada a partir do materialismo dialético, teoria segundo a qual a interpretação dos fatos é realizada por meio da análise do todo, das influências políticas, econômicas e culturais que o enredam, e não de forma isolada. Considera-se, então, a dimensão histórica dos processos sociais, o modo de produção da sociedade e as relações contraditórias entre objetos estudados (GIL, 2011). A partir de tal perspectiva, a política social será conceituada como

> [...] modalidade de intervenção do Estado no âmbito do atendimento das necessidades sociais básicas dos cidadãos, respondendo a interesses diversos, ou seja, a Política Social expressa relações, conflitos e contradições que resultam da desigualdade estrutural do capitalismo (YAZBEK, 2013, p. 4).

A política social é compreendida a partir da relação contraditória entre classes, sob o entendimento de que a ação do Estado em benefício da classe trabalhadora e no atendimento

de suas necessidades sociais, só ocorre mediante pressões e interesses. Entretanto, deveria se basear em princípios de justiça que garantissem a todos, condições de igualdade.

A política social é uma modalidade de política pública, e que, por ser pública é "[...] coisa de todos, para todos, que compromete todos – inclusive a lei que está acima do Estado – no atendimento de demandas e necessidades sociais, sob a égide de um mesmo direito e com o apoio de uma comunidade de interesses" (PEREIRA, 2011, p. 173-174).

No entanto, mesmo considerando que a política social tem por finalidade o bem-estar, nem sempre esse bem estar é produzido.

A política social não nasce da necessidade de garantir direitos aos trabalhadores, mas da necessidade de manter as condições necessárias para o desenvolvimento do capitalismo, nesse caso, de manter a estabilidade da ordem e a coibição de revoltas. O Estado age de forma a trazer os trabalhadores para si, a fim de receber deles o apoio.

Apesar deste contexto controverso, a política social pode atender aos interesses da classe trabalhadora, a partir do momento em que estes se organizam e exercem o poder de pressionar o Estado, fazendo com que se criem as possibilidades para a garantia de seus direitos por meio de legislações (PEREIRA, 2011). Porém, mesmo com a conquista de garantias legais, a prática ainda é controversa. Infelizmente, a garantia de direitos, a provisão de necessidades por meio da criação de políticas sociais não se consolida somente com sua previsão legal, apesar da importância desta etapa. É preciso pressionar o Estado para que, além da garantia legal dos direitos, garanta-se, sobretudo, a sua efetivação, ou seja, a materialização.

Em uma sociedade marcada pela desigualdade, dividida em classes, os interesses além de divergentes são antagônicos, contrários, pois a classe dominante, ou a burguesia, sobrevive expropriando a classe trabalhadora, privando-as dos direitos. E nesse contexto, o Estado exerce sua influência, representando sobremaneira os interesses da burguesia e reforçando as desigualdades, jogo que pode ser alterado, de acordo com a organização e o poder de pressão da classe trabalhadora.

E ao fazer referência ao Estado, este estudo não o associa a uma entidade abstrata, mas real, corporificada, como será visto a seguir.

1.4.2 Estado

É muito comum se falar de Estado como uma entidade abstrata, surreal, ou como um apêndice da burguesia. Todavia, acredita-se que o Estado é real, e apesar de representar

sobremaneira os interesses da burguesia, ele não é uma instituição que a serve exclusivamente.

Na concepção gramsciana, o Estado é compreendido por meio da junção entre sociedade civil e sociedade política. Sociedade civil compreendida pelo conjunto de instituições privadas, como por exemplo, as escolas, a igreja, os sindicatos, entre outros,entidades responsáveis pela disseminação de ideologias e busca de consenso para obter hegemonia. E sociedade política, representada pelo Exército, a polícia e as leis, por meio dos quais se manifesta o poder coercitivo do Estado. O que torna o Estado contraditório, pois subsistem nele prerrogativas de coerção, mas também de consenso, para a garantia da ordem social e do atendimento às necessidades da sociedade.

Diferentemente de Marx, que formulou uma concepção "restrita" [5] de Estado, Gramsci formula uma concepção "ampliada", sem abandonar as bases epistemológicas do marxismo inerentes à concepção de Estado, ou seja,o caráter classista e o uso da força como mecanismo de obter legitimação. Na concepção gramsciana, o Estado é composto pela "Sociedade Política" e pela "Sociedade Civil".

Por Sociedade Política compreende-se

> [...] o conjunto de aparelhos através dos quais a classe dominante detém e exerce o monopólio legal ou de fato da violência; trata-se, portanto, dos aparelhos coercitivos do Estado, encarnados nos grupos burocrático-executivos ligados às forças armadas e policiais e à imposição das leis (COUTINHO, 2008, p. 53).

E, por Sociedade Civil, entende-se:

> [...] o conjunto de instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias; ela compreende assim o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico etc. (COUTINHO, 2008, p. 53).

A Sociedade Política é norteada pela imposição legal, assim, o descumprimento das leis é combatido por meio da repressão. Nesse caso, não há facultatividade no cumprimento do que é imposto legalmente. Ao congregar, além da Sociedade Política, a Sociedade Civil no conceito de Estado, Gramsci abrange a esfera privada, as instituições de disseminação de

[5] Marx considerou em seus estudos sobre Estado, apenas a Sociedade Política/burguesa como constituinte deste, e, por conseguinte, a visão "restrita" do Estado, como instituição específica da burguesia. À sua época, os Estados capitalistas com que Marx se defronta eram os Estados totalitários, as ditaduras, em que a participação política era escassa, e a coerção, a repressão era a forma utilizada para governar. Nesse contexto, "o Estado Moderno ainda não explicitara plenamente suas múltiplas determinações e, desse modo, a teoria 'restrita' do Estado, correspondia à existência efetiva de um estado 'restrito' [...]" (COUTINHO, 2008, p. 52).

informações e de formação, os aparatos ideológicos de poder. Nesse contexto, a população organizada é incluída no aparato estatal.

O diferencial no conceito de Estado de Gramsci, com relação a Marx, consiste justamente em que aquele acresce ao conceito de Estado a concepção de Sociedade Civil. Para Gramsci, apesar de servir aos interesses da classe dominante, o Estado pode também servir aos interesses da classe trabalhadora, dependendo da correlação de forças existentes. Nesse sentido, apesar do seu viés classista, o Estado não está exclusivamente a serviço da burguesia, bem como seu poder não é de todo coercitivo e repressor, coexistindo também a utilização de ideologias para obter consenso, hegemonia, e, por conseguinte, legitimação. De acordo com Pereira (2011), o Estado é uma instituição que visa administrar os interesses da sociedade, e, portanto, precisa se relacionar com todas as classes para obter legitimação.

Os diferentes grupos que constituem a sociedade apresentam interesses diferentes, quando não contraditórios. Nesse contexto, o Estado que representa primacialmente a classe dominante, tende a favorecê-la, todavia é preciso realizar concessões aos trabalhadores, à classe subalterna, para a própria manutenção do capitalismo, ou seja:

> [...] para manter as classes dominadas excluídas do bloco no poder, ele tem de incorporar interesses dessas classes e acatar a interferência de todos nos assuntos estatais para poder se legitimar e preservar o próprio bloco no poder. É relacionando-se com todas as classes que o Estado assume caráter de poder público e exerce o controle político e ideológico sobre elas (PEREIRA, 2011, p. 147).

Nesse sentido, no sistema capitalista, duas classes coexistem: a classe trabalhadora ou subalterna, e a classe dominante, ou burguesa. Mas a representação destas no aparelho estatal não é nem de longe igual.

1.4.3 Classes

Já diziam Karl Marx e Frederich Engels, há mais de um século, que a história da sociedade é a história da luta de classes (MARX; ENGELS, 1997, p. 29). É a história de uma sociedade que em todos os tempos foi marcada pelas contradições, entre quem oprime e quem é oprimido, quem domina e quem é dominado, entre quem tem o poder político, econômico, quem tem posses e bens, e quem é subjugado. Foi assim com o home livre e o escravo, o patrício e o plebeu, o barão e o servo (MARX; ENGELS, 1997, p. 29).

Após a derrocada do sistema feudal e o desenvolvimento da indústria, as classes não foram abolidas, foram apenas reconfiguradas, e transformadas em burguesia e proletariados (MARX; ENGELS, 1997, p. 30). Enquanto a primeira dispunha dos meios de produção para obter renda e lucro, a segunda dispunha apenas da sua força de trabalho para sobreviver, pois o capitalismo é uma sociedade fundada na apropriação dos meios de produção.

Na definição de Gadotti (1989, p. 75), classes sociais são

> [...] grupos humanos que se diferenciam entre si pela posição que ocupam num determinado modo de produção e pelo seu papel na apropriação da riqueza. Cada um pertence a uma classe social de acordo com a parte que lhe cabe na divisão da riqueza que uma sociedade produz.

Nesse sentido, a diferença entre as classes está centrada na forma como as pessoas estão inseridas ou não no mercado de trabalho, a posição que ocupam no processo produtivo, e a maneira como usufruem e se apropriam do que foi produzido. Assim, as desigualdades se manifestam pela falta de condições de acesso a benefícios e serviços essenciais, considerando que, apesar de a produção se constituir coletivamente, a apropriação se dá de forma individual

A atualidade do conceito de classe trabalhadora em Marx é expressa também por Antunes (2009), que utiliza o termo "classe-que-vive-do-trabalho" para designar o conjunto de trabalhadores que vivem do trabalho, e/ou que são desprovidos dos meios de produção. O autor inclui nessa classe os trabalhadores formais, informais, os autônomos e inclusive os desempregados, por considerar que o desemprego também é reflexo do capitalismo (ANTUNES, 2009, p. 103). Antunes exclui dessa classe os "altos funcionários" responsáveis pelo controle e gestão do capital da empresa, e cujos proventos são altíssimos. Além disso, "estes são parte desse sistema hierárquico e de mando, são parte fundamental do sistema de metabolismo social do capital [...]" (*ibidem*, p. 198). O autor também exclui da "classe-que-vive-do-trabalho", as pessoas que vivem de juros e especulação, e os empresários porque estes detêm os meios de produção.

Nessa sociedade dividida pela desigualdade, há sempre a distinção entre quem tem acesso aos direitos, e quem está à margem destes. De um lado, uma camada da população que, por dispor de uma situação econômica favorável, tem possibilidade de acessar serviços privados, como saúde e educação; de outro lado está a grande maioria que, excluída do trabalho ou dispondo de trabalho precário, mal remunerado está à mercê da própria sorte. Para este último grupo, a única possibilidade é recorrer a serviços públicos, muitas vezes de baixa qualidade, e a ações minimalistas, intituladas como garantidoras de direitos.

A desigualdade é intrínseca ao capitalismo, à sociedade de classes. Desigualdade que gera não satisfação de necessidades, que está vinculada à pobreza, necessária ao capital, ao domínio de poucos e à exploração de muitos.

Desigualdade que por ser sinônimo de privação, de “faltas”, ausências, carências, exclui muitos sujeitos do acesso aos direitos sociais básicos como a educação.

Em se tratando do direito à educação, na perspectiva da permanência, a qual será abordada neste estudo, essas desigualdades são manifestas por meio da falta de condições financeiras com que os alunos e suas respectivas famílias se deparam, para arcar com custos que envolvem a manutenção destes na instituição escolar. Em se tratando do ingresso no IFNMG, incluem-se aí gastos com transporte, alimentação, moradia, dentre outros. Necessidades que, na atualidade, apesar das controvérsias, podem ser mediadas por meio de uma Política de Assistência Estudantil, mas que, assim como tantas outras políticas sociais, foram fruto de correlação de forças entre Estado e sociedade civil.

2 A HISTORICIDADE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Política de Assistência Estudantil é hoje constituída como política social pública, e, por conseguinte, de primazia do Estado na sua condução. Com a finalidade de garantir aos alunos, condições para a permanência e conclusão com êxito dos seus estudos,mediante auxílios financeiros e serviços de apoio a estes. Contudo, essa prática nem sempre foi revestida de responsabilidade estatal, pois como foi visto anteriormente, as políticas sociais são fruto da correlação de forças entre classes, e surgem a partir de um dado momento na sociedade. Além disso, sua trajetória não foi homogênea, configurando-se de diferentes formas, no Estado de Minas Gerais e no Brasil.

No Brasil, a Assistência Estudantil como política social de responsabilidade estatal nasce atrelada ao surgimento da Universidade Pública na década de 30, com a Reforma do Ensino Superior. Entretanto, mesmo antes desse período, a assistência aos estudantes pobres universitários já era praticada por meio de iniciativas privadas em Minas Gerais, como por exemplo, pelas associações de universitários vinculadas às antigas faculdades privadas de Minas Gerais as quais se tornarão universidade mais tarde. Mas é somente no século XXI que as Universidades são contempladas com um Programa Nacional de Assistência Estudantil, que passa a nortear a elaboração das respectivas Políticas de Assistência aos Estudantes das Instituições de Educação Superior (IES) públicas.

Nos Institutos Federais, a Política de Assistência Estudantil surge como reflexo do PNAES das IES públicas, apesar dos indícios de assistência aos estudantes por parte da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPTC) desde a década de 40, por meio da disponibilização de alojamentos aos alunosdas escolas técnicas e agrotécnicas federais. Por se constituírem também enquanto instituições de educação básica, profissional e tecnológica, os Institutos Federais estendem sua Política de Assistência Estudantil aos alunos do ensino profissional técnico de nível médio, público-alvo deste trabalho.

2.1 A ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS POBRES EM MINAS GERAIS: a intervenção não estatal das associações e fundações privadas

No início do século XX, a assistência aos estudantes universitários pobres surge por meio das Associações e Fundações de professores e estudantes, instituições vinculadas às Faculdades privadas de Minas Gerais.

A primeira iniciativa é datada de 1912, com a criação da Fundação Affonso Pena, vinculada à Faculdade de Direito de Minas Gerais, com o objetivo de "prestar assistência aos alunos carentes de recurso" (DERZI 1976 apud PORTES, 2001, p. 49). A Associação era formada por professores e estudantes e financiada por meio de doações (CHRISTÓFARO, 2013).

A prática da assistência era desenvolvida a partir dos empréstimos de honra, que consistiam na concessão de "gratuidade" da matrícula e das mensalidades dos cursos superiores, mediante compromisso de restituição posterior, aos alunos que não dispusessem de condições financeiras para arcar com estes custos. Contudo, além da condição de pobreza, o estudante deveria ser dotado de capacidade intelectual, de moral e bons costumes para receber o benefício (CHRISTÓFARO, 2013).

Essa prática vinha ao encontro dos objetivos da educação mineira à época, que, de acordo com Pinto (2010, p. 4), inspirada em um perfil ideológico liberal, positivista e republicano, procurava educar as classes populares para aceitar a república.

A educação caminhava assim de "mãos dadas" com o Liberalismo que considera o sujeito responsável pela sua condição de pobreza, e prega, por isso, que qualquer ajuda deve ser merecida. Tal merecimento era norteado pela avaliação de sua conduta moral, da obediência às regras impostas, sobretudo de aceitação à ordem social vigente. Nada era de graça. Sob o discurso de devolução dos recursos por parte dos estudantes beneficiados, para que outros alunos pudessem ser atendidos, estava o pano de fundo liberal que incutia na mente das pessoas que todo e qualquer ganho envolve um esforço que depende apenas do sujeito. Nesse sentido, se não houve esforço para angariar recursos inicialmente para arcar com os custos dos estudos, o esforço deveria ocorrer para devolver o recebido.

A Fundação Affonso Pena foi criada por Francisco Mendes Pimentel, Diretor da Faculdade Livre de Direito em Minas Gerais à época, autointitulado de republicano. (PORTES, 2001).Mendes Pimentel proclamava um ideário de igualdade, de integração do proletariado, da população mais pobre na sociedade e no mundo do trabalho, por meio de uma educação com "sistematização científica" (*ibidem*, p. 47). Contudo,

> [...] a construção desse projeto pedagógico possuía outras finalidades além daquelas acima anunciadas. Trata-se de uma resposta possível, à época, para se evitar que grassassem no Brasil as idéias 'socialistas e anarquistas' que frutificavam e ganhavam corpo na Europa (PORTES, 2001, p. 47).

O real objetivo era educar os trabalhadores para não se rebelarem contra o capitalismo, de forma que pudessem acreditar que qualquer mudança de vida dependia do próprio sujeito e não de um governo ou de outra configuração de sociedade. E, para tanto, era preciso que isso fosse incutido na mente das pessoas. Mendes Pimentel acreditava que o sistema educacional seria útil para dar essa "cultura" ao povo, para ensinar-lhes o caminho certo – que, para ele, seria o da República capitalista – para moldar-lhes o caráter, de forma que pudessem conduzir a própria vida sem cometerem contravenções.

Com a transformação das Faculdades Isoladas de Minas Gerais (Direito, Medicina, Odontologia e Farmácia) em Universidade[6] de Minas Gerais (UMG) em 1927, Mendes Pimentel é indicado para Reitor (PORTES, 2001, p. 45-49). A partir da unificação dos cursos, cria-se também uma entidade unificada que assume a prática de assistência aos estudantes pobres da UMG, sendo ela denominada de Associação Universitária Mineira (AUM).

Como primeiro reitor da UMG, Mendes Pimentel imprimiu a sua concepção de educação voltada aos pobres na Universidade, a partir do desenvolvimento da prática de assistência, sob uma perspectiva moralizante, de uma educação para a moral e os bons costumes.

Nos anos 30, a Universidade e a sociedade como um todo passam por um processo de mudanças políticas, sociais e econômicas com a instituição do Governo Vargas. No âmbito da Universidade mineira, há a renúncia de Francisco Mendes Pimentel do cargo de Reitor, sobretudo por causa dos conflitos gerados entre professores e alunos, em função da Edição do Decreto Federal n.º 19.404 de 1930, que retira a exigência de exames/provas para a progressão de ano, ferindo a autonomia da Universidade (PINTO, 2010).

Em 1931, a universidade brasileira passa por um processo de reforma, a partir da aprovação do Estatuto das Universidades, o que implicou a institucionalização, em nível nacional, da prática de assistência aos estudantes, por meio de associações; bem como foi prevista a criação do Diretório Central dos Estudantes (DCE) como órgão representativo da classe estudantil.

Nesse contexto, a AUM é extinta em 1932, levando-se em consideração a renúncia do Reitor – seu criador; a previsão de iniciativas estatais para prestar assistência aos estudantes, bem como da prerrogativa de criação do DCE.

A Reitoria passa a assumir as atividades de assistência, por meio do Conselho de Assistência aos Universitários. No entanto, eleva o valor da taxa de matrícula no período, o

[6] Apesar da transformação das faculdades em Universidade de Minas Gerais,o caráter privado persistiu até a década de 50.

que dificultou o acesso dos estudantes pobres à Universidade. (CHRISTÓFARO, 2013). Nesse sentido, apesar da intervenção estatal a partir dos anos 30, e da previsão de instituir associações estudantis vinculadas e com aporte governamental, a assistência prestada por meio das instituições filantrópicas da sociedade civil não deixa de existir.

Surge nesse período a Caixa do Estudante Pobre Edelweiss Barcellos (CEPEB), criada nos anos 30, nos moldes das Associações anteriores, com o objetivo de prestar assistência aos alunos carentes e moldar seu comportamento social (CHRISTÓFARO; JUNIOR, 2013). O que vai ao encontro do que Souza (2001, p. 4)[7] considerou como o estabelecimento de uma "rede de assistência a pobreza", a partir dos anos 30 no Brasil. Para o autor, trata-se de uma forma de enfrentamento dos problemas sociais, baseada na "pedagogia do assistencialismo", na concessão de ajuda material vinculada à um discurso moral e ideário político centrado na formação para o trabalho, e necessário ao capitalismo.

Em 1936, é criada a Assistência Universitária Mendes Pimentel (AUMP) que substitui a CEPEB e passa a assumir as ações de assistência destinadas aos estudantes pobres da UMG. E, em 1973, a AUMP se transforma na Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP), (PORTES, 2001), existente até os dias atuais.

A FUMP, entidade sem fins lucrativos, é a responsável pela operacionalização da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e, portanto, pela gestão dos recursos repassados por meio do Estado para a execução do PNAES. A transferência da responsabilidade do Estado à sociedade é o que marca esse novo modelo de gestão de políticas sociais públicas, baseada no Neoliberalismo, por meio do qual, sob o discurso de ineficiência, ineficácia do poder público, o Estado "privatiza" a operacionalização de serviços de sua competência.

Além dos recursos estatais, a FUMP recebe doações da sociedade civil, por meio de campanhas realizadas pela própria instituição. Para a concessão de auxílios, os alunos são estratificados em grupos de vulnerabilidade, e, de acordo com a classificação recebida, poderão receber uma ou outra modalidade. De acordo comEvangelista (2013), o recebimento de alguns auxílios estácondicionado à exigência de contrapartida, de restituição dos valores recebidos pelos estudantes. Assim, percebe-se que a prática de assistência na atualidade inda é permeada por características antigas.

[7] O autor realiza um estudo sobre três instituições filantrópicas de atendimento às pessoas pobres em Belo Horizonte, com o objetivo de "abordar as práticas assistenciais enquanto uma forma de educação voltada para grupos sociais identificados com a pobreza, considerados historicamente, ditados pela economia política no século XIX, como ameaça à ordem" (SOUZA, 2001, p. 3).

Caracteriza-se assim a "ajuda", que marca a prática de assistência dos primórdios até a atualidade, ocultando o papel do Estado e mascarando as relações entre classes sociais, bem como reafirmando os preceitos (neo)liberais, que desvincula os problemas sociais de suas raízes, para situá-los como problemas de ordem individual.

2.2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

Em se tratando do cenário brasileiro como um todo, "a primeira prática de auxílio ao estudante brasileiro ocorreu durante o Governo de Washington Luís, em 1928, quando foi inaugurada a Casa do Estudante Brasileiro em Paris" (SILVEIRA, 2012, p. 51). O governo brasileiro financiou a sua construção, assim como destinou recursos para a sua manutenção (KOWALSKI, 2012, p. 86).

Contudo, a Casa não se destinava aos estudantes pobres, até porque poucos tinham acesso à educação superior nesse período, e estudar fora do país era um privilégio para a classe burguesa. Nesse contexto, a Casa destinava-se aos filhos das classes mais favorecidas que recorriam aos estudos no Exterior.

Outra prática de assistência exercida nesse período ocorreu por meio da iniciativa privada de caráter filantrópico, mantenedora de uma Casa de Estudantes no Rio de Janeiro, que abrigava e fornecia alimentação, tanto aos estudantes, quanto aos que se faziam passar por estes, para serem beneficiados. E, apesar das doações governamentais[8] recebidas no Governo Vargas, não se constituiu como iniciativa estatal (ARAÚJO, 2007, p. 24).

A Assistência Estudantil destinada aos estudantes **pobres** universitáriossó foi reconhecida pelo Estado em nível nacional, em 1931, como citado na seção anterior, a partir da Reforma do Ensino Superior, com a promulgação do Decreto n.º 19.851, que versa sobre o Estatuto das Universidades Brasileiras. De acordo com Kowalski (2012, p. 86), esta se configurou como "a primeira tentativa de regulamentar a assistência para estudantes nesse grau de ensino."

Com a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras, é prevista a criação de Associações de professores e alunos – prática que já ocorria em Minas Gerais, cujas finalidades contemplavam prestar assistência material a estudantes carentes, sob forma de isenção do pagamento de taxas escolares e mediante indenização posterior. De acordo com o

[8]As doações governamentais se constituíram como forma de cooptar o movimento estudantil que começava a se organizar na Casa dos Estudantes, o governo começou a destinar verbas a esta instituição (ARAÚJO, 2007).

referido Estatuto, a manutenção das Associações, e, consequentemente, de suas atividades, deveria ocorrer por meio da contribuição dos Associados, comunidade externa ou quaisquer pessoas que desejassem contribuir, bem como por meio dos Institutos Universitários ou Isolados[9], responsáveis pela destinação de parte de do recurso das matrículas efetuadas para esta finalidade (BRASIL, 1931).

A Assistência estatal aos estudantes pobres de nível superior surge, portanto, vinculada ao surgimento da Universidade. Contudo, por meio de uma perspectiva moralizante, de ajuda, com o objetivo de integrar os universitários pobres à ordem vigente, aos costumes burgueses, como foi abordado na seção anterior. Com o passar dos anos, esta prática irá transitar para a ótica de formação e qualificação do trabalhador para o mercado de trabalho, até se circunscrever na perspectiva do direito. E se estenderá aos estudantes do ensino médio profissionalizante, foco deste estudo.

É pertinente observar, no entanto, que as mudanças no cenário educacional não acontecem à margem da conjuntura política e econômica. Pelo contrário, na maioria das vezes vão de encontro aos seus interesses. Nesse sentido, será abordado adiante, o modo como se deu o acesso à educação no percurso histórico, e como foi prevista a "permanência", para que se possa refletir sobre esta e a sua incursão na educação profissional.

2.3 O CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO: o direito ao acesso e à permanência educacional previsto nas normativas legais

2.3.1 Breve reflexão sobre o período anterior à década de 20

Até a década de 20, a educação, assim como as demais políticas sociais, não era alvo de preocupação governamental. O acesso à educação era privilégio de uma minoria detentora de poder econômico, que recorria inclusive aos estudos no exterior. De acordo com Moura (2010, p. 61),

> No âmbito escolar, o que existia até então era a educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes. Assim sendo, a educação cumpria a função de contribuir para a reprodução das classes sociais, já que aos filhos das elites estava assegurada essa escola e aos demais era negado o acesso.

[9] O termo Institutos Isolados é utilizado para designar os Institutos que não funcionavam em regime de Universidade, considerando que era preciso obedecer a alguns critérios para tal, dentre estes: congregar pelo menos três Institutos de ensino superior; dispor de corpo docente e estrutura física adequada e recursos financeiros para garantir o pleno funcionamento dos cursos e submeter às normas do Estatuto das Universidades (BRASIL, 1931, art. 5º).

De acordo com Romanelli (1986), a educação brasileira nesse período atendia às necessidades da sociedade, pois as atividades realizadas pela população mais pobre eram rudimentares, e não exigiam necessidade de escolarização, ou seja, "[...] a economia não fazia exigências à escola em termos de demanda econômica de recursos humanos" (*ibidem*, p. 45).

A "escolarização" dos pobres era sinônimo de letramento, de instrução primária, oraofertada pelo Estado, em instituições que abrigavam os desvalidos e induziam-lhes compulsoriamente ao trabalho; ora por entidades filantrópicas privadas, que atendiam os trabalhadores livres miseráveis em oficinas de aprendizagem de ofíciosdiversos como (serralheria, sapataria, etc.) (CUNHA, 2005b). Há que se ressaltar ainda que o objetivo não era alfabetizar os trabalhadores na perspectiva de garantia de direitos, mas garantir força de trabalho aos empreendimentos manufatureiros, manter a ordem social frente à contestação da ordem política na Europa e incutir na mente das pessoas que todo e qualquer indivíduo deveria se sustentar por meio do seu trabalho.

Nesse contexto, como falar em política de permanência escolar se não se tinha sequer o acesso à educação? Se a educação não se constituía como direito social? E, portanto, este era, assim, o maior obstáculo.

A partir do ano de 1909, pela necessidade de se ter trabalhadores qualificados para a indústria nascente, o Estado cria escolas profissionais, o que marca o surgimento da educação profissional formal no Brasil. São criadas pelo então presidente, Nilo Peçanha, dezenove "Escolas de Aprendizes Artífices" de ensino profissional, primário e gratuito, por intermédio do Decreto n.º 7.588 de 1909. A prática compulsória e meramente moralizante do ensino de ofícios começa a transitar para uma prática seletiva e de formação do trabalhador, pois, de acordo com Cunha (2005a, p. 6), o mercado passou a exigir trabalhadores capacitados para trabalhar na indústria, a serem escolhidos mediante suas aptidões.

Todavia, aos pobres permanecia reservado um espaço à margem da sociedade, marcado pela diferenciação, por uma educação dual.

2.3.2 A Política Educacional na "Era Vargas"

Chega-se à década de 30 com a educação profissional relegada única e exclusivamente aos pobres.

Ao assumir o governo provisório (1930), Vargas tratou de organizar o sistema nacional de educação, inexistente até então. Instituiu o Ministério da Educação, cuja

denominação inicial foi de Ministério da Educação e Saúde Pública, e propôs, por meio do Ministro da área, uma reforma educacional, que ficou conhecida com Reforma "Francisco Campos".

A Reforma Francisco Campos efetivou-se através de vários Decretos, a saber: o Decreto n.º 19.850, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a criação do Conselho Nacional de Educação; os Decretos n.º 19.851 e o de n.º 19.852, de mesma data, que normatizaram respectivamente a organização do ensino superior e a organização da Universidade do Rio de Janeiro; o Decreto n.º 19.890 de 18 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino secundário; o Decreto n.º 20.158 de 30 de junho de 1931, que organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador; e o Decreto n.º 21.241 de 14 de abril de 1932, que consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário.

No entanto, de acordo com Romanelli (1986), a reforma instituída por Vargas tratou de organizar a educação das elites, de prepará-las para o ingresso na educação superior, considerando que o ensino primário, assim como os outros ramos do ensino profissional, não foram alvo de regulamentação. Além disso, as exigências de exames para o ingresso no ensino secundário[10] ou ginasial – nível de ensino exigido para o acesso ao ensino superior – e a duração do curso (7 anos), se constituíram como impeditivos para as classe populares. Nestes termos, o sistema de ensino se configura de forma totalmente seletiva.

Diante dessa conjuntura, emergem nesse período, movimentos sociais e grupos políticos e ideológicos que reivindicam mudanças na educação brasileira. Um deles é o Movimento Renovador, representado por um grupo de educadores brasileiros e que exerceu forte pressão sobre o Estado. O Movimento propunha a renovação do sistema educacional, baseado na institucionalização e universalização da educação laica, pública e de qualidade. Outro grupo, representado por conservadores e católicos, lutava justamente pelo contrário, pois, com a universalização da educação, a elite condutora do país perderia os seus privilégios. Isso implicaria ainda o "esvaziamento das escolas privadas" pela necessidade de criação de escolas públicas estatais, cujo impacto seria sentido pelas classes dominantes proprietárias de escolas particulares (ROMANELLI, 1986).

Ao promulgar a Constituição Federal de 1934, Vargas concilia o interesse dos dois grupos. Por um lado, ele atende aos interesses da Igreja Católica, quando define o ensino

[10] Os Decretos de n.º 19.890 de 18 de abril de 1931 e n.º 21.241 de 14 de abril de 1932 que dispõem sobre a organização do ensino secundário não fazem referência à obrigatoriedade de ensino primário para acessar aquele nível de ensino. De acordo com Minhoto (2008), não havia exigência de formação primária para ingresso no ensino ginasial ou secundário, que ocorria mediante exames de admissão (provas orais e escritas), baseados em disciplinas nunca estudadas por trabalhadores pobres.

religioso como facultativo. Por outro lado, atende a prerrogativas do Movimento Renovador, considerando que o Capítulo II "da Educação e Cultura", da Constituição Federal de 1934, representou quase todas as suas reivindicações, com ênfase no estabelecimento da educação como direito de todos (ROMANELLI, 1986). Nesse sentido, a referida Constituição marcou o início da responsabilização estatal – ao menos na teoria – com relação à educação primária.A educação se torna direito de todos, com obrigatoriedade na oferta do ensino primário por parte do Estado.

Em se tratando da assistência aos estudantes, esta é regulamentada e passa a prever a destinação de recursos do sistema educacional, para auxiliar alunos necessitados, conforme se segue:

> Parte dos mesmos fundos [que deveriam ser constituídos pela União, Estados e Distrito Federal a partir do patrimônio territorial] se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas (BRASIL, 1934, art. 157, §2°).

Considerando que, na normativa citada acima, a prestação de assistência aos estudantes não aparece vinculada a um nível de ensino específico, infere-se que esta seria direcionada à educação de uma forma geral.

No entanto, as vitórias tiveram curta duração. Em 1937, com a instauração do Estado Novo, regime totalitário e repressor, denominado por Moura (2010, p. 63) como "o período ditatorial do Governo Vargas", há um retrocesso com relação à algumas conquistas institucionalizadas pela Constituição de 1934. O Estado se exime da primazia na condução da política educacional, extinguindo a vinculação de recursos para a educação, prevista pela primeira vez na Constituição de 1934, e transfere sua responsabilidade para as Igrejas, sindicatos, indústrias e famílias, sob o discurso de solidariedade.

Nesse período é prevista a criação de escolas vocacionais e pré-vocacionais, destinadas ao ensino de ofícios às classes menos favorecidas, prática reconhecida como "o primeiro dever de Estado" em matéria educacional. E, então, reafirma-se a concepção do ensino profissional como um tipo de formação voltada para os pobres, subentendido como "único direito".

Assim

> A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais (BRASIL, 1937, art. 129).

As indústrias e os sindicatos são obrigados a ofertarem educação profissional aos filhos de operários ou associados sindicais pobres. E,apesar do caráter obrigatório e gratuito do ensino primário prescrito também nessa Constituição, o Estado apela para a solidariedade das famílias que dispunham de melhores condições financeiras, exigindo uma contribuição mensal para o caixa escolar, de forma a colaborar com a educação dos mais necessitados (BRASIL, 1937).

Nesse sentido, a proposta educacional do Estado Novo vem ao encontro da política de qualificação de mão de obra para o trabalho, sob uma lógica de mercado. E foi com esse interesse que a "preocupação" com a educação foi manifesta na Constituição Federal de 1937, conforme assinala Cunha (2005a, p. 27):

> O Estado Novo assumiu a industrialização como meta, e é provável que essa opção tenha determinado (ou, pelo menos, reforçado) a sua preocupação com a qualificação da força de trabalho, manifesta na Constituição outorgada em 1937.

Percebe-se assim, que o governo Vargas fomenta, por um lado, a política de educação profissionalizante, destinada à classe menos favorecida economicamente, com o objetivo de obter mão de obra qualificada para trabalhar na indústria nascente, e esta foi a forma de ofertar o ensino primário. Por outro lado, enfatizou a política de educação superior destinada à classe detentora do poder econômico, como meio de preparar a elite dirigente do país .E esta postura se mantém intacta na década de 40.

Nessa mesma década, o sistema educacional passa por outra reforma, dessa vez denominada "Capanema", em referência ao Ministro da Educação à época, Gustavo Capanema. Nesse contexto, é promulgada uma série de Decretos ou Leis Orgânicas que passam a regulamentar o ensino primário, os vários ramos da educação profissional (comércio, indústria, agricultura) e o ensino normal.

Com a Reforma Capanema, o ensino primário se torna obrigatório para o ingresso no ensino secundário, e a educação profissional antes vinculada àquele, passa a ser ofertada em grau médio.

A partir da nova configuração do ensino, todos os alunos que concluíssem o grau médio – secundário, o normal, o industrial, o agrícola e o comercial – poderiam cursar o ensino superior. Contudo, a educação das camadas populares mais pobres, continuava situada à margem. Diferentemente do jovem que tivesse concluído o ensino secundário eque poderia escolher qual o curso superior cursar, ou até mesmo optar pela mudança de curso antes de

concluí-lo[11], o jovem que tivesse concluído o ensino profissional tinha suas possibilidades restritas. Ele só poderia ingressar no ensino superior se o curso escolhido fosse da mesma área do curso técnico realizado. Além disso, a realização de exames de admissão persistiu, segregando ainda mais os grupos marginalizados pelos conteúdos cobrados.

Em decorrência da Reforma Capanema – a partir da regulamentação do ensino agrícola – surgem as Escolas Agrotécnicas, e, nesse bojo, as Escolas de Salinas e Januária, que mais tarde irão se constituir em IFNMG, o que será abordado adiante.

De forma vinculada ao ensino agrícola, é prevista a criação de internatos, ou seja, moradias estudantis, cuja organização deveria ser definida pelo regimento de cada instituição (BRASI, 1946b). Por meio desses estabelecimentos caberia às instituições educacionais proporcionarem aos alunos "[...] residência, alimentação, enxoval, assistência médico-odontológica, entre outros bens e serviços" (CONCEIÇÃO, 2010, p. 81). Os internatos[12] foram implantados justamente com o objetivo de "atender às razões práticas dos estabelecimentos de ensino agrícola, ou seja, a localização do estabelecimento escolar na zona rural e o atendimento prioritário de uma clientela pobre que recorria a essas instituições educacionais." (*ibidem*, p. 81).

Nesse contexto, a educação mais uma vez se reorganiza para atender a economia, e a assistência aos estudantes se circunscreve na perspectiva de prover as necessidades educacionais básicas para a formação de mão de obra qualificada.

2.3.3 Pós-Vargas

Em 1946, após o fim do Regime Ditatorial de Vargas, há a promulgação da Constituição Federal de 1946, e com ela, a garantia de direitos e liberdades individuais. O direito à educação primária é reafirmado, com a prerrogativa de ser ofertado a todos. No entanto, esta garantia não exime as empresas de responsabilidades com a educação primária e formação profissional dos seus funcionários e respectivos filhos (BRASIL, 1946a, art. 168).

[11] Com a Reforma Capanema, o ensino de nível médio se configura em cinco ramos: o secundário, o normal, o industrial, o agrícola e o comercial, cada um com dois ciclos de ensino específicos. No entanto, apenas os alunos do ensino secundário que tivessem cursado seu primeiro ciclo tinham mobilidade de cursar quaisquer segundos ciclos dos demais ramos de ensino, além de poderem ingressar em quaisquer cursos no ensino superior. Trata-se do ensino "formador das classes dirigentes", conforme assinala Manfredi (2002, p. 101). Nesse sentido, os primeiros ciclos dos ramos profissionais preparavam apenas para seus respectivos segundos ciclos (*Ibidem*).

[12]Apesar da existência de Internatos vinculados aos *campi*mais antigos do IFNMG, não foi encontradagrande produção teórica referente ao surgimento da assistência aos estudantes da educação profissional, bem como sobre o seu público-alvo. Por esse motivo, acredita-se que, por apresentar extrema relevância, tal temática possa ser objeto de estudos posteriores, com o objetivo de aprofundar a discussão.

Com relação ao ensino posterior ao primário, a referida Constituição é enfática ao afirmar que este direito somente seria garantido às pessoas que não dispusessem de condições para tal. E, pelo legado do Governo Vargas a partir da Reforma Capanema, e, portanto, pela oferta do ensino profissional vinculada ao grau médio ou secundário, pode-se imaginar qual o tipo de educação era ofertada aos mais necessitados.

Em se tratando da assistência aos estudantes, a Constituição de 1946 prevê a sua obrigatoriedade, conforme se segue: **"cada sistema de ensino** terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar" (BRASIL, 1946a, art. 172, grifo nosso). Nesse sentido, assim como na Constituição Federal de 1934, pode-se inferir que a assistência deveria ser ofertada a todos os níveis de ensino.

Trata-se de um momento fecundo para a discussão da educação brasileira, já que a própria Constituição de 1946 prevê em seu art. 5º, XV, "d", a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que começa a ser discutida em 1948, e que, em meio a disputas político-ideológicas, é aprovada depois de treze anos de tramitação[13].A partir desse momento, a assistência aos estudantes passa a ser prevista por meio de serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem, serviços denominados de "Assistência Social Escolar", que deveriam ser ofertados "[...] nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade" (BRASIL, 1961, art. 91).

A partir dos anos 50, com a adoção do Plano de metas pelo Governo Juscelino Kubstichek, consolida-se o processo de industrialização no Brasil, e nesse contexto, cresce a demanda por operários qualificados, e também a demanda[14] social por educação. Reivindicação esta que entrou na pauta de vários movimentos sociais, como o movimento estudantil, representado pela União Nacional dos Estudantes (UNE).

Em 1964, por meio de um golpe de Estado, instaura-se a Ditadura Militar, e os movimentos sociais são reprimidos. Nova Constituição Federal é promulgada em 1967, no entanto, não difere muito da anterior com relação à garantia do direito à educação, bem como à prática da assistência aos estudantes.

---

[13] A proposta de LDB vencedora foi, todavia, a conservadora.

[14]A própria classe média, que anteriormente buscava sua ascensão através da constituição de empreendimentos comerciais ou do exercício de profissões liberais, se via sem espaço diante das multinacionais que surgiam no cenário brasileiro, a partir da abertura econômica externa ou da internacionalização da economia, e, em consequência disso, esse estrato social traz a demanda por educação (ROMANNELI, 1986).

A Constituição de 1967 assegura apenas o direito ao ensino primário como responsabilidade estatal, sendo este, porém, livre à iniciativa privada.

Em se tratando do ensino posterior ao primário, a responsabilidade estatal se restringe aos mais pobres – cuja situação econômica não lhe permitisse arcar com os custos dos estudos – da forma que se segue:

> O ensino oficial ulterior ao primário será, igualmente, gratuito para quantos, demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos. Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior (BRASIL, 1967, art. 168, III).

A Constituição de 1967 prevê ainda que "cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar" (BRASIL, 1967, art. 169, §2).

É assim que a assistência aos estudantes é prevista, seja por meio da oferta de bolsas de estudos, condicionada ao bom desempenho do aluno e à restituição posterior, seja por meio da oferta de serviços como alimentação, transporte, entre outros, de acordo com o que será assinalado pela LDB de 1971. "Oferta" essa sempre vinculada ao fim último da assistência educacional, a eficiência escolar, conforme já preconizado na Constituição Federal anterior (1947).

Nesse período, instaura-se uma crise na educação brasileira, acarretada pela vasta demanda por educação e pouca oferta. O processo de industrialização se intensifica, assim como a necessidade de mão de obra qualificada que atendesse aos interesses das indústrias. No entanto, as oportunidades educacionais não se expandem na mesma proporção. De acordo com Romanelli (1986), no início dos anos 60, a estrutura do ensino manteve-se intacta com relação às legislações anteriores, representando uma defasagem entre o desenvolvimento educacional e o econômico, e, consequentemente, entre oferta e demanda por trabalho, o que se tornou prejudicial ao próprio capitalismo.

Diante da necessidade de proporcionar o crescimento econômico brasileiro, de acordo com preceitos estabelecidos pelos mecanismos internacionais, e, portanto, da necessidade de modernizar o sistema educacional brasileiro, o Estado realiza uma Reforma Educacional, a partir da Reforma do Ensino Superior (1968); e dos Ensinos de 1º e 2º graus por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1971 (ROMANELI, 1986).

Contudo, esta modernização ocorreu de forma conservadora. A Reforma do Ensino Superior não expandiu as vagas nas universidades, mas contemplou o fomento decursos

superiores de curta duração, autorizando inclusive a sua oferta por meio das Escolas Técnicas Federais. E, a reforma do ensino de 1º e 2º graus impôs a preparação para o trabalho como elemento obrigatório nestes níveis de ensino, como também a profissionalização obrigatória de nível médio comum a todos os alunos das escolas públicas. Tais medidas foram adotadas, por um lado, como forma de resolver o problema do mercado, ou seja, a falta de mão de obra qualificada,e apresentaram, portanto, um caráter terminal, pela necessidade de formar técnicos com a urgência que se requeria o processo de industrialização. E por outro, de "atender" as reivindicações sociais por maior escolaridade; e de conter a expansão do ensino superior.

De acordo com Kawamura (1990, p. 43), "a preocupação do Estado centrava-se basicamente em adequar os recursos educacionais às propostas desenvolvimentistas, no sentido da integração no capitalismo monopolista via internacionalização do mercado brasileiro".

A previsão de oferta de serviços de assistência educacional prevista na Constituição Federal de 1967 é reafirmada pela LDB de 1971, conforme se segue:

> § 1º Os serviços de assistência educacional de que trata este artigo destinar-se-ão, de preferência, a garantir o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incluirão auxílios para a aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário e outras formas de assistência familiar. § 2º O Poder Público estimulará a organização de entidades locais de assistência educacional, constituídas de pessoas de comprovada idoneidade, devotadas aos problemas sócio-educacionais que, em colaboração com a comunidade, possam incumbir-se da execução total ou parcial dos serviços de que trata este artigo, assim como da adjudicação de bolsas de estudo (BRASIL, 1971, art. 62).

Nesse sentido, ao prever a oferta de auxílios para suprir os gastos dos alunos nas instituições escolares, infere-se que se dá ênfase aos alunos do ensino médio, cuja profissionalização se constituiu como obrigatória.O próprio Planejamento Setorial[15]elaborado pelo Ministério da Educação para o período de 1970/1973, e o conjunto de Decretos editados entre 1966 e 1972 são reflexo dessa política educacional.

Em se tratando do Planejamento Setorial da Educação, entre os dez projetos prioritários educacionais elencados, desponta o Programa Global de Assistência ao Educando. A finalidade do programa era "aumentar o índice de escolarização, pela correção das implicações sócio-econômicas e assistência efetiva ao educando" (MEC, 1970, p. 33), e,

[15]Planejamento Setorial ou Planejamento Estratégico do Ministério da Educação e Cultura: documento que deveria ser elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura para o período de quatro anos, de acordo previsto no art. 53, parágrafo único da LDB de 1971, com descrição de ações, programas e projetos educacionais, como forma de subsidiar o desenvolvimento da educação brasileira, em consonância com o planejamento geral do governo federal.

portanto, apoiar os estudantes, na medida em que atingirem níveis mais elevados de ensino. Esse apoio deveria ser ofertado por meio de bolsas de estudo e bolsas de trabalho.

Por meio do discurso de que "nenhuma Nação em desenvolvimento poderá chegar ao 'clube fechado' das Nações desenvolvidas, se não capacitar adequadamente a mão-de-obra, visando à produtividade e ao pleno emprego" (MEC, 1970, p. 8), o Planejamento Setorial da Educação previa a expansão da qualificação profissional, por meio de programas como o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra (PIPMO) [16]. Além disso, desconsiderava a possibilidade de criação de novas unidades universitárias, apelando para a reorganização daquelas já existentes, sob o discurso de que, para resolver o problema da falta de vagas na Universidade, não seria preciso criar novas unidades, mas racionalizar os gastos e fazer melhor uso das estruturas e recursos disponíveis nas universidades já existentes. Enfatizava ainda a importância de criação de cursos de curta duração, valendo-se do discurso que:

> O jovem precisa de educação formal como objeto de valorização pessoal; à Nação cabe velar para que a sua valorização se faça em proveito das necessidades da comunidade, ou seja, como fator de produção e não como 'excedente profissional', marginalizado do processo produtivo (MEC, 1970, p. 8).

Entre os anos de 1966 e 1972, o Governo brasileiro editou também um conjunto de Decretos[17], que dispõem sobre a concessão de bolsa de trabalho e estudos a estudantes.O Programa "Bolsa de Trabalho" seria destinado a estudantes de quaisquer níveis de ensino, com prioridade para aqueles desprovidos de condições financeiras, com o objetivo de proporcionar-lhes oportunidades de exercício profissional em entidades públicas ou privadas, equiparadas a um estágio (BRASIL, 1972).

O Programa Especial de Bolsas de Estudos (PEBE) era destinado aos trabalhadores sindicalizados, seus filhos e dependentes, que estivessem cursando o ensino médio profissionalizante, em qualquer ramo de ensino (secundário, normal, agrícola, industrial, comercial). O programa consistia em um subsídio financeiro pago pelo governo, por meio do Banco do Brasil, aos alunos contemplados, com o objetivo de suprir despesas com alimentação, materiais escolares, vestuário, transporte, assistência médica e odontológica.

[16] Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra (PIPMO), que tinha por objetivo qualificar pessoas para trabalhar nos setores primário, secundário e terciário, nos diversos ramos da economia. A formação profissional era realizada por meio de convênios com Escolas Técnicas, prefeituras, sindicatos, Universidades, SENAC, SESC, etc. (MEC, 1970).

[17] Decreto n.º 57.870 de 25 de Fevereiro de 1966, que institui o Programa de Bolsas de Estudos para trabalhadores sindicalizados e seus dependentes; Decreto n.º 63.177, de 27 de agosto de 1968, que dispõe sobre o Programa Especial de Bolsas de Estudos para trabalhadores sindicalizados e seus dependentes; e o Decreto n.º69.927, de 13 de janeiro de 1972, que institui em caráter nacional o Programa "Bolsa de Trabalho".

Tratava-se de um programa operacionalizado pelos sindicatos dos trabalhadores, que recebiam as inscrições, analisavam os dados dos inscritos (sua condição econômica), indicavam os beneficiários; e definiam os valores a serem recebidos por eles (BRASIL 1966, 1968).

Semelhante ao que vinha acontecendo especificamente nas universidades públicas, percebe-se então, que a assistência aos estudantes nesse período passa a ser ofertada por meio de bolsas de estudos e de trabalho, condicionadas à restituição posterior ou a contrapartidas – nesse último caso, o desenvolvimento de atividades diversas nas próprias universidades ou outras instituições indicadas por elas (MEC, 1970). Essas políticas perduram até a atualidade. Entretanto, a partir da década de 80, algumas mudanças são introduzidas na prática de assistência aos estudantes por parte do governo, sobretudo com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que passa a considerar a educação como direito universal, e, para além da garantia do acesso, prevê a garantia da permanência.

2.3.4 A redemocratização do país e a efervescência dos Movimentos Sociais: a Assistência Estudantil a partir da década de 80

Depois de mais de duas décadas de Ditadura Militar, o Brasil retoma a democracia. No entanto, essa transição foi marcada por avanços e retrocessos, sobretudo no que tange às políticas sociais.

Em 1988, é promulgada a Constituição Federal, que garante a educação comodireito social universal, cujo princípio se assenta em um ensino que proporcione igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988, art. 206, I)

Contudo, a garantia de direitos se dá a partir da concretização de políticas públicas, que se constituem como decisões políticas do Estado e são operacionalizadas por meio de programas, projetos e serviços (PEREIRA, 2008, p. 165).

Em se tratando das políticas públicas de caráter social, evidenciou-se o seu desmonte na transição da década de 80 para 90. A transição para a "democracia" ocorreu em um período de crise econômica, no qual o país foi pressionado por organismos internacionais a realizar uma Reforma do Estado: a fixação de uma política de contenção de gastos e de ajuste estrutural, denominada de Neoliberalismo.

O Neoliberalismo é definido por Gentilli (1996) como um conjunto de estratégias políticas, econômicas e jurídicas, com o objetivo de instituir uma reforma ideológica da sociedade, e, consequentemente, do seu modo de pensar e agir. A partir do princípio da

liberdade individual, o intervencionismo estatal é rechaçado e considerado como causa da crise econômica vivenciada. Os problemas sociais são atribuídos ao mau uso da liberdade pelos indivíduos, que, portanto, são considerados responsáveis pela sua condição.

Nesse contexto neoliberal em que se difunde a ideia de que cabe a cada um galgar os melhores caminhos para viver, de forma a ser bem-sucedido, e poder adquirir todos os bens e serviços necessários à própria manutenção, o Estado transfere suas responsabilidades para o setor privado e para as organizações filantrópicas.

Com a minimização do papel do Estado e a retração de investimentos, sobretudo em se tratando das políticas sociais, ele focaliza suas ações a grupos mais vulneráveis, em situação de fome e miséria (MONTANO, 2012). Além disso, restringe sua intervenção a atividades exclusivas, o que não é o caso da Educação – que poderia ser ofertada pela iniciativa privada – e, que, então, sofre as consequências desse processo.

Das políticas públicas orientadas por meio da Reforma do Estado a partir dos anos 90, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, Dourado (2002, p. 8) destaca a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001.

A LDB, aprovada por meio da Lei n.º 9.394 de 1996, apesar de reafirmar o princípio constitucional do ensino baseado em igualdade de condições para o acesso e permanência do estudante na escola, foi fruto dos interesses do capital. A Lei combateu as reformas de base propostas pela Sociedade Civil, dentre elas a proposta de educação integral, que considera a educação geral como parte inseparável da educação profissional. A formação profissional voltada a atender às demandas do mercado foi priorizada, em detrimento de uma formação integral que perpassasse todos os níveis de ensino (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2010, p. 17).

Para atender a uma prerrogativa constitucional, em 2001 foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), por meio da Lei 10.172/2001, com vigência até 2010. O PNE dispunha sobre um diagnóstico da educação brasileira, com definição de objetivos, diretrizes e metas sobre todos os níveis e modalidades de ensino, sobre a formação dos professores e valorização do magistério, e sobre financiamento e gestão.

O PNE orientou suas ações a partir das seguintes prioridades estabelecidas: a elevação global do nível de escolaridade; a redução das desigualdades sociais e regionais, no tocante ao acesso e permanência, com sucesso na educação pública; e a democratização da gestão (UNESCO, 2001, p. 26).

A “permanência”, prioridade elencada pelo PNE (2001), foi contemplada com a seguinte meta no Plano: “estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de

assistência estudantil, tais como bolsa-trabalhoou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico" (BRASIL, 2001, p. 46). A proposta do PNE para a assistência aos estudantes não diferiu das legislações anteriores. No entanto, cabe ressaltar que, na prática, não foi sequer garantido financiamento para tais ações.

Assim como a LDB, a proposta do PNE aprovada foi aquela apresentada pelo governo, em detrimento da proposta da Sociedade Civil que se baseava na universalização da educação e com previsão de financiamento.

No projeto do governo, a universalização não era algo previsto. E, em meio à política de cunho neoliberal, o financiamento não foi priorizado. O então presidente, Fernando Henrique Cardoso vetou os nove artigos referentes à ampliação de recursos para a educação: 1) ampliação de oferta de Renda Mínima para as crianças de 0 a 6 anos da Educação Infantil; 2) ampliação do ensino público superior; 3) criação de Fundo de desenvolvimento da educação superior, com recursos destinados à manutenção e expansão da rede de instituições federais; 4) ampliação de crédito educativo no setor particular da educação superior, com prioridade para os estudantes de menor renda; 5) ampliação do financiamento público à pesquisa científica e tecnológica; 6) Fixação de Plano de carreira e salários para os profissionais da área técnica e administrativa da educação; 7) Elevação do investimento em educação para que corresponda a 7% do Produto Interno Bruto (PIB) ao final de 10 anos; 8) Alocação de valores/recursos por aluno, nas instituições de ensino, a partir de parâmetros de qualidade estabelecidos nacionalmente; 9) Exclusão dos gastos com aposentados e pensionistas do valor dos recursos repassados ao ensino público federal (UNESCO, 2001).

Nesse sentido, como falar em garantir permanência sem previsão de recursos para a execução das ações?

Em 2007, em plena vigência do PNE, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE),apresentado pelo governo como um conjunto de ações, programas, instrumentos de avaliação e gestão do sistema, e normativas, capaz de enfrentar os problemas da educação brasileira (GRACINDO, 2008, p. 78). Algumas ações vinculadas ao PDE já vinham sendo desenvolvidas pelo Ministério da Educação (MEC), outras foram criadas a partir do documento.

Quanto à previsão de ações pelo PDE, relacionadas à "permanência", destaque será dado ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implantado com o objetivo de "criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais" (BRASIL,

2007b, art. 1º), e que adota como uma de suas diretrizes, "a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil" *(ibidem*, art. 2º, V).

Em face do previsto pelo REUNI, o Ministério da Educação publica a Portaria n.° 39 de 12 de Dezembro de 2007, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O programa considera a centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal. E, para tanto, define os tipos de programas passíveis de serem ofertados pelas Instituições de Ensino Superior.

Cabe, porém, ressaltar que o PNAES só foi instituído oficialmente pelo governo federal em 2010. E ainda, que não foi fruto de uma decisão governamental isolada. Por um lado, o governo foi pressionado por movimentos sociais como o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que surge no cenário de luta pela Assistência Estudantil em 1984[18]e se torna o órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Por meio da realização de pesquisas sobre o perfil dos alunos das Universidades Brasileiras, o FONAPRACE identificou que a maioria destes apresentava dificuldades socioeconômicas, por pertencerem a famílias de baixa renda, o que implicava, em muitos casos, um desempenho acadêmico desigual, e, por consequência, altos índices de retenção e evasão. A partir desse contexto, e considerando o provável aumento da demanda por assistência estudantil em decorrência do REUNI, o FONAPRACE apresentou como proposta à ANDIFES em 2007, um Plano Nacional de Assistência Estudantil. Por outro lado, o governo identificou que o custo com evasão nas instituições federais atingia valores exorbitantes, chegando a 486 milhões ao ano, o que correspondia a 9% do orçamento anual dessas instituições. E isso tornava o sistema educacional público ineficiente e caro. Diante da conjuntura, o Plano foi aprovado, com a definição de diretrizes para a elaboração de programas de apoio a estudantes, sobretudo aos mais pobres (FONAPRACE, 2007). E, por conseguinte, o PNAES foi implantado, por meio do Decreto n.º 7.234/2010.

O PNAES se configura, assim, como uma política social compensatória inclusiva. Políticas desse gênero são definidas por Cury (2005), como sendo aquelas que direcionam suas ações a grupos vulneráveis, marginalizados e excluídos por conta das desigualdades sociais, cujo objetivo é proporcionar condições de igualdade a partir da consideração das

[18] É instituído oficialmente apenas em 1987 (FONAPRACE, 1993).

diferenças. Para o autor, a universalização garantida por meio de mecanismos legais fica, por vezes, sem efetivação, diante do cenário de desigualdade social. Nesse sentido, as políticas compensatórias se constituem como "estratégias voltadas para a focalização de direitos para determinados grupos marcados por uma diferença específica" (*ibidem*, p. 15).

O PNAES prioriza "[...] estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior" (BRASIL, 2010, art. 5º). O que confere autonomia às Instituições de Ensino Superior na seleção do público-alvo, desde que observada *a pirori*, a renda ou o tipo de escola que o estudante frequentou anteriormente. Além disso, o PNAES prevê que cada IES deve levar em conta as especificidades do corpo discente, as suas necessidades na elaboração de suas Políticas de Assistência Estudantil, mas, atentando sempre para a compatibilidade orçamentária do Ministério da Educação (BRASIL, 2010).

Com a implantação do PNAES, os Institutos Federais – fruto da reorganização da Rede Federal de Escolas Técnicas, escopo do PDE, foram criados –, e são incluídos como IES passíveis de ofertar as ações de assistência aos estudantes nas diversas áreas, tais quais: I- moradia estudantil; II- alimentação; III- transporte; IV- atenção à saúde; V- inclusão digital; VI- cultura; VII- esporte; VIII- creche; IX- apoio pedagógico; e X- acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010, art. 3º, §1º).

Dessa forma, cada instituição começa a regulamentar sua Política de Assistência aos estudantes e desenvolver seus programas. Há que ressaltar, no entanto, que, sobre a égide neoliberal, tais programas são revestidos de seletividade, e, por isso, voltados a atender minimamente aos mais pobres dentre os pobres, é o que Leite (2011, p. 3) considera como "poucas esmolas a serem disputadas por muitos". É preciso não perder de vista que, de acordo com Dribe (1989, 1993 apud CURY 2005, p. 16), ao mesmo tempo em que as políticas compensatórias são necessárias para corrigir implicações das desigualdades sociais, podem ser utilizadas pelo Estado como estratégias na alocação de recursos, frente à necessidade de ajuste das contas públicas.

3 A OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFNMG

3.1 BREVE RELATO SOBRE O SURGIMENTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A rede federal de EPTC, da qual o IFNMG é parte integrante, é fruto das escolas de aprendizes artífices instauradas em 1909, pelo então Presidente da República, Nilo Peçanha, que culminaram posteriormente no surgimento das escolas técnicas e nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) (MANFREDI, 2002, p. 85), até o surgimento dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em 1909 foram criadas 19 escolas de aprendizes artífices, cujo objetivo era formar operários mediante o ensino, sobretudo prático, de ofícios diversos, através de oficinas de trabalho. A implantação das escolas se justificava pela necessidade de proporcionar a formação de cidadãos úteis à nação, ou seja, laboriosos, mantendo-os assim longe da vida do crime, da ociosidade (BRASIL, 1909).

A partir da década de 40, com a Reforma Capanema, tais escolas se transformaram em escolas técnicas e industriais de nível pós-primário.

Em 1959 estas escolas se transformam em autarquias federais, por meio da Lei n.º 3.552 de 1959, pois "cada uma delas passou a constituir personalidade jurídica própria, possuindo autonomia didática, administrativa, técnica e financeira" (CUNHA, 2005a, p. 135).

Em 1978, três Escolas Técnicas Federais (de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro) são transformadas em instituições predominantemente de ensino superior, a partir de um "deslocamento do nível de atuação pretendido" de acordo com Campello (2007, p. 2), por considerar o surgimento das instituições vinculadas ao ensino médio-técnico. As três Escolas Técnicas passam a ser denominadas de CEFETs, expandidos[19] na década de 90.

No ano de 2005, com a promulgação da Lei n.º 11.195 de 2005, que faculta à União a criação de Escolas de educação profissional e tecnológicas – que antes só podiam ser criadas e mantidas pelos outros entes federados – inicia-se a I fase de expansão da rede federal de educação. Nesta primeira fase, são criadas 60 (sessenta) instituições públicas de educação profissional e tecnológica (SETEC, 2007).

[19] A expansão se deu a partir da previsão legal de transformação das escolas técnicas em CEFETs por meio da Lei n.º 8.948 de 1994, regulamentada pelo Decreto n.º 2.406 de 1997.

No ano de 2007, inicia-se a segunda fase de expansão no bojo do PDE. O MEC publica, no dia 24 de Abril de 2007, uma chamada pública, com o objetivo de apoiar propostas de implantação de instituições de educação profissional e tecnológica. Na mesma data, é promulgado o Decreto n.º 6.095 de 2007, que orienta o processo de integração das escolas técnicas, agrotécnicas e CEFET ainda existentes em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e estabelece as diretrizes para a sua transformação. E em 2008, por meio da Lei n.º 11.892, é instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e os Institutos Federais são criados, dentre eles o IFNMG.

3.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFNMG

O IFNMG é fruto da integração da Escola Agrotécnica Federal de Salinas e do Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Januária, instituições criadas respectivamente em 1953 e 1960, quando ainda eram denominadas de Escola de Iniciação Agrícola de Salinas e Escola Agrotécnica de Januária (IFNMG, 2013a).

Por se constituírem como instituições de educação superior, básica e profissional, os Institutos Federais são responsáveis sobremaneira, pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, que devem representar, no mínimo, 50% de suas vagas (BRASIL, 2008).

Além da modalidade de ensino integrado, destinado aos concluintes do ensino fundamental, e que tem por objetivo conduzir os estudantes à conclusão do ensino médio e obtenção de habilitação profissional técnica ao mesmo tempo e na mesma instituição de ensino, outras modalidades de educação profissional técnica de nível médio são ofertadas. A modalidade concomitante é oferecida a quem tiver concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, pressupondo a existência de matrículas distintas para cada curso na mesma instituição ou em outra instituição distinta. E quanto à modalidade subsequente, esta é oferecida a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2004a, Art. 4º, I a III).

O IFNMG – *Campus* Almenara iniciou suas atividades em 21 de outubro de 2010, com a oferta de cursos técnicos de nível médio (IFNMG, 2013a, p.15), e desde 2011 tem desenvolvido ações com o objetivo de oportunizar além do acesso, a permanência dos alunos na instituição, por meio da Política de Assistência Estudantil. E tem atendido sobremaneira

aos alunos do ensino médio profissionalizante – público-alvo deste trabalho – considerando o maior número de turmas e alunos, se comparados com o ensino superior[20].

Em 2011, por meio da Resolução n.º 29/2011 do Conselho Superior, o IFNMG elabora sua Política de Assistência Estudantil. Baseada no princípio de justiça social, a política apresenta como um de seus objetivos, a garantia de "mecanismos que promovam condições socioeconômicas que viabilizem a permanência e o êxito no percurso escolar" (IFNMG, 2011a, p. 6). Para a sua execução, é previsto o envolvimento de profissionais de diversas áreas como: Enfermagem, Psicologia, Serviço Social, Medicina, Odontologia, Educação Física, Nutrição, Tradutor de Libras, docentes, entre outros não especificados (*ibidem*).

A Política de Assistência Estudantil define ainda os programas passíveis de serem ofertados aos estudantes, seja em caráter universal – destinado a todos os alunos; ou em caráter seletivo – direcionado aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, identificados como sendo aqueles que vivenciam privação de renda para a satisfação de suas necessidades sociais. Tais programas se definem como: Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes; Programa de Educação para a diversidade; Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas; Programa de Assistência à Saúde, Programa de Acompanhamento Psicológico, Programa de Acompanhamento Pedagógico, Programa de Acompanhamento Social, Programa de Incentivo à Educação Física e Lazer, Programa de Incentivo à Educação Artística e Cultural, e Programa de Incentivo à Formação de Cidadania.

Dentre os programas previstos, destaca-se o Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes, direcionado aos alunos matriculados em um dos cursos presenciais do IFNMG e em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Esse programa engloba:

- **Auxílio transporte:** destinado a custear despesas no trajeto "domicílio-IFNMG", cujo valor seria 20% ou 30% do salário-mínimo, de acordo a localização da residência do aluno – se residente no mesmo município sede do IFNMG até 20%; se em outros municípios até 30%;
- **Auxílio Moradia:** destinado a custear os gastos com a moradia do estudante, especificamente para os alunos oriundos de outros municípios ou do município sede do c*ampus*, porém sem vínculos familiares neste. O valor do auxílio deveria ser igual ou inferior a meio salário-mínimo;

[20] O primeiro curso de nível superior – Tecnologia e Análise de Desenvolvimento de Sistemas (TADS) – foi implantado no *Campus* Almenara somente no segundo semestre do ano de 2013. Atualmente o *campus*conta com duas turmas do TADS, e mais uma de Engenharia Agronômica.

- **Auxílio Alimentação:** Destinado ao custeio de gastos com alimentação ou ao fornecimento da alimentação/refeições no próprio *campus*. Com relação a este auxílio, não há referência de valores na Política de Assistência Estudantil;
- **Bolsas Vinculadas a Projetos de Incentivo à Pesquisa e Extensão (PIPEXT):** concessão de Bolsas de Pesquisa e Extensão, através da inserção do aluno em atividades de trabalho afins ao curso, e, portanto, exigência de carga horária de até 20 horas semanais. O valor do auxílio poderia ser de até meio salário-mínimo;
- **Bolsa de Monitoria:** destinada a alunos que desenvolvem ações de acompanhamento a outros alunos. O valor de referência é de até meio salário-mínimo e este auxílio não se destina apenas aos estudantes em situação de vulnerabilidade;
- **Bolsa Treinamento:** destinada a estudantes inseridos em atividades nas dependências do IFNMG, como forma de complementação do processo de ensino-aprendizagem. A referência de valor deste auxílio é de meio salário-mínimo, e ele não se destina especificamente a estudantes em situação de vulnerabilidade;
- **Auxílio Permanência:** auxílio destinado a subsidiar as despesas para a permanência do estudante no IFNMG, tais quais: alimentação, transporte, moradia. O valor de referência do auxílio é de até um salário-mínimo e meio.
- **Auxílio cópia e impressão:** destinado ao fornecimento de cem cópias e quarenta impressões mensais, por parte do setor Gráfico do *campus*;
- **Auxílio para aquisição de itens escolares e viagens**: destinado a custear despesas com materiais escolares e viagens acadêmicas dos estudantes. Com relação a este auxílio, não há referência de valores na Política de Assistência Estudantil.

Em 2012, A Política de Assistência Estudantil do IFNMG é regulamentada por intermédio da Resolução n.° 33, de 03 de agosto de 2012 do Conselho Superior, que prevê o desenvolvimento de projetos, programas, ações e serviços, com o intuito de democratizar o acesso e assegurar o princípio da igualdade de condições de permanência e conclusão com êxito dos estudos, ancorada nos seguintes princípios:

- Igualdade de condições para acesso, permanência e conclusão com êxito dos discentes;

- Redução das taxas de retenção e evasão escolar;
- Orientação humanística e preparação para o exercício pleno da cidadania;
- Atendimento especializado aos discentes com necessidades específicas;
- Desenvolvimento de ações que promovam a convivência com a diversidade;
- Atendimento aos discentes por meio de programas de assistência ao educando e assistência à saúde; e
- Incentivo a educação física, intelectual, artística e cultural dos discentes.

A Política de Assistência Estudantil estabelece ainda como objetivos:

- Garantir aos discentes em situação de vulnerabilidade social mecanismos que promovam condições socioeconômicas a fim de viabilizar a permanência e o êxito no percurso escolar;
- Promover a formação do cidadão histórico-crítico oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país;
- Possibilitar o acesso, a permanência e a conclusão com êxito dos discentes do IFNMG com vistas à inclusão social e democratização do ensino;
- Assegurar aos discentes igualdades de oportunidades no exercício de suas atividades escolares;
- Proporcionar aos discentes com necessidades específicas condições necessárias para seu desenvolvimento escolar, conforme legislação vigente;
- Contribuir para a promoção do bem-estar biopsicossocial dos discentes;
- Contribuir para a melhoria do desempenho escolar, buscando minimizar a retenção e evasão;
- Promover e ampliar a formação integral dos discentes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico;
- Preservar e difundir os valores éticos de liberdade, igualdade, democracia e solidariedade; e
- Assegurar a prestação de serviços com igualdade e/ou equidade.

O Regulamento prevê que as ações vinculadas à Política de Assistência Estudantil ficarão a cargo de um Departamento de Assistência Estudantil ou órgão equivalente, vinculado, nos *campi*, a uma Diretoria de Extensão ou órgão equivalente, e este, por sua vez, subordinado a Pró-Reitoria de Extensão. Quanto à equipe local para a sua operacionalização, é reafirmada a necessidade do envolvimento dos profissionais de áreas já citadas quando da criação da Política de Assistência Estudantil (Serviço Social, Psicologia, Tradutor de Libra, profissional da área da saúde), acrescido de "assistente de alunos" e pedagogo, e outros técnicos administrativos de nível médio, técnico e superior, cujas áreas de formação não foram especificadas (IFNMG, 2012a).

A regulamentação da Política de Assistência Estudantil traz algumas alterações com relação à Resolução n.º 29/2011 que a instituiu, inclusive quanto à organização dos programas de Assistência Estudantil, que passam a ser subdivididos apenas em três: Programa Universal, destinado a todos os estudantes dos cursos presenciais, e concedido por mérito acadêmico; Programa de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas, destinado aos discentes que apresentam necessidades especiais; e, por fim, o Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes – foco deste trabalho – destinado àqueles discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, regularmente matriculados em quaisquer dos cursos presenciais.

Os Programas Bolsa Monitoria, Bolsa Treinamento e Bolsas vinculadas à projetos de pesquisa e Extensão, migram para o Programa Universal, e são vinculados à exigência de contrapartida, ou seja, a realização de atividades no c*ampus*[21]. E a modalidade "Auxílio para aquisições de itens escolares e viagens", é desdobrada em dois tipos de auxílio, passando o primeiro ao Programa de Assistência e Apoios aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e o segundo, ao Programa Universal.

O Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica passa a compreender os seguintes auxílios: Auxílio transporte; Auxílio Moradia; Auxílio Alimentação; Auxílio Permanência; Auxílio cópia e impressão; Auxilio para aquisição de itens escolares e uniformes; Auxílio financeiro para estudantes do Programa de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) [22].

Alterações do ponto de vista financeiro também são estabelecidas com a Regulamentação da Política de Assistência Estudantil. Alguns percentuais fixados como

[21] Com exceção dos programas de pesquisa e extensão, cujas regras estão sujeitas a alterações de acordo com cada Agência de Fomento à pesquisa, os Programas Bolsa Monitoria e Treinamento são concedidos mediante o cumprimento, por parte do estudante, de carga horária de até vinte horas semanais.
[22] Modalidade de ensino não ofertada no *Campus* Almenara.

parâmetro para a concessão dos auxílios são alterados. A referência do auxílio transporte, antes previsto para ser concedido em valor entre 20% e 30% do salário-mínimo, destinado respectivamente para alunos residentes na sede do *campus*, e para alunos oriundos de outros municípios, passa para 30% e 40%. Surge também a possibilidade de oferta de auxílio financeiro para garantir o auxílio cópia e impressão aos *campi* que não dispunham de Setor Gráfico; e a modalidade de auxílio financeiro para estudantes do PROEJA – que deveria ser alvo de regulamentação posterior.

3.2.1 O Programa de Assistência e Apoios aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e a sua execução no *Campus* Almenara

Considerando que o conceito de vulnerabilidade social remete à pobreza, à insuficiência ou ausência de renda, bem como ao precário ou nulo acesso aos serviços públicos (BRASIL, 2004b, p. 33), e que, por isso, engloba a questão econômica, pode-se afirmar que o público-alvo do Programa de Assistência e Apoio aos estudantes é constituído por alunos provenientes da classe trabalhadora. E que, por terem permanecido alijados do processo educacional durante muito tempo, pelas dificuldades encontradas para o seu acesso e permanência, são alvo de políticas compensatórias inclusivas. Nesse sentido, a instituição de um Programa Nacional de Assistência Estudantil, apesar de não se constituir, por si só, como resposta às desigualdades educacionais, é um passo importante para a consolidação de direitos.

O Decreto n.º 7.234 de 2010 que dispõe sobre o PNAES concede autonomia para as Instituições de Ensino Superior definirem os critérios e seleção dos alunos. E estabelece como público prioritário da Assistência Estudantil, os alunos oriundos de escola pública **ou** que apresentem renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo aos demais critérios a serem definidos pela Instituição de Educação Superior (BRASIL, 2010, grifo nosso). Depreende-se, portanto, que, por utilizar a conjunção alternativa "ou", o Decreto faculta às Instituições de Ensino Superior a opção pelo critério "escola pública" ou "renda familiar", para a inscrição e/ou classificação dos alunos que concorrem aos Editais da Assistência Estudantil.

O IFNMG, ao regulamentar sua Política de Assistência Estudantil, ratifica o público alvo descrito no Decreto n.º 7234 de 2010 como sendo prioritário para o atendimento no âmbito da Instituição, não realizando, dessa forma, opção por um critério de inscrição ou seleção específico, de acordo com o texto abaixo:

> § 1º. No processo de seleção dos discentes serão utilizados critérios de cunho social e econômico. No que diz respeito aos critérios econômicos será utilizado os critérios do decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. Com base no decreto serão atendidos prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica **ou** com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (IFNMG, 2012a, art. 31, grifo nosso).

Porém, a opção pelo critério "renda" para o atendimento aos alunos por meio do Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes do *Campus* Almenara é visível nos Editais publicados entre os anos de 2011 e 2015, com exceção do Edital publicado em 2012 que, apesar de não ter feito a opção pelo critério "oriundo de escola pública", o considerou como forma de desempate no processo de seleção.

O processo de seleção dos alunos é regido por meio de Edital, construído de forma coletiva pelos *campi*, sob parecer da Procuradoria Jurídica do IFNMG, e publicado semestral ou anualmente. Apenas questões mais específicas são definidas de forma individual por cada *campus,* como por exemplo: quantitativo de auxílios a serem ofertados e respectivos valores, considerando as especificidades e orçamento destes.

Os recursos[23] destinados para a execução da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais são provenientes da ação 2994. O valor a ser destinado para cada *campus* é calculado considerando o montante de recursos repassados à Rede Federal de Educação no ano anterior, corrigido de acordo com a inflação e acrescido do número de novas matrículas. Cada instituição fica com parte desse "bolo" que é dividido, levando-se em consideração a média do número de alunos de cada uma, referente ao segundo semestre do ano anterior de elaboração da matriz orçamentária, bem como do primeiro semestre do ano de sua elaboração, mas para vigência apenas no ano subsequente. Além disso, para esse cálculo considera-se também o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município onde se localiza o c*ampus*, avaliando sua posição no *ranking* do IDH de todos os municípios da Rede Federal de Educação, de forma que, quanto menor o IDH, maior o valor a ser recebido por aluno (SETEC, 2012).

Para se inscrever no processo de seleção, o aluno deve estar regularmente matriculado em um curso presencial do IFNMG – *Campus* Almenara; preencher questionário socioeconômico com questões relacionadas à sua vida e de sua família; apresentar a documentação comprobatória das informações prestadas, inclusive os rendimentos e as

[23] Os critérios para o cálculo do montante de recursos estão anexos.

despesas familiares; e fazer a opção pelos auxílios que pretende receber. Tudo isso dentro dos prazos previstos no Edital que rege o processo.

Os alunos são classificados de acordo com a sua condição socioeconômica – por meio da qual terão a possibilidade de receber mais de uma modalidade de auxílio – e de acordo com o número de auxílios disponibilizados por meio do Edital. Considerando que, geralmente a demanda por auxílios é bem maior do que a oferta destes, em função dos escassos recursos, os alunos classificados, mas excedentes, são inseridos em uma lista de espera. Estes alunos têm a possibilidade de serem contemplados dentro do prazo de validade do Edital – que pode ser de seis meses ou um ano – em decorrência de desligamento de aluno contemplado, abandono do curso, trancamento da matrícula, transferência, etc.; ou por abertura de mais vagas em decorrência de disponibilidade orçamentária.

A seleção dos alunos é realizada por meio de uma Comissão local de Assistência Estudantil, designada pelo Diretor Geral do *campus* e geralmente presidida pelo (a) assistente social, profissional que também realiza as entrevistas com os discentes e/ou responsáveis.

Ao ser selecionado, o aluno tem um prazo para preencher e apresentar um Termo de Compromisso e Adesão aos auxílios para os quais foi contemplado, contendo seus dados pessoais, inclusive os dados bancários. Tais dados são sistematizados e encaminhados mensalmente ao setor financeiro para pagamento.

No *Campus* Almenara, considerando a demanda apresentada e a falta de recursos humanos, o processo de seleção como um todo demora aproximadamente três meses, e o pagamento dos auxílios, no mínimo mais um mês.

De acordo com o Regulamento do programa, após o processo de seleção, o aluno contemplado deve obedecer a algumas regras para ter direito a permanecer no programa, e, assim, para receber os auxílios. Dentre estes critérios, é preciso ter freqüência mensal igual ou superior a 80%; não se desvincular da Instituição (compreendendo aqui abandono de curso, trancamento da matrícula, conclusão do curso, desistência); não desrespeitar o Regimento Disciplinar dos discentes; não possuir mais de sete faltas consecutivas sem justificativa; não prestar informações inverídicas no decorrer do processo; não ter saído da condição de vulnerabilidade social (IFNMG, 2012a). Acompanhamento previsto para ser realizado mensalmente pelo NAE em articulação com o Departamento de Ensino e Secretaria de Registros Escolares.

3.2.1.1 A evolução dos auxílios[24] no decurso dos anos

Em 2011, o IFNMG começa a se organizar para a oferta de auxílios da Assistência Estudantil. Contudo, a greve dos servidores que ocorrera nesse ano gerou atraso na aprovação da Política de Assistência Estudantil, e postergou a abertura de Edital de concessão de auxílios da Assistência Estudantil para o segundo trimestre do mesmo ano (IFNMG, 2012b, p. 30).

No *Campus* Almenara, o Edital supracitado foi publicado somente em Novembro de 2011. E o quantitativo de auxílios ofertados foi ínfimo, se comparado com o número de estudantes matriculados, bem como com a situação de vulnerabilidade socioeconômica destes, como poderá ser observado abaixo:

Total de alunos presenciais matriculados	Público-alvo do PNAES (%)	Público-alvo do PNAES (n.º)	Quantitativo de auxílios ofertados	Estimativa[25] de público-alvo atendido (%)
609	95%	579	70	12,1 %

Quadro 1 – Estimativa de alunos contemplados pela Assistência Estudantil em 2011
Fonte: Elaborado pela autora com base em (IFNMG, 2012b).

De acordo com dados do Relatório de Gestão[26] do IFNMG de 2011, a maioria dos alunos matriculados no IFNMG – *Campus* Almenara, nesse ano, era proveniente de famílias de baixa renda, sendo que, 50% apresentavam renda *per capita* inferior a meio salário-mínimo, e 30,71% entre meio e um salário-mínimo, ou seja, mais de 80% sobreviviam com até um salário-mínimo *per capita*. Considerando o critério de renda definido pelo PNAES – renda *per capita* familiar de até um salário-mínimo e meio – 95% dos alunos matriculados em 2011seriam passíveis de receberem auxílios da Assistência Estudantil.

Para a operacionalização da Política de Assistência Estudantil, o IFNMG – *Campus* Almenara recebeu o montante[27] de R$89.952,00 em 2011. No entanto, só executou 75% deste

[24]Os dados referentes aos auxílios da Assistência Estudantil dispostos nesta seção se referem ao Programa de Assistência e Apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, integrante da Política de Assistência Estudantil do IFNMG.
[25] Considerando que esta pesquisadora só ingressou no IFNMG no fim do ano de 2012, e, por isso, não dispõe de dados referentes ao número de alunos contemplados pela Política de Assistência Estudantil em 2011, realizou-se uma estimativa do número de alunos contemplados como sendo equivalente ao número de auxílios concedidos, logo, considerou-se a concessão de um único auxílio para cada aluno.
[26] O Relatório de Gestão é um mecanismo de prestação de contas elaborado pelo IFNMG anualmente.
[27] Todos os dados referentes ao orçamento do *Campus*Almenara para a Política de Assistência Estudantil foram extraídos de fonte documental – recebidos por e-mail institucional.

valor, o equivalente a R$67.192,00. A alegação feita pela Pró-Reitoria de Extensão,[28]órgão responsável pela Política de Assistência Estudantil em nível de Reitoria, é de que a falta de servidores para atuar com a operacionalização da referida política foi uma das maiores dificuldades encontradas para o desenvolvimento das atividades (IFNMG, 2012b, p. 18).

Apesar da previsão de uma equipe multidisciplinar para operacionalizar a Política de Assistência Estudantil do IFNMG, no *Campus* Almenara, durante os anos de 2011 e 2012, apenas três servidores estavam envolvidos em tais ações: uma assistente social e dois assistentes de alunos.

Tal fato, aliado à greve dos servidores, pode ter influenciado a baixa execução orçamentária do IFNMG referente à Assistência Estudantil.

O ano de 2012 foi o ano de regulamentação da Política de Assistência Estudantil do IFNMG. No *Campus* Almenara, aumentou-se o número de alunos matriculados, mas, o número de auxílios ofertados foi muito aquém do necessário, de acordo com os dados abaixo:

Total de alunos presenciais matriculados	Público-alvo do PNAES (%)	Público-alvo do PNAES (n.º)	Quantitativo de auxílios ofertados	Estimativa[29]do público-alvo atendido (%)
963	83,8%	807	80	9,91%

Quadro 2 – Estimativa de alunos contemplados pela Assistência Estudantil em 2012
Fonte: Elaborado pela autora com base em (IFNMG, 2013b).

Das vinte vagas de auxílio transporte intermunicipal disponibilizadas no ano anterior, cinco foram excluídas em 2012, o que representou uma redução de investimento de R$7.200,00. Assim também ocorrera com o auxílio alimentação, que sofreu uma redução de dez vagas, o que representou menos R$10.800,00. Em contrapartida, foram ofertadas vinte e cinco vagas de auxílio cópia e impressão, o que equivale a um investimento de R$5.625. Totalizam-se, assim, oitenta auxílios ofertados em 2011.

O que se percebe é que, se amplia o número de auxílios ofertados com relação ao ano anterior – de setenta para oitenta – mas diminui-se o investimento. Nesse caso, há um aumento em quantidade, mas não em qualidade. E, considerando o aumento do número de

[28]No IFNMG a Pró-Reitoria de Extensão é responsável pelos setores, núcleos e/ou coordenações de Assistência Estudantil dos *campi*. No entanto, nos *campi*, apesar de determinado na Resolução de Regulamentação da Assistência Estudantil, estes setores não são vinculados de forma homogênea às Coordenações ou Direções de Extensão, em *campi* estão vinculados à Direções de Ensino ou órgãos equivalentes.

[29] Pelos mesmos motivos que não foram possíveis mensurar o quantitativo de alunos contemplados pela Política de Assistência Estudantil em 2011, também não será possível fazê-lo com relação ao ano de 2012, considerando que o ingresso desta pesquisadora no IFNMG só ocorreu no final deste ano. Por conseguinte, realizou-se uma estimativa do número de alunos contemplados a partir do número de auxílios concedidos.

alunos de 2011 para 2012, proporcionalmente a quantidade de auxílios ofertados em 2012 foi inferior a 2011.

Em 2012, o volume de recursos recebidos para a operacionalização da Política de Assistência Estudantil aumentou consideravelmente. O valor foi de R$119.438,00. Porém, gastou-se apenas R$82.970,96, o que representou uma execução orçamentária de 69%, bem aquém do ano de 2011, e cujos motivos não foram identificados pela pesquisadora nos documentos analisados[30].

No ano de 2013, houve 1.775 alunos matriculados, um número bastante expressivo. No entanto, esse número engloba os alunos de programas de Educação à Distância e cursos de qualificação profissional, fomentados e desenvolvidos pelo IFNMG nesse período[31]**.** Do total de alunos, apenas 625 são oriundos dos cursos presenciais passíveis de recebimento dos auxílios da Assistência Estudantil, e que, portanto, serão considerados neste estudo.

A equipe de profissionais vinculados à Assistência Estudantil é ampliada, passando a contar com uma nutricionista e um técnico em enfermagem – que, apesar de se constituírem como partes do corpo técnico administrativo do c*ampus* desde 2011, estavam desviados de função; uma psicóloga; além da assistente social e assistentes de alunos. E todos atuando no NAE, órgão responsável pela operacionalização da Política de Assistência Estudantil no *campus* e subordinado à Coordenação de Extensão, com exceção dos assistentes de alunos, que, na prática, estão vinculados à Direção de Ensino.

Este foi o melhor momento da Política de Assistência Estudantil do IFNMG – *Campus* Almenara, desde a sua implantação. O número de auxílios expandiu consideravelmente, atingindo 600 vagas ofertadas, de acordo com descrição a seguir:

Total de alunos presenciais matriculados	Público-alvo do PNAES (%)	Público-alvo do PNAES (n.º)	Quantitativo de auxílios ofertados	Alunos beneficiados (n.º)	Percentual de alunos atendidos
625	74,86%	468	600	164	35,4%

Quadro 3 – Percentual de alunos contemplados pela Assistência Estudantil em 2013
Fonte: Elaborado pela autora com base em (IFNMG, 2014) e pesquisa documental.

O número de alunos contemplados também aumentou, e, pela primeira vez, houve a oferta do auxílio permanência e do auxílio uniforme no *Campus* Almenara.

[30] À época, a pesquisadora ainda não trabalhava na Instituição.
[31] Cursos da Rede e-Tec Brasil (cursos de educação profissional e tecnológica à distância); do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), e do Programa Mulheres Mil. Mais informações no sítio do Ministério da Educação.

Observando o quantitativo de auxílios concedidos, se comparado com o número de alunos público-alvo do PNAES em 2013, poderia considerar-se que todos foram atendidos pelo programa, inclusive aqueles que, apesar de estarem matriculados em um curso presencial no *campus*, não se enquadravam nos critérios de renda. Foram distribuídos 600 auxílios para 625 alunos matriculados. Porém, ao analisar a quantidade de alunos contemplados com os auxílios, considerando a possibilidade de recebimento de mais de uma modalidade, percebe-se que apenas 164 foram atendidos, o que representa 35,4% do universo de alunos vulneráveis. Se for considerado o montante de recursos recebidos pela Assistência Estudantil no ano de 2013, e dividido pelo número de alunos público-alvo do PNAES, cada um receberia apenas R$72,95 por mês letivo[32], o que não corresponde sequer ao valor do transporte municipal.

Assim sendo, o número de auxílios concedidos não é equivalente ao número de alunos beneficiados. Nesse sentido, pode-se inferir que o número de alunos beneficiados em 2011 e 2012 provavelmente foi menor do que consta, o que implica um índice ainda menor de atendimento nos respectivos anos.

Em 2013, o montante de recursos recebidos pelo *Campus* Almenara quase triplicou, passando de R$119.438,00 em 2012 para R$341.444,00 em 2013. A execução financeira foi a melhor de todos os tempos, chegando a 97%, ou seja, foram gastos R$331.019,15 com a Assistência Estudantil.

Em 2014, há um retrocesso, com relação ao número de vagas ofertadas pela Assistência Estudantil no *Campus* Almenara, e um aumento do número de alunos contemplados:

Total de alunos matriculados	Público-alvo do PNAES (%)	Público-alvo do PNAES (n.º)	Quantitativo de auxílios ofertados (n.º)	Quantidade de alunos beneficiados (n.º)	Percentual do público-alvo atendido (%)
739	69,3%	512	353	231	45,11%

Quadro 4 – Percentual de alunos contemplados pela Assistência Estudantil em 2014
Fonte: Elaborado pela autora com base em (IFNMG, 2015a) e pesquisa documental.

[32] Geralmente são 10 (dez) meses letivos.

Apenas 353[33] auxílios foram ofertados no início do semestre letivo, uma redução de quase metade das vagas disponibilizadas no ano anterior. No entanto, 231 alunos foram beneficiados – número maior que em 2013.

Infere-se, portanto, que em face do ingresso de novas turmas no IFNMG e da diminuição do quantitativo de auxílios, as "poucas esmolas para muitos" tiveram que ser ainda mais repartidas, o que implicou o aumento do número de alunos contemplados.

De acordo com os dados do Relatório de Gestão de 2014, havia uma previsão de aumento de 30% do número de auxílios concedidos por meio da Política de Assistência Estudantil do IFNMG de uma forma geral, em relação a 2013. Entretanto, tal meta não foi cumprida em função de contingenciamento de recursos, ocorrendo apenas uma pequena ampliação no número de benefícios (IFNMG, 2015a). No *Campus* Almenara, essa "pequena ampliação" não foi vislumbrada. As vagas do auxílio transporte intermunicipal foram diminuídas pela metade; o auxílio cópia e impressão não foi ofertado; as vagas do uniforme foram diminuídas em quase 75%; e as vagas do auxílio alimentação diminuídas quase pela metade.

Com relação ao montante de recursos, o *Campus* Almenara recebeu em 2014 R$580.569,00, e teve a pior execução orçamentária de todos os tempos. Foram gastos apenas R$355.168,20 dos recursos recebidos pela Assistência Estudantil para a oferta de auxílios, o que representou um percentual de apenas 61%.

Pode-se inferir que um dos motivos da diminuição na oferta de auxílio, bem como da baixa execução orçamentária neste ano tenha sido a previsão e não execução, da implantação do Residencial, popularmente chamado de Internato, cujo objetivo é alojar os estudantes no c*ampus*. Por questões estruturais significativas (inadequação sanitária e de iluminação, falta de recursos humanos, etc.), o Residencial não foi ofertado. Nesse sentido, os recursos da Assistência Estudantil reservados para a aquisição de alimentação (almoço, jantar, lanches), contratação de serviço de lavanderia, e aquisição de *kits* de higiene pessoal, não foram utilizados, como também não foram reprogramados para o ano seguinte, com exceção de apenas uma ínfima parte que foi destinada à convocação de todos os alunos da lista de espera do auxílio alimentação (cinquenta e três).

Outros dois indicadores considerados pela pesquisadora como fatores que dificultaram a condução da operacionalização da Política de Assistência Estudantil neste ano, foram: a) a

[33] 340 vagas foram disponibilizadas inicialmente, por meio do Edital n.º 03/2013, e, diante da demanda dos alunos e de necessidade extrema identificada pela equipe que trabalha com a Assistência Estudantil, foram ofertadas mais uma vaga de auxílio alimentação e treze vagas de auxílio permanência.

greve de 2014, que durou cerca de dois meses – entre Maio e Julho, e impactou negativamente pelo acúmulo de serviços e a dificuldade em dar prosseguimento aos processos de pagamento da Assistência Estudantil, considerando toda a burocracia e morosidade do processo; b) e a rotatividade de Coordenadores de Extensão, figurando três coordenadores diferentes no mesmo ano.

Diferente das Universidades que contam com uma unicidade na organização administrativa da Política de Assistência Estudantil, a partir da existência de Pró-Reitorias de Assuntos Comunitários e Estudantis ou congêneres, e de Diretorias específicas, com autonomia de decisão, nos Institutos Federais não há uma linearidade quanto a esta organização. E isso implica muitas vezes a não representatividade das demandas estudantis, considerando as várias finalidades do órgão responsável pela Política de Assistência Estudantil.

O IFNMG não dispõe de Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, e, por consequência, a Política de Assistência Estudantil está sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão. Nos *campi*, são as Coordenações ou Diretorias de Extensão os órgãos responsáveis pela referida política, bem como os NAEs ou congêneres subordinados àqueles.

Cabe à Coordenação de Extensão "coordenar, organizar, acompanhar, controlar e avaliar a execução das atividades desenvolvidas pelos órgãos a ela subordinados" (IFNMG, 2013c, art. 72, IV). Nesse sentido, também é sua a responsabilidade por acompanhar todo o processo de condução da Política de Assistência Estudantil, sobretudo o orçamentário. Considerando as diversas atribuições da referida Coordenação e a rotatividade de profissionais que por ali passam, o setor de Assistência direta aos alunos fica, por vezes, desassistido, e, em consequência, os discentes são passíveis de não serem atendidos em suas necessidades.

No *Campus* Almenara, é o próprio NAE o setor de interlocução direta com os alunos, mas esse setor, não dispõe de autonomia plena, estando vinculado à Coordenação de Extensão.

Apesar das "intempéries", cabe ressaltar, no entanto, que foram gastos aproximadamente R$242.000,00 com a alimentação dos estudantes, e que, apesar de ter sido utilizado recurso de manutenção das atividades do *campus*, se for considerado que a ação foi voltada para o atendimento das necessidades de alimentação dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o investimento em Assistência Estudantil corresponderia a 102,5%.

Em 2015, a previsão é de que R$556.281,00 sejam destinados à Assistência Estudantil, valor inferior ao do ano passado. Nesse sentido, o c*ampus* assumiu o compromisso de publicar o Edital de auxílios de n.º 002/2015, dispondo sobre a oferta de 354 auxílios, bem como o Edital do Regime de Moradia Semirresidencial de n.º 003/2015 que prevê mais 42 auxílios alimentação e café da manhã[34]. Este regime corresponde à disponibilização de "espaço de convivência, vestiários e serviços do refeitório" (IFNMG, 2015b) aos alunos que frequentam cursos técnicos de nível médio em caráter integral.

Considerando a necessidade de renovação dos auxílios recebidos pelos alunos já contemplados no ano anterior, com a finalidade de garantir-lhes subsídio para a continuidade dos estudos até a data de sua formatura, o IFNMG, a partir do ano de 2015, assumiu o compromisso de garantir a renovação "automática" dos auxílios já recebidos. No entanto, ao aluno interessado cabe realizar a sua inscrição para o processo, preencher o questionário socioeconômico disponibilizado, apresentar os comprovantes de renda familiar, e, dessa forma, comprovar a permanência da vulnerabilidade que originou o recebimento do(s) auxílio(s). Mediante a apresentação dos documentos solicitados e a ratificação da condição de vulnerabilidade, ao aluno é concedido o direito de permanecer vinculado ao programa.

Nesse sentido, foram ofertados 396 auxílios, e selecionados 235 alunos para o recebimento, em um universo de 798 estudantes[35]; números pouco maiores do que no ano de 2014, ainda que, no ano de 2015, a previsão de recursos tenha sido menor. Assim, percebe-se que o *campu*s se propôs a investir na Política de Assistência Estudantil com recursos oriundos de outras fontes, com o objetivo de assegurar as renovações necessárias de auxílios e abrir novas vagas para os alunos ingressantes. Essa ação se configura, portanto, como extremamente positiva.

Quanto aos auxílios concedidos por modalidade, de uma forma geral, houve uma evolução em termos quantitativos, sobretudo a partir de 2013, com certa estagnação ou diminuição de vagas a partir de 2014, com exceção do auxílio permanência e do transporte intermunicipal. Contudo, não houve aumento dos valores no decorrer dos anos, com exceção do auxílio permanência.

Com relação ao auxílio transporte municipal, aumentou-se o quantitativo de vagas no ano de 2013, manteve-se o mesmo quantitativo em 2014 e, em 2015, houve uma diminuição:

---

[34] Considerando que a refeição "café da manhã" não será paga com recursos oriundos da ação 2994 da Assistência Estudantil, não será contabilizada neste trabalho.

[35]Considerando que o levantamento de dados sobre a renda dos alunos só ocorre no fim do ano, para compor o Relatório de Gestão, não foi possível identificar o perfil destes.

Auxílio transporte municipal						
Ano	Quantidade de Vagas	Valor do auxílio (R$)	Salário-mínimo vigente[36] (R$)	Referência[37] para pagamento do auxílio (% Salário-mínimo)	Valor máximo para pagamento (R$)	Período
2011	20	120,00	545,00	20%	109,00	Parcela única (referente àdois meses)
2012	20	60,00	622, 00	20%	124,40	9 meses
2013	100	60,00	678,00	30%	203,40	10 meses
2014	100	60,00	724,00	30%	217,20	10 meses
2015	83	60,00	788,00	30%	236,40	10 meses

Quadro 5 – Evolução das vagas referentes ao auxílio transporte municipal
Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa documental.

O transporte municipal é o recurso mais utilizado pelos alunos, pois o *Campus* Almenara está localizado há aproximadamente oito quilômetros de distância do centro da cidade. Inclusive os alunos que passam a morar em Almenara para estudar precisam fazer uso deste. O custo do transporte varia entre R$85,00 e R$90,00 para os alunos que realizam apenas dois deslocamentos (única ida e retorno ao IFNMG); e entre R$105,00 e R$120,00 para aqueles que realizam quatro deslocamentos diários (geralmente os alunos que almoçam em casa) [38]. Contudo, o valor do auxílio é de R$60,00, desde a sua implantação e não houve reajuste no decorrer dos anos. Dessa forma, o valor do auxílio nunca sequer se aproximou do valor de referência para pagamento, de acordo com o que foi preconizado pela Política de Assistência Estudantil do IFNMG, estando situado bem abaixo.

Em se tratando do transporte intermunicipal, observou-se uma diminuição de vagas entre 2011 e 2012, seguida de uma expansão a partir de 2013. Mas o valor do auxílio também não foi reajustado, como pode ser observado por meio do quadro abaixo:

[36]Dados sobre salário mínimo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 20 ago. 2015.
[37]Valor máximo para pagamento desta modalidade de auxílio definido pela Política de Assistência Estudantil do IFNMG.
[38] Levantamento de dados realizado com base nos comprovantes/recibos de transporte apresentados ao NAE em 2015, pelos alunos, e por meio das entrevistas. Cabe ressaltar que a variação desses valores, para um mesmo tipo de deslocamento ocorre, considerando que se trata de duas empresas diferentes que prestam o serviço.

Auxílio Transporte Intermunicipal						
Ano	Quantidade de Vagas	Valor (R$)	Salário-mínimo vigente (R$)	Referência [39]para pagamento do auxílio (% salário-mínimo)	Valor máximo para pagamento do auxílio (R$)	Período
2011	20	300,00	545,00	30%	163,50	Parcela única (referente à dois meses)
2012	15	160,00	622, 00	30%	186,60	9 meses
2013	25	160,00	678,00	40%	271,20	10 meses
2014	50	160,00	724,00	40%	289,60	10 meses
2015	50	160,00	788,00	40%	315,20	10 meses

Quadro 6 – Evolução das vagas referentes ao auxílio transporte intermunicipal
Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa documental.

Contudo, os valores pagos pelos estudantes aumentaram bastante. Em 2015 os custos do transporte intermunicipal têm variado entre R$150,00 e R$667,00 [40]. Nesse sentido, o valor do auxílio também está situado bem aquém das necessidades de deslocamento dos discentes.

Quanto ao auxílio alimentação, o quantitativo de vagas oscilou muito entre 2011 e 2015, como pode ser observado:

Auxílio Alimentação					
Ano	Quantidade de Vagas	Valor (R$)	Salário-mínimo vigente (R$)	Referência [41] para pagamento (R$)	Período
2011	30	200,00	545,00	__	Parcela única (referente à dois meses)
2012	20	120,00	622, 00	__	9 meses
2013	175	120,00	678,00	7,94	10 meses
2014	154[42]	Almoço	724,00	7,94	10 meses

[39] Valor máximo para pagamento desta modalidade de auxílio, definido pela Política de Assistência Estudantil do IFNMG.
[40]Levantamento de dados realizado com base nos comprovantes/recibos de transporte apresentados ao NAE em 2015, pelos alunos.
[41]A referência para o pagamento desse auxílio não consta na Política de Assistência Estudantil. E, considerando que a partir de Maio de 2013, a alimentação foi concedida em forma de almoço, e não mais em pecúnia, o valor de referência considerado nesta pesquisa foi o valor pago, por refeição, à empresa terceirizada.
[42] Foram disponibilizadas 101 (cento e uma) vagas por meio de Edital. E, em virtude da reprogramação de parte de recursos do *campus*– que seria destinado ao Internato –, todos os alunos que concorreram ao Edital n.° 03/2014, e que ficaram classificados, porém na Lista de Espera do Auxílio Alimentação, ou seja, 54 (cinquenta e

2015	142[43]	Almoço	788,00	10,57	10 meses

Quadro 7 – Evolução das vagas referentes ao auxílio alimentação
Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa documental.

A alimentação ofertada com recursos da Assistência Estudantil no c*ampus* se limita à concessão de um almoço diário, durante os dias letivos, por meio de uma empresa terceirizada. Desconsidera-se, assim, a necessidade do apoio material integral aos alunos que, por serem desprovidos de condições financeiras suficientes para proverem suas necessidades, poderão não tê-las satisfeitas.

Um ponto muito positivo é que o *campus* tem ofertado um lanche no período matutino aos alunos. Contudo, nem todos os alunos são contemplados, considerando a especificidade do recurso financeiro[44] utilizado para a consecução de tal ação, e a falta de profissionais para conduzi-la. Nesse sentido, nem o PNAE, tampouco a Política de Assistência Estudantil tem abarcado as necessidades de alimentação dos alunos.

O auxílio permanência só foi ofertado pelo *Campus*Almenara em 2013 e o número de vagas tem expandido, de acordo demonstrado por meio do quadro seguinte:

Auxílio Permanência					
Ano	Quantidade de Vagas	Valor (R$)	Salário-mínimo vigente (R$)	Referência[45] para pagamento (R$)	Período
2013	20	410,00	678,00	1.017,00	10 meses
2014	33	410,00	724,00	1.086,00	10 meses
2015	41	450,00	788,00	1.182,00	10 meses

Quadro 8 – Evolução das vagas referentes ao auxílio permanência
Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa documental.

Esse auxílio é destinado a custear as despesas dos alunos com "alimentação, moradia, transporte, entre outros" (IFNMG, 2012a). Ele é concedido prioritariamente aos discentes oriundos de outros municípios que precisam fixar moradia em Almenara para estudar. Contudo, apesar de ter seu valor elevado de R$410,00 para R$450,00 em 2015, ainda

quatro) foram convocados a apresentar o Termo de Compromisso e Adesão, manifestando interesse em receber o auxílio para serem contemplados com o almoço no *campus.*

[43] Incluindo as 42 vagas ofertadas por meio do Edital n.º 003/2015 do Regime de Moradia Semirresidencial, apesar de que nem todas foram preenchidas.

[44] O lanche é adquirido pela instituição com o recurso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), destinado apenas aos alunos da educação básica. Maiores informações sobre o PNAE disponíveis em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>. Acesso em: 20 ago. 2015.

[45] Valor máximo para pagamento: até um salário-mínimo e meio.

continua aquém do custo de vida na cidade. O preço cobrado pelos pensionatos em Almenara varia entre R$325,00 e R$500,00[46]. E para além desta despesa, os alunos têm que arcar com os custos do transporte, alimentação, etc. Tal fato tem levado os estudantes – a maioria com idade inferior a 18 anos – a procurarem formas alternativas de moradias, o que tem resultado na constituição de "Repúblicas", cujo valor médio tem ficado em torno de R$100,00 para cada um. Nesse sentido, um grupo de estudantes aluga uma casa e divide as despesas (aluguel, água, luz, internet).

O valor do auxílio permanência nunca representou sequer a metade do valor definido pela Política de Assistência Estudantil como parâmetro para a sua concessão, motivo pelo qual a Comissão de Assistência Estudantil definiu pela sua concessão cumulada com o auxílio alimentação no ano de 2014. Porém, atendendo à prerrogativa da Política de Assistência Estudantil do IFNMG, considerando o aumento do valor do auxílio permanência, bem como o fato de que a maioria dos alunos reside em pensionatos e o valor pago já inclui a alimentação, e considerando ainda a necessidade de beneficiar um maior contingente de alunos, a Comissão de Assistência Estudantil resolveu desconsiderar tal decisão a partir de 2015.

O auxílio moradia teve sua oferta iniciada no *Campus* Almenara somente em 2015, a partir da disponibilização de quatro vagas:

Auxílio Moradia						
Ano	Quantidade de Vagas	Valor (R$)	Salário-mínimo vigente (R$)	Referência para pagamento do auxílio	Valor máximo para pagamento do auxílio (R$)	Período
2015	4	250,00	788,00	Até meio salário-mínimo	394,00	10 meses

Quadro 9 – Evolução das vagas referentes ao auxílio moradia
Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa documental.

A oferta do auxílio no *Campus*foi fruto da reivindicação do NAE, considerando a abertura do curso superior de Engenharia Agronômica, na modalidade integral; o ingresso de muitos alunos oriundos de outros municípios; a dificuldade de maior expansão do auxílio permanência, em virtude da incompatibilidade financeira; e, portanto, a necessidade de fomentar um auxílio que tivesse por objetivo custear as despesas com moradia.

[46]Os dados referentes aos custos de moradia constantes neste parágrafo são fruto de levantamento realizado pela pesquisadora, com base nos comprovantes/recibos de aluguel apresentados pelos alunos ao NAE em 2015, em face da exigência para o recebimento dos auxílios permanência ou moradia.

Os profissionais do NAE que começaram a conhecer e participar timidamente do planejamento orçamentário da Política de Assistência Estudantil em 2014, se apropriam melhor do processo em 2015, reivindicando algumas melhorias para o segmento estudantil.

O auxílio cópia e impressão foi ofertado apenas nos anos de 2012 e 2013, como pode ser observado a partir das informações abaixo:

Auxílio Cópia e Impressão				
Ano	Quantidade de Vagas	Valor (R$)	Referência[47] para pagamento do auxílio	Período
2012	25	25,00	Até 100 cópias e até 40 impressões mensais	9 meses
2013	140	30,00	Até 100 cópias e até 40 impressões mensais	10 meses

Quadro 10 – Evolução das vagas referentes ao auxílio cópia e impressão
Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa documental.

A partir do ano de 2014, considerando a necessidade de ampliar as vagas, sobretudo do auxílio permanência, e, por conseguinte, a necessidade de excluir alguns gastos, o auxílio cópia e impressão não foi ofertado, por se acreditar que a supressão de tal auxílio geraria menor impacto aos alunos. O que impera aqui é a lógica orçamentária, pois é preciso "tirar" de um lado para "pôr" em outro. Nesse sentido, as necessidades dos alunos são reduzidas a presença ou ausência de orçamento.

O auxílio uniforme vigora no *Campus* desde o ano de 2013 e o seu valor mantém-se também inalterado:

Auxílio Uniforme				
Ano	Quantidade de Vagas	Valor	Referência[48] para pagamento do auxílio	Valor para pagamento Período
2013	200	20,00	___	Parcela única
2014	70	20,00	___	Parcela única
2015	76	20,00	____	Parcela única

Quadro 11 – Evolução das vagas referentes ao auxílio uniforme
Fonte: Elaborado pela autora com base em pesquisa documental.

[47]De acordo com definição da Política de Assistência Estudantil, o aluno poderia receber em pecúnia ou em serviço (cópias e impressões) que deveriam assegurar ao aluno o direito de receber até 100 (cem) cópias e até 40 (quarenta) impressões.
[48] Não foi definido pela Política de Assistência Estudantil valor de referência para pagamento do auxílio.

O valor do auxílio uniforme é irrisório, mal dá para arcar com o custo de uma camisa que atualmente custa entre R$14,00 e R$15,00[49]. Sem considerar os custos com a calça ou com uniformes/vestes específicas para as aulas práticas dos cursos.

Apesar do envolvimento da equipe na atualidade sobre a discussão do orçamento, inclusive pela descentralização das ações dos órgãos gestores, tal discussão ainda não foi estendida à comunidade estudantil. E, apesar da autonomia da Instituição na definição dos valores dos auxílios, na maioria das vezes estes não refletem a realidade. O PNAES prevê, de um lado, que as ações da Assistência Estudantil devam atender às necessidades identificadas pelos alunos; mas, por outro, que haja compatibilização com as dotações orçamentárias (BRASIL, 2010). Contudo, infelizmente, este segundo item é o que tem sobressaído.

[49]Esses dados são fruto de levantamento realizado pela pesquisadora, com base nos comprovantes/recibos de uniforme apresentados pelos alunos ao NAE em 2015.

4 O ESTUDO DE CAMPO: os sujeitos da pesquisa

A Política de Assistência Estudantil é política de garantia do direito à educação, na medida em que, para além do "ingresso", ela é norteada pela "permanência", com objetivo de garantir a conclusão dos estudos. De acordo com Alves (2002), ela tem por finalidade prover os recursos necessários para a transposição dos obstáculos que impeçam a permanência dos alunos nas Instituições Educacionais. Portanto, trata-se de uma Política social de extrema importância, para a democratização do ensino.

Como parte integrante desta Política no IFNMG, situa-se o Programa de Assistência e Apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade, materializado por meio de auxílios financeiros e serviços destinados aos alunos, em face das necessidades que eles apresentam para permanecer na instituição educacional.Contudo, apesar de sua relevância, parte-se do pressuposto que o programa não abarca a totalidade de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como não atende integralmente às suas necessidades, considerando que os auxílios recebidos, muitas vezes não são compatíveis com os custos para se manterem na escola. Foi o que chamou a atenção desta pesquisadora, pelo fato de trabalhar no NAE do IFNMG – *Campus* Almenara. Por conseguinte, procurou-se problematizar de que forma a permanência tem sido assegurada pelo programa, com o objetivo de identificar os desafios e as contribuições deste para a manutenção dos alunos no ensino médio profissionalizante. Nesse sentido, procurou-se descrever o processo de operacionalização do Programa de Assistência e Apoio da Política de Assistência Estudantil, e sua cobertura no decorrer dos anos; conhecer a situação socioeconômica dos alunos e sua opinião a respeito do programa.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pela preocupação de se estabelecer uma visão sistêmica do objeto de estudo, sem, no entanto, descartar a necessidade de utilizar dados quantitativos, pois, de acordo com Oliveira (2010, p. 58), esses dois tipos de abordagem não são excludentes, e sim complementares.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é do tipo descritiva, considerando que esse tipo de pesquisa permite uma análise mais aprofundada do problema, em relação aos "[...] aspectos sociais, econômicos, políticos, percepções de diferentes grupos, comunidades, entre outros aspectos" (OLIVEIRA, 2010, p. 68). Trata-se de uma pesquisa que procura descrever e interpretar o problema de pesquisa, estabelecendo relação com suas variáveis.

Quanto à coleta de dados, recorreu-se: a) à pesquisa bibliográfica, para aprofundar a discussão sobre a temática de estudo e delinear conceitos importantes; b) à pesquisa

documental, utilizada para selecionar os sujeitos da pesquisa e identificar questões relevantes para o trabalho, como a evolução dos auxílios concedidos no decorrer dos anos, bem como o quantitativo de beneficiários e o montante de recursos investidos; c) e ao estudo de campo, por meio de entrevista semiestruturada, com o objetivo de identificar a opinião dos estudantes sobre a Política de Assistência Estudantil. Esse tipo de entrevista foi escolhido por se tratar de um instrumento flexível, que, apesar de fazer uso de perguntas previamente definidas, oportuniza também ao sujeito da pesquisa, falar livremente sobre alguma questão que esteja relacionada ao tema e que não tenha sido abordada (NETO, 1993).

Para a análise dos dados, recorreu-se à análise de conteúdo, definida por Bardin (2011, p. 48), como sendo

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Recorrendo-se a esse mesmo referencial teórico, a análise da pesquisa foi realizada em três fases: a) pré-análise dos dados, ou seja, "leitura flutuante" e organização inicial; b) exploração do material, transformação dos dados brutos em categorias de análise; c) tratamento e interpretação dos resultados obtidos, fase em que os dados brutos foram tratados e evidenciados por meio de tabelas, quadros e gráficos; bem como realizadas as inferências pertinentes, e interpretação. De acordo com Gil (2011, p. 177), a análise e a interpretação dos dados são processos que "estão intimamente relacionados", e não há, por isso, como separá-los, sobretudo em pesquisas qualitativas.

Diferentemente da pesquisa quantitativa, a inferência na pesquisa qualitativa não se baseia na frequência de aparição do índice (tema, palavra, etc.), mas na sua presença ou ausência (BARDIN, 2011, p. 146). A autora considera que, apesar do objetivo do pesquisador em querer inferir algo de forma generalizada, de forma a testar suas hipóteses, na pesquisa qualitativa ele precisa lidar também com a unicidade do sujeito, pois cada pessoa é única. Nesse sentido, Bardin (2011) recomenda que a análise seja feita por meio de duas fases sucessivas ou imbricadas: a decifração estrutural e a transversalidade temática. A primeira compreende a leitura e análise de entrevista por entrevista, procurando compreender a fala do sujeito e o contexto em que essa fala se situa de forma a analisar os significados que lhes são próprios. A segunda fase procura evidenciar temas que são comuns a outros sujeitos para a realização de inferências mais gerais.

Seguindo as recomendações da autora, foram construídas categorias de análise a partir das entrevistas dos alunos, baseadas na ausência e presença de informações importantes para o estudo em questão. Em um primeiro momento, as falas foram analisadas de forma individual, com o objetivo de analisar a singularidade de cada sujeito, suas especificidades. E, posteriormente, passou-se a analisar as falas em um contexto mais geral, a partir das semelhanças ou diferenças entre elas.

Definiu-se, como universo da pesquisa, estudantes da educação profissional técnica de nível médio do IFNMG – *Campus* Almenara, que participaram do processo de seleção do Programa de Assistência e Apoio da Política de Assistência Estudantil no primeiro semestre de 2014, e foram contemplados com qualquer modalidade de auxílio, totalizando-se assim 231 estudantes. Desse universo, definiu-se a amostra da pesquisa, baseada nos seguintes critérios: 1) idade superior a 18 anos, e 2) fundamento socioeconômico, ou seja, maior vulnerabilidade social dos alunos.

Para selecionar os sujeitos da pesquisa, optou-se pela amostragem intencional, procedimento que permite ao pesquisador, por meio de conhecimento prévio, a escolha de um subgrupo que possa representar a população (GIL, 2011). Nesse sentido, a escolha do subgrupo foi balizada pela condição socioeconômica dos sujeitos, com enfoque para os estudantes mais pobres. E, dessa forma então, recorreu-se às informações contidas nos questionários socioeconômicos, preenchidos e apresentados pelos alunos, no ato da inscrição ao Processo de Seleção de auxílios da Assistência Estudantil de 2014.

Foram entrevistados 11 (onze) alunos, partindo do pressuposto de que, de acordo com Minayo (1992), a representatividade da pesquisa qualitativa, não está atrelada à quantidade de sujeitos pesquisados, mas à vinculação destes com o problema da pesquisa. Logo, esta pesquisa não conta com uma amostragem probabilística.

As entrevistas foram compostas por 10 (dez) questões e tiveram duração entre sete e vinte e nove minutos. Elas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA E DOS RESPECTIVOS GRUPOS FAMILIARES

Dos alunos entrevistados, oito cursavam a educação profissional técnica de nível médio na modalidade integrado – ensino médio e profissionalizante no IFNMG, em período integral –; e três cursavam a modalidade concomitante – somente ensino profissionalizante no IFNMG, no período vespertino.

Dos discentes do ensino médio integrado, quatro alunos eram oriundos de Almenara; e quatro mudaram-se para essa cidade em virtude da inviabilidade de deslocamento diário para as cidades de origem.

Dos discentes do ensino médio concomitante, dois realizavam o deslocamento diário para suas cidades e apenas um mudou-se para Almenara, em virtude da distância e incompatibilidade de horário de ônibus para retornar para casa diariamente.

Quanto às famílias, a maioria é chefiada por mulheres, sem a figura do cônjuge, as quais são responsáveis pela manutenção financeira em 55% dos lares. E, na maioria dos casos, não há recebimento de pensão alimentícia, de acordo com o gráfico abaixo:

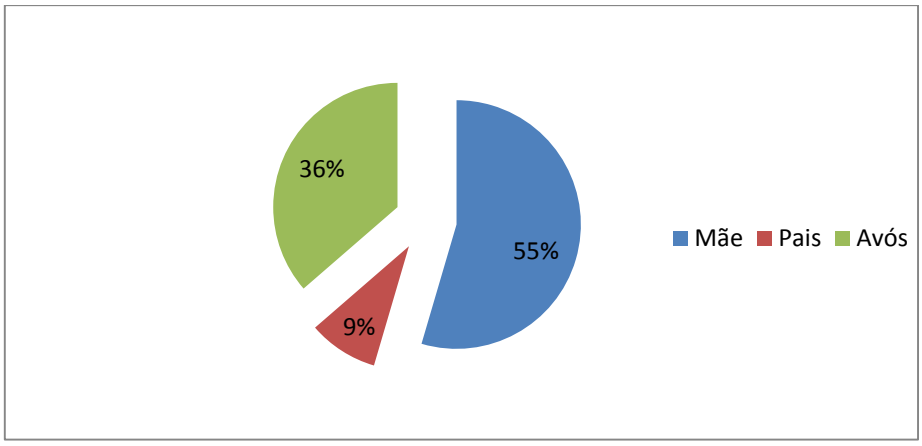

Gráfico 1 – Responsável pela manutenção financeira da família
Fonte:Elaborado pela autora com base nos questionários socioeconômicos apresentados pelos alunos e entrevistas.

Trata-se de uma situação de vulnerabilidade, considerando que a maioria das famílias dispõe de apenas um provedor do lar. Figura em segundo lugar a manutenção da casa por parte dos avós, que contribuem em 36% das famílias.

A renda familiar é proveniente, na sua maioria, do recebimento de benefícios previdenciários, seguido de profissões pouco remuneradas.

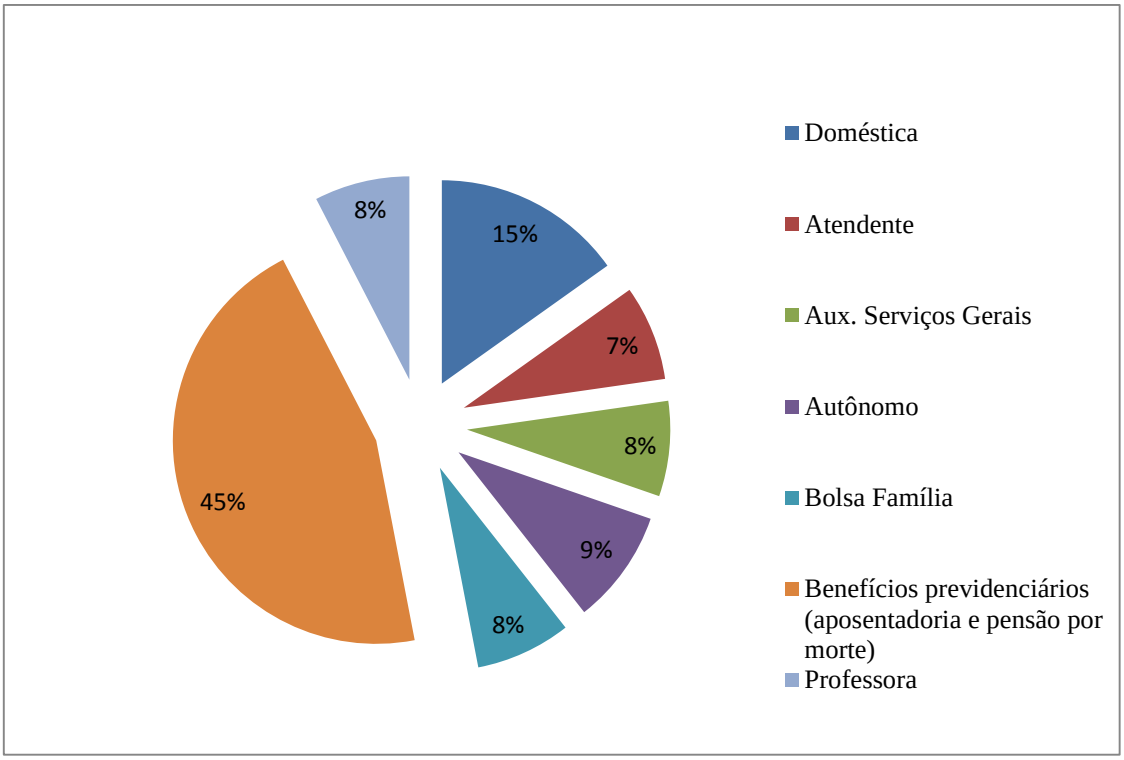

Gráfico 2 – Fonte de renda do(a) provedor(a) do lar
Fonte: Elaborado pela autora com base nos questionários socioeconômicos apresentados pelos alunos e entrevistas.

Percebe-se, então, que a maior parte dos responsáveis pela manutenção financeira das famílias, ou está na inatividade, recebendo proventos de aposentadorias, ou em situação de adversidade pelo óbito do provedor do lar.

Dos provedores do lar, 69% apresentam baixa escolaridade:

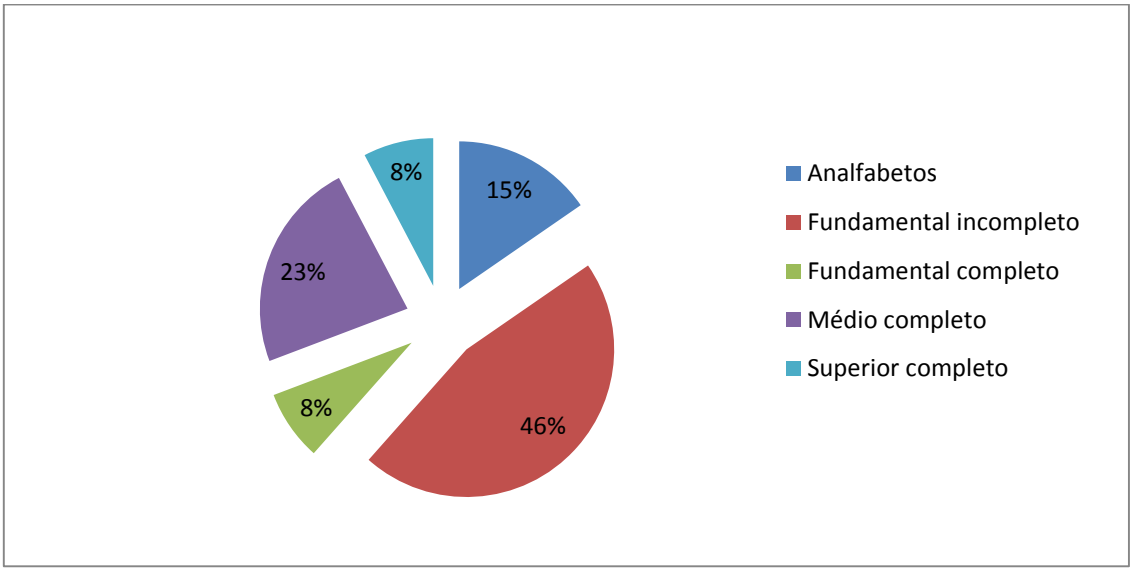

Gráfico 3 – Escolaridade dos responsáveis pela manutenção financeira da família
Fonte: Elaborado pela autora com base nos questionários socioeconômicos apresentados pelos alunos

A baixa escolaridade pode dificultar a ascensão econômica, pela falta de oportunidades de conseguir um emprego que remunere melhor. Além disso, considerando que a maior parte está na inatividade, pode-se inferir que apresentam idade avançada ou incapacidade ao trabalho, o que prejudica ou inviabiliza a (re)inserção no mercado de trabalho.

Quanto à renda familiar, 70% sobrevivem com até meio salário-mínimo por pessoa, o que equivale a R$394,00 na atualidade:

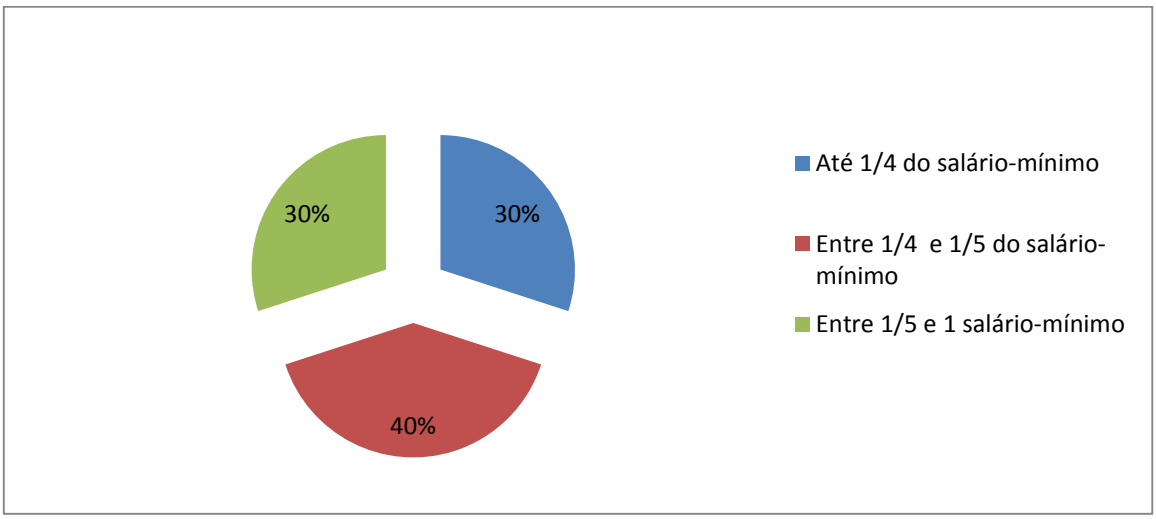

Gráfico 4 – Renda *per capita* familiar
Fonte: Elaborado pela autora com base nos questionários socioeconômicos apresentados pelos alunos e entrevistas.

Essa condição implica inclusive a não satisfação de necessidades sociais básicas. De acordo com o levantamento realizado mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), referente ao custo da cesta básica[50] em Minas Gerais no mês de Julho de 2015, seria necessário gastar, no mínimo, R$345,02 para que um trabalhador em idade adulta pudesse adquirir os alimentos necessários para a sua alimentação.

Nesse sentido, se a própria subsistência das famílias não está garantida; o que não se pode dizer dos gastos considerados como "extras", como aqueles provenientes da escola?

Almenara é um município localizado no Vale do Jequitinhonha, situado no Nordeste de Minas Gerais, região conhecida como "Vale da pobreza ou da miséria". Conforme

[50] O cálculo da cesta básica familiar é realizado por meio de levantamento feito nas capitais brasileiras, onde se estima o custo dos alimentos e a quantidade necessária para alimentar um trabalhador em idade adulta. A família utilizada para o cálculo é composta por dois adultos e duas crianças, consideradas como um terceiro adulto(BRASIL, 1938). Os dados sobre o custo da cesta básica estão disponíveis em: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/cestaBasicaTab201507.html#tabelao>. Acesso em: 25 jul. 2015.

veiculado pela mídia, baseado em resultados de pesquisas, como por exemplo, sobre o Produto Interno Bruto (PIB) [51], trata-se de uma das regiões mais pobres do Estado.

A cidade de Almenara está ladeada por municípios com baixo IDH, e com escassas oportunidades de emprego, assim como de possibilidades de continuidade em níveis mais elevados de ensino, considerando a falta de Universidades e também de Faculdades. Diante desse contexto, os alunos veem no ensino do IFNMG, sobretudo no ensino médio integrado, uma possibilidade de formação para a inserção no mercado de trabalho, como também uma forma de preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) [52], e, por conseguinte, para o ingresso em uma Universidade.

O *Campus* Almenara abrange 21 municípios: Almenara, Bandeira, Divisópolis, Felisburgo, Jacinto, Jequitinhonha, Joaíma, Jordânia, Mata Verde, Monte Formoso, Palmópolis, Rio do Prado, Rubim, Salto da Divisa, Santa Maria do Salto, Santo Antônio do Jacinto, Cachoeira do Pajeú, Comercinho, Itaobim, Medina e Pedra Azul (IFNMG, 2009). E, considerando a distância do *campus* em relação à cidade, bem como em relação aos demais municípios, os gastos necessários a partir do ingresso dos estudantes, aliados à escassez de renda de muitas famílias, dificulta-se e até inviabiliza-se o acesso dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica ao IFNMG.

4.2 A PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA SOBRE O IFNMG E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: inferências e análises

O primeiro passo para o ingresso no IFNMG é obter a aprovação no vestibular. Pretendendo identificar os sentimentos que marcaram essa fase da vida dos sujeitos da pesquisa, e, assim, conhecer as suas expectativas com relação à instituição, os sonhos e desafios, a seguinte solicitação foi formulada: "Relate sobre o momento em que soube da sua aprovação no IFNMG". Os resultados foram sintetizados por meio das categorias de análise abaixo:

[51] O Vale do Jequitinhonha e o Norte de Minas figuraram como as regiões mineiras que apresentaram municípios com menor IDH em 2011, de acordo com os dados da Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/2678-fundacao-joao-pinheiro-divulga-pib-dos-municipios-de-minas-gerais>. Acesso em: 20 ago. 2015.

[52] Apesar de não se constituir como objetivo dos Institutos Federais a preparação para o ENEM.

CATEGORIAS	ENTREVISTADOS																					
	1		2		3		4		5		6		7		8		9		10		11	
	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P
Entusiasmo/ Felicidade/ euforia		x		x		x		x	x			x	x		x			x		x		x
Incerteza/ dúvidas	x		x		x	x	x			x	x		x		x			x		x		x
Incapacidade de estudar no IFNMG	x		x		x		x			x	x		x		x		x		x		x	
Normalidade	x		x		x		x		x		x			x	x		x		x		x	

Quadro 12 – Sentimentos/reação sobre a aprovação no IFNMG
Nomenclatura: A- Ausência; P- Presença
Fonte: Criado pela autora com base nas entrevistas.

A maioria dos entrevistados, 73%, demonstrou entusiasmo, felicidade e certa euforia ao saber que iria estudar no IFNMG. Esses sentimentos foram associados à concepção da instituição como referência educacional, disseminada por familiares, amigos e professores da rede estadual a qual os alunos freqüentavam, como será observado abaixo:

> [...] foi inacreditável [risos]. [...] Nossa! Minha mãe enlouqueceu lá [ela estava em Belo Horizonte]. Por ser federal, né? Federal, nossa! Federal é tudo de bom. Meus tios também... é... minha avó então nem se fala. Foi uma felicidade e tanta, tanto pra mim como pra eles (Aluna 2).

> Gente, mas foi tanta gritaria naquela casa, foi tanta bagunça... eu liguei pra mainha, e todo mundo ficou doido, e mainha gritou, e todo mundo endoidou (Aluno 10).

A aluna 4 chega a comparar a aprovação ao recebimento de um prêmio. Para ela, assim como para mais quatro alunos – que representam 45% dos entrevistados – ingressar no IFNMG era algo extremamente difícil. Para outros, inatingível, como expresso pela aluna 5:

> Eu fiquei contente, não totalmente, porque... pra mim parecia que... eu não tinha... me desculpa... mas, eu não tinha... tipo, capacidade para estudar no Instituto [risos apreensivos].

A aluna supracitada não se via "à altura" de ingressar nesta instituição, considerada para ela como renomada, na qual adentravam alunos muito mais estudiosos do que ela, alunos oriundos de escolas privadas, que tiveram uma base de conhecimento maior.

Incertezas dessa natureza, e também de ordem econômica, marcaram a vida dos sujeitos desta pesquisa, quando souberam da aprovação no IFNMG:

> Eu vim com a cara e coragem, e aqui, graças a Deus teve pessoas que me ajudaram... No começo assim, eu tive muito medo e receio (Aluno 9).
>
> Teve uma hora assim que... até minha tia falou assim: ah, vai não, porque... é melhor você ficar aqui, depois você vai estudar pra fazer uma Faculdade.[...] ela achou que... ficaria mais em conta eu ficar lá estudando na minha cidade, trabalhando e juntando dinheiro para depois fazer uma Faculdade (Aluno 6).
>
> Minha mãe falou: é, você pode tentar, aí a gente vai ver se a gente consegue ficar os primeiros meses lá e aí a gente tenta aí, um vai ajudando, um tio vai ajudando, outra pessoa vai ajudando nos primeiros meses, né? Aí você tenta a assistência. E assim, se der... se você conseguir, você continua, se não, você volta pra cá. Aí eu vim mesmo nesse pensamento, se conseguir a assistência a gente fica, se não... a gente não fica, porque... realmente não teria condição de bancar minhas despesas aqui (Aluna 11)

Apenas na fala da aluna 11 foi identificado algum conhecimento a respeito da Política de Assistência Estudantil do IFNMG, antes do ingresso na instituição. No contexto geral, o que pode ser depreendido é que quase a metade dos alunos, 45%, sequer sabia da existência do IFNMG, e boa parte dos 55% restante, apesar de saber da existência da Instituição, desconhecia o trabalho realizado por esta. A realização do vestibular foi fruto do incentivo de terceiros.

É notório que, o desconhecimento sobre a Instituição se dá, sobretudo, por parte dos alunos ainda mais pobres dentre aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como os oriundos de outros municípios. Então, cabe a seguinte questão: A que veio esta Instituição, senão para proporcionar a educação, sobretudo à classe trabalhadora, e, portanto, propiciar condições efetivas de conclusão do ensino médio e inserção no mercado de trabalho?

Se o número de alunos matriculados no *Campus* Almenara entre os anos de 2011 e 2014 for comparado com o número de alunos em situação de vulnerabilidade nesse mesmo decurso – o público-alvo do PNAES –, percebe-se que o ingresso desse tipo de aluno tem diminuído, apesar de ainda representar a maioria. É o que demonstram os quadros de n.º 1 a 4 deste trabalho. Nesse sentido, é preciso refletir sobre a relação entre o desconhecimento da Instituição, o não ingresso e a não permanência, para identificar em que medida esses fenômenos estão associados às causas da diminuição de matrículas no *Campus* Almenara.

De qualquer modo, é preciso que a instituição seja conhecida, sobretudo nos lugares mais longínquos e esquecidos, e atinja o público mais marginalizado do processo educacional. Para tanto, as condições de permanência também devem ser pensadas. Assim, as políticas inclusivas compensatórias se fazem necessárias, para proporcionar igualdade de oportunidades no acesso e na permanência na instituição educacional.

Em virtude da qualidade do ensino ofertado pelo IFNMG, do seu desconhecimento por parte dos sujeitos da pesquisa e da diminuição do ingresso e/ou da permanência das classes populares no *Campus* Almenara, pode-se inferir que o IFNMG é vislumbrado por muitos por ser uma instituição federal acessada por alguns e desconhecida por boa parte da população.

Considerando o contexto socioeconômico dos sujeitos da pesquisa, perguntou-se a eles se encontraram dificuldades financeiras para arcar com os custos decorrentes das despesas para o ingresso e permanência no IFNMG.

Dos alunos entrevistados, 82% afirmaram ter apresentado dificuldades econômicas para arcar com os custos de sua manutenção no IFNMG. Para 18%, as maiores dificuldades foram no início do curso, no entanto, conseguiram "superar" [53] por meio da melhoria das condições de trabalho familiar. Para 9%, a dificuldade econômica teve maior impacto no decorrer do curso, considerando as mudanças no contexto familiar. E, para 55%, considerando que a renda familiar era, e ainda é, totalmente incompatível com as despesas, as dificuldades ainda existem, apesar de terem sido amenizadas pela Política de Assistência Estudantil:

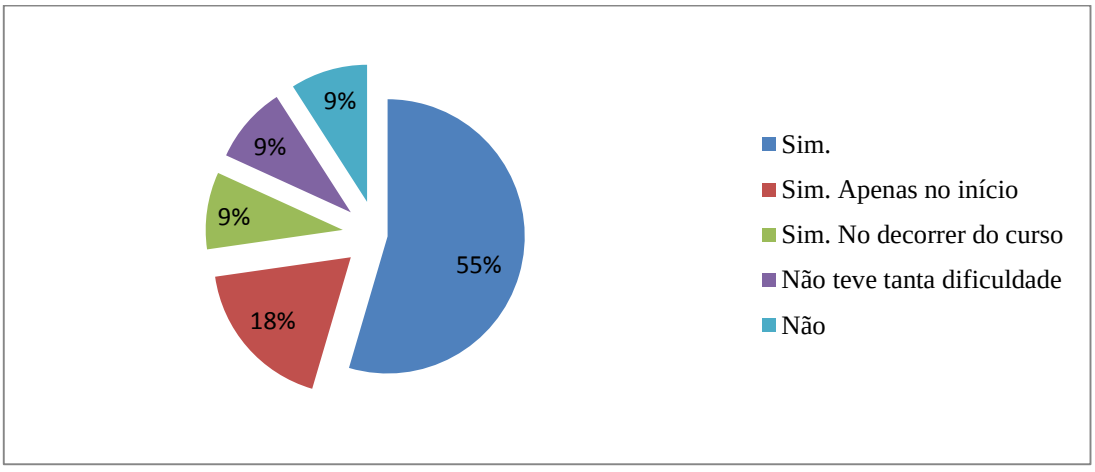

Gráfico 5 – Dificuldades econômicas para a manutenção no IFNMG
Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas com os alunos.

Do universo de alunos que alegaram dificuldades econômicas, 64% representam aqueles oriundos de outros municípios. Isso significa a totalidade de alunos desta pesquisa que "são de fora".

[53] Estes 18% antes tinham suas despesas escolares pagas por familiares, e,dessa maneira, estavam sempre na iminência de desistir dos estudos. A partir da alteração da situação de empregabilidade dos pais, e também do recebimento dos auxílios, contam com uma segurança maior com relação à sua manutenção no IFNMG.

Percebe-se, portanto, que entre os alunos oriundos de outros municípios, a dificuldade financeira é mais acentuada, seja pelo custo do transporte intermunicipal que não é acessível, seja pelo custo da moradia para aqueles que precisam residir em Almenara para estudar.

Quanto aos alunos oriundos de Almenara, as despesas são menores, pois o custo do transporte municipal é mais barato, e o aluno tem a possibilidade de almoçar em casa. Por esse motivo se acredita que as alunas 8 e 2, respectivamente, alegaram que não tinham encontrado obstáculo e não tinham encontrado tanta dificuldade para arcar com os custos da permanência no IFNMG. Contudo, tiveram que utilizar estratégias em face dos novos gastos. A primeira contou com a ajuda de parentes, e a segunda eliminou alguns gastos, o que não descaracteriza uma dificuldade:

> Um... não tive dificuldade, porque... é... no início minha tia ajudava no pagamento de ônibus, eu almoçava em casa. E depois veio a questão do auxílio que eu fiz, eu consegui, é... ganhei e ajudou (Aluna 8).

> Não vou falar que eu tive tanta necessidade assim, porque eu não tive, graças a Deus. Aqui em casa são dois salários-mínimos, pra três pessoas, é... só que, graças a Deus, a gente sabe assim... conciliar muito bem, é... aqui em casa mesmo não tem telefone, você pode reparar, é... tinha... minha vó tirou pra amenizar a despesa. É... o único gasto que a minha vó tinha era xérox, principalmente no primeiro ano, só que, graças a Deus, a partir do segundo, nunca mais eu tirei xérox, num sei por quê. Nenhum professor mais pediu (Aluna 2).

Mesmo em face de despesas menores associadas aos alunos de Almenara, cabe ressaltar que, em condição de extrema vulnerabilidade, na qual a própria subsistência fica ameaçada, gastos considerados como extras não cabem no orçamento familiar. Até porque esse orçamento na maioria das vezes inexiste, pois há despesas, mas nem sempre há previsão de receitas para saná-las. É o caso da aluna 5. A situação vivenciada por ela pode ser representada no seguinte trecho de sua fala:

> Olha...eu moro... eu moro com minha mãe. Minha mãe é que sustenta nossa casa. Sou eu e mais 4 irmãos agora (risos). É minha mãe é... empregada doméstica, e... é só ela. [...] paga toda, toda despesa com um salário-mínimo somente [risos].

Diante das dificuldades encontradas pela maioria dos alunos para arcar com os custos dos estudos, tentou-se identificar quais estratégias utilizadas por estes para sanar seus problemas, o que foi representado por meio da categorização abaixo:

CATEGORIAS	ENTREVISTADOS																					
	1		2		3		4		5		6		7		8		9		10		11	
	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P
Recorreu à família extensa[54]	x		x		x		x			x		x	x			x	x			x		x
Começou a trabalhar	x		x		x		x		x		x		x		x			x	x		x	
Ingressou em Projeto de Pesquisa	x		x		x		x		x		x		x		x			x	x		x	
A família se sacrificou		x		x		x		x	x		x		x		x		x		x		x	
Recorreu a colegas de aula	x		x		x		x		x		x			x	x		x		x		x	

Quadro 13 -- Estratégias utilizadas para arcar com os custos dos estudos em decorrência do ingresso no IFNMG
Nomenclatura: A- Ausência; P- Presença.
Fonte: criado pela autora com base nas entrevistas.

A maior parte dos alunos encontrou, ou no seu núcleo familiar, ou na família extensa, o ponto de apoio para permanecer estudando. Nesse sentido, 36% das famílias tiveram que encontrar formas alternativas para manter os filhos no IFNMG, seja pelo aumento da carga horária de trabalho (realização de horas extras), ou pelo corte de outras despesas familiares. Outras 36% das famílias tiveram que recorrer à ajuda de parentes em situação financeira melhor.

Além das famílias, os próprios alunos buscaram formas de enfrentar as adversidades, por meio da inserção no mercado de trabalho, do ingresso em projetos de pesquisa e até mesmo recorrendo a colegas de sala, como retrata o aluno 7:

> [...] minha mãe num trabalha. Meu pai faz uns bicos de vez em quando [...] trabalha na fábrica de vassoura, vendendo. Aí, quando num tinha, tinha que vim sem dinheiro, aí os menino [colegas] me emprestava e depois eu pagava eles.

O que se percebe é que as estratégias adotadas pelos alunos e suas respectivas famílias, as redes de apoio estabelecidas com a família, são recursos utilizados antes e também após terem sido contemplados por uma política de permanência como será analisado a partir dos dados seguintes.

Os alunos entrevistados foram contemplados com os seguintes auxílios:

[54]Entende-se por família extensa ou ampliadaaquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade (BRASIL, 1990, Art. 25).

Aluno	Auxílios recebidos
1	Transporte intermunicipal
2	Alimentação, transporte municipal
3	Transporte municipal, uniforme
4	Transporte Intermunicipal
5	Alimentação, transporte municipal
6	Permanência, alimentação, uniforme
7	Permanência, alimentação, uniforme
8	Alimentação, transporte municipal
9	Permanência
10	Alimentação
11	Permanência, alimentação, uniforme

Quadro 14 – Tipos de auxílios recebidos em 2014 pelos entrevistados.
Fonte: Elaborado pela autora com base nos questionários socioeconômicos e entrevistas

Quando se perguntou a estes se o valor dos auxílios era suficiente para arcar com os custos provenientes dos estudos no IFNMG, não houve uma homogeneidade de respostas, 37% dos alunos responderam que sim e 36% responderam que não.

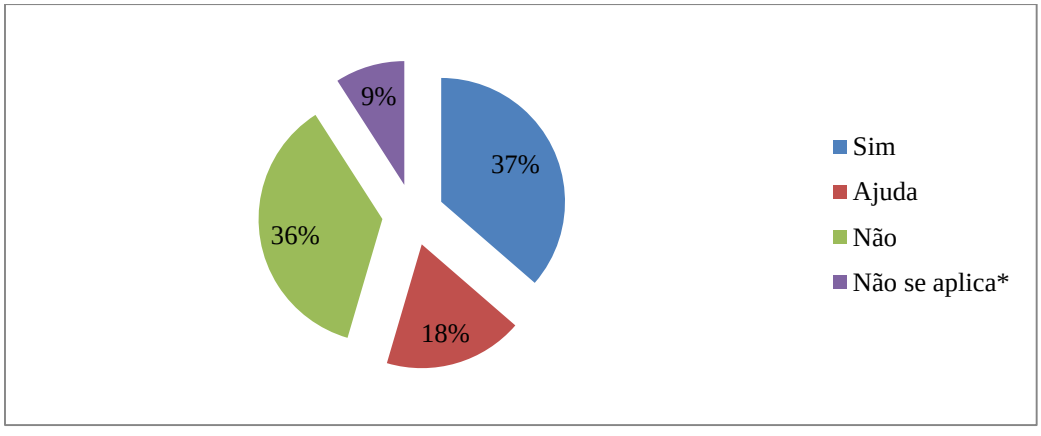

Gráfico 6 – Suficiência do valor dos auxílios para a garantia da permanência
* O aluno recebeu só alimentação, auxílio não concedido em pecúnia.
Fonte: realizado pela autora com base nas entrevistas.

Quanto ao primeiro grupo, manifestaram-se da seguinte forma:

> Na verdade, é... como a entrevista é pra mim, eu vou falar por mim e por outras pessoas. Eu acho assim... o transporte mesmo era 95 reais, e o auxílio é 60,00. [...] eu, graças a Deus, nunca tive assim, como não poder completar. Só que outras pessoas, eu tenho certeza que sim. [...] Pra mim, eu nunca tive dificuldade, mas pra outras pessoas eu acredito que não seja suficiente (Aluna 2).

> Sim. Se as coisa não aumentar em Almenara dá. É... atualmente dá. É só o lugar pra ficar, lá já dá almoço e janta [pensativo]. Dá (Aluno 7).

> [...] Eu tendo o dinheiro só pra mim pagar meu aluguel, e o que comer e beber, pra mim tá ótimo, não precisa de mais nada. Então... até então, o auxílio ele veio... ele deu pra suprir essas necessidades (Aluno 9).

> É suficiente. Até porque o auxílio é 410 reais [auxílio permanência]. Eu recebo alimentação, e a pensão é 380. Ainda sobra 30. Dá pra mim lanchar... pra poder comprar um lanche assim... uma coisa que eu preciso. E ainda por cima... um professor meu me escolheu pra mim participar de um projeto de pesquisa. Eu recebo 160 reais por mês além do auxílio, pelo projeto de pesquisa. Foi bem... bem providente. Ajudou bastante pra mim. [...] aí eu uso os 160 e pago o transporte que é 90 (Aluno 6).

Ao analisar a fala dos sujeitos desse grupo, percebe-se que a suficiência afirmada por estes está relacionada ora ao fato de poderem complementar o valor dos auxílios para arcar com as despesas, ora ao fato de adequarem suas necessidades ao valor recebido, como a situação descrita pelo aluno 9, a seguir:

> A mulher onde eu morava, o preço que ela fez pra mim, que eu paguei quase um ano, era um preço bem assim reduzido, pelo que eu vejo aí circulando pela cidade, os preços das pensão. Aí eu fiquei assim... foi bastante pessoas que me ajudaram, queriam ver, é... eu vencer na vida também.

Diante da necessidade de moradia do aluno e das dificuldades encontradas para conseguir locar um imóvel ou pagar um pensionato compatível com sua situação econômica, ele ficou à mercê da solidariedade alheia.

Pode-se inferir, portanto, que o valor dos auxílios recebidos pelos alunos não é suficiente para a manutenção destes no IFNMG, apesar de 36% terem afirmado o contrário.

O grupo de alunos que alegaram que o valor dos auxílios não é suficiente baseia-se justamente na necessidade de complementação. Considerando o recebimento de alguns auxílios (permanência, alimentação e uniforme), a aluna 11 alega o seguinte:

> A minha mãe mesmo tem que pagar o transporte, e o transporte também subiu, o preço aumentou do 1º ano para o 2º. Nossa! E foi muito! Aí agora tem que complementar.

Nesse sentido, a política de permanência minimiza a situação dos alunos em situação de vulnerabilidade, mas não a resolve. Para 18%, o valor recebido "ajuda" muito, palavra sempre presente na fala dos alunos.

Sobre o significado do recebimento dos auxílios para a permanência dos alunos na Instituição, foram organizadas as categorias abaixo:

CATEGORIAS	**ENTREVISTADOS**																					
	1		**2**		**3**		**4**		**5**		**6**		**7**		**8**		**9**		**10**		**11**	
	A	**P**	**A**	**P**	**A**	**P**	**A**	**P**	**A**	**P**	**A**	**P**	**A**	**P**	**A**	**P**	**A**	**P**	**A**	**P**	**A**	**P**
Ajuda		x		x		x		x	x		x		x			x		x	x			x
Otimização do tempo	x		X		x		x		x		x		x			x	x			x	x	
Permanência no IFNMG	x		X		x		x			x	x			x	x			x	x			x
Tranquilidade	x		X		x		x		x			x	x		x		x		x		x	

Quadro 15 – O significado do recebimento dos auxílios.
Nomenclatura: A- Ausência; P- Presença
Fonte: realizado pela autora com base nas entrevistas.

As categorias elencadas acima colaboram para compreender-se a concepção dos alunos a respeito do Programa de Assistência e Apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, assim como a importância dos auxílios para a permanência.

Dos entrevistados, 64% associaram o significado dos auxílios à ajuda, que pode ser representada pela seguinte fala:

> Bom, esse é um papel, graças a Deus, foi um papel muito bom que o Instituto realizou na vida das pessoas. Eu tenho muita gratidão em relação a isto, porque, não só eu como outras pessoas que necessitam desse dinheiro, eu tenho certeza que também agradece. Porque... por mais que a gente fosse fazer o impossível pra estar ali, naquela escola, é... graças a Deus e a vocês que... esse auxílio ajudou bastante, bastante, bastante, bastante, bastante (Aluna 2).

O direito social à educação, e, portanto, à permanência na instituição educacional, é compreendido como benesse. Sua garantia é atribuída à instituição e aos profissionais que ali estão envolvidos, que, na verdade, são meros intermediadores do processo. Nesse sentido, os beneficiários da Política de Assistência Estudantil são tomados por um sentimento de gratidão.

Infere-se, assim, que tal concepção explica as expressões proferidas pelos alunos:

> [...] o mínimo que vem já ajuda (Aluna 8).

> [...] Eu acho que a escola ajuda muito (Aluna).

> [...] hoje não estuda quem não quer. Porque... oportunidade tem e também hoje... as escolas, principalmente as federais, elas estão ajudando muito, elas fazem de tudo pra segurar [manter estudando] o aluno. Ele não dá valor, sei lá, não estuda porque não quer, porque... oportunidade tem (Aluno 9).

A responsabilização do sujeito pelos problemas sociais está incutida na mente dos próprios alunos, marca do (Neo)liberalismo.

O Neoliberalismo questiona a própria noção de direito, por entender que a igualdade não depende de intervenção estatal, mas do mérito de cada indivíduo em obter, por meio dos seus esforços, as condições materiais de satisfação de suas necessidades (GENTILLI, 1996).

Nesse sentido, toda vez que um problema de caráter coletivo for encarado a partir de uma lógica individual, o direito, e, por consequência, a obrigação do Estado, estarão mascarados pela caridade.

Para 18% dos alunos, o recebimento dos auxílios representou apenas a otimização do horário de almoço. Esses alunos foram contemplados com o auxílio alimentação, e, por isso, recebiam um almoço diariamente no IFNMG. Trata-se de alunos de cursos integrados, e que, então, geralmente passam o dia inteiro no *campus*, com apenas breve intervalo de almoço. Nesse sentido, considerando o recebimento do auxílio, e, portanto, não havendo necessidade de irem para casa no intervalo de almoço – nesse caso, por residirem em Almenara – podiam utilizar o tempo livre para descansar ou estudar nas dependências do *campus*.

Para 36% dos sujeitos da pesquisa, os auxílios recebidos representaram e representam a permanência:

> [...] É fundamental, é fundamental para minha permanência aqui. Eu só fico porque eu tenho os auxílios, se não, não teria como eu permanecer aqui, morar em Almenara, não teria como (Aluna 11).

> Sem esse auxílio eu acho que eu não conseguiria terminar o ensino médio no Instituto Federal. [...] Tipo, foi a base para eu estudar no Instituto (Aluna 5).

Para esse público, não havia como vislumbrar possibilidades de permanecer estudando no IFNMG sem o recebimento dos auxílios. Assim como não houve para alguns alunos que desistiram sem sequer ingressar, e para outros que não tiveram condições de permanecer estudando sem o recebimento de auxílio(s); ou que mesmo recebendo, a situação de vulnerabilidade era tão intensa que não puderam "se dar ao luxo" de esperar a conclusão de um curso para começarem a trabalhar. Tais situações foram identificadas na fala de 36% dos alunos quando se viram diante da seguinte pergunta: "Você sabe de alguém que desistiu dos

estudos no IFNMG em decorrência da falta de condições financeiras para arcar com os custos da permanência? Se positivo, a desistência ocorreu antes ou depois do ingresso? Relate esse fato". As respostas foram sintetizadas por meio do gráfico a seguir:

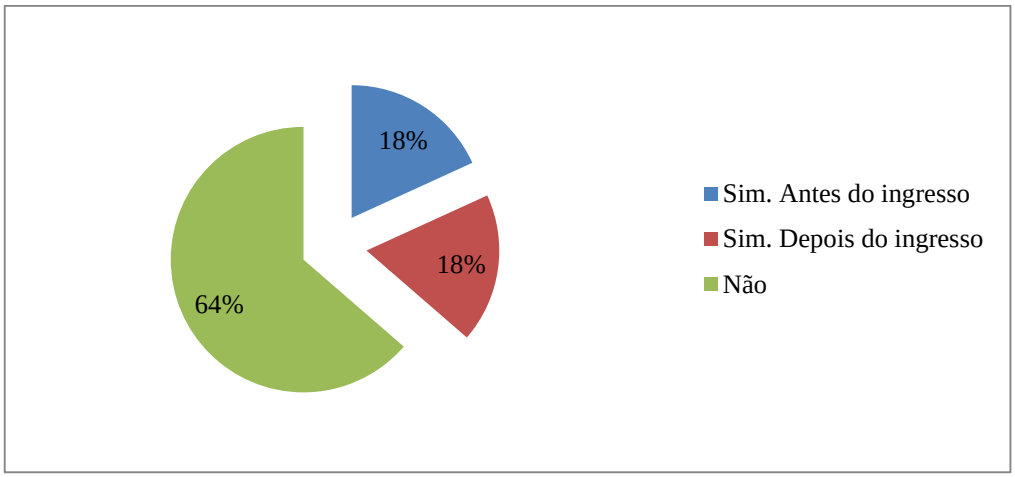

Gráfico 7 – Conhecimento sobre situação de alunos que desistiram dos estudos no IFNMG por falta de condições financeiras
Fonte: Realizado pela autora com base nas entrevistas.

Aos alunos que tiveram condições de permanecer, foi perguntado se as teriam se não fossem contemplados pela Política de Assistência Estudantil. Para 36%, a permanência só foi possível por conta do recebimento dos auxílios, de acordo com o gráfico abaixo:

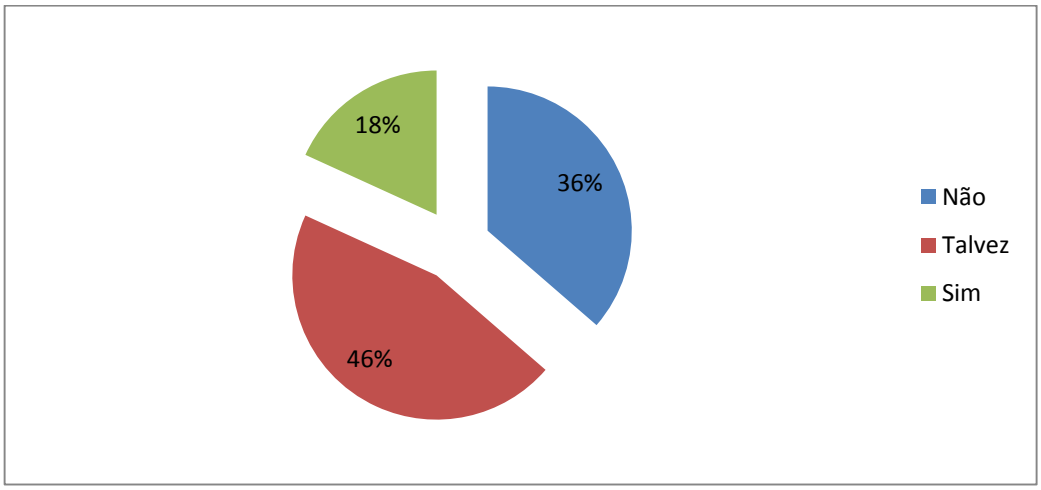

Gráfico 8 –Existência de condições de permanência no IFNMG sem o recebimento dos auxílios
Fonte: Realizado pela autora com base nas entrevistas.

A maioria dos alunos, 46%, ficou na dúvida:

> Ô... eu pensei na época... na época, logo no primeiro ano, se eu não ganhasse eu acho que não daria (Aluno 6).
>
> Ô... Eu acho que ia ser difícil, né? Mas, como eu quero terminar o curso, a gente ia dar um jeito, deixar de fazer alguma coisa (Aluna 1).
>
> É.. [parou para pensar]. Eu não sei falar que sim ou que não. Mas... eu acho que minha avó faria o possível (Aluna 2).
>
> Olha, no primeiro ano eu acho que sim, né? Porque, igual eu falei, tava mais folgado. Agora, no segundo ano, eu já tenho minhas dúvidas (Aluno 3).
>
> Eu acho meio complicado, assim... podia ser assim, que meus pais não iam deixar eu... não ia deixar de pagar... me ajudar pra poder estudar, mas ia ser muito difícil, teria dificuldade, assim, eu acho que... seria difícil, podia chegar em algum ponto que eu não ia poder participar, estudar aqui por causa da falta do auxílio (Aluna 4).

Percebe-se em algumas falas que, se conseguissem permanecer estudando em dado momento sem o recebimento dos auxílios, não teriam certeza sobre as condições para a continuidade dos estudos. Já em outras, que tal continuidade dependeria de eliminar outras despesas.

E 18% dos alunos alegaram que não teriam dificuldade alguma para a permanência. Tal percentual é representado por alunos da cidade de Almenara, cujas dificuldades maiores não eram financeiras, mas o curto tempo para almoçar em casa. Além disso, percebeu-se na fala desses sujeitos que podiam contar, de forma contínua, com outros membros familiares para sanar eventuais dificuldades.

Pode-se perceber, portanto, que apesar da insuficiência do valor dos auxílios e a necessidade de complementação, estes são de extrema importância aos estudantes. Sem o seu recebimento, muitos alunos, sobretudo aqueles oriundos de outros municípios, não teriam condições de permanecer estudando no IFNMG. Se forem considerados os gastos com moradia destes últimos, poder-se-ia concluir que quase metade do orçamento familiar estaria comprometido com as despesas decorrentes do ingresso no *Campus*Almenara, o que inviabilizaria a permanência.

Ainda sobre a permanência, foi perguntado aos alunos se já tiveram preocupação com relação à manutenção no IFNMG, e se, positivo, com o que se relacionavam.

CATEGORIAS	ENTREVISTADOS																					
	1		2		3		4		5		6		7		8		9		10		11	
	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P
Atraso no pagamento dos auxílios	x		X			x	x			x		x	x		x			x	x			x
Aumento das despesas familiares	x		X		x		x			x	x		x		x		x		x		x		x	
Não	x		X		x			x	x		x			x		x	x		x		x		x	
Incerteza sobre a contemplação com auxílios	x			x	x		x		x		x		x		x		x		x		x		x	
Falta de transporte		x	X		x		x		x		x		x		x		x		x		x		x	

Quadro 16 – **Preocupações com relação à permanência no IFNMG**
Nomenclatura: A- Ausência; P- Presença
Fonte:realizado pela autora com base nas entrevistas.

Para 45% dos alunos, tais preocupações existiram e tiveramrelação com o atraso nos pagamentos dos auxílios:

> Às vezes sim, porque o auxílio... sempre assim... ajudou bastante, né? Mas tinha a questão que, às vezes, não caía na data prevista. Demorava assim uns 15 dias pra cair, ou às vezes não caía, caía no outro mês (Aluno 6).

> Já. Já tive essa preocupação, assim, em relação a... e se não cair esse mês por conta de algum... é...atraso, né? Porque tem muitos atrasos às vezes, aí fica atrasando. E agora? Como é que vai fazer aqui? E o mês tal? Aí eu já fico assim (Aluna 11).

> [...] Ocorreu um problema nos auxílios, por conta de greve e tal, os auxílios atrasou. Aí eu peguei e fiquei sem o dinheiro. Deu um problema lá com... com o salário de meu pai, aí eles não puderam mandar o dinheiro pra mim. Aí eu fiquei imaginando... aí eu peguei... aí por sorte eu conversei com a mulher [dona do pensionato onde morava]... por sorte não, né? Ela entendeu. Sentei e conversei com ela, ela entendeu meu lado. Aí ela falou assim: não, pode ficar tranquilo, que fome a gente não passa não, eu espero aí (Aluno 8).

Esses alunos dependiam do auxílio recebido para arcar, sobretudo com despesas de transporte e moradia.

Outros 27% não manifestaram preocupações, ora porque não dependiam de auxílio financeiro, somente da alimentação, e, por isso, poderiam almoçar em casa; ora porque podiam contar com a família ou outras estratégias para angariar recursos.

Outras situações que chamam a atenção, apesar de aparecerem em menor proporção, são as preocupações relacionadas à incerteza sobre a contemplação com auxílio, falta de transporte e mudanças no grupo familiar.

Com relação à primeira situação, os alunos se preocupam por não terem a garantia do recebimento dos auxílios. A contemplação inicial depende da situação de vulnerabilidade do aluno, mas também da quantidade de auxílios a serem ofertados, e, consequentemente, do volume de recursos disponibilizados pelo Governo. Em se tratando da renovação ou continuidade do recebimento, isso depende também de todo um processo. A partir do ano de 2015, os alunos tiveram a possibilidade de renovar os auxílios, sem a necessidade de iniciar todo um processo de inscrição novamente, dessa maneira, com certa segurança sobre sua continuidade. No entanto, considerando a documentação necessária para a renovação e a sua entrega muitas vezes incompleta por parte dos estudantes, ou a perda de prazos, as possibilidades de indeferimento das renovações existem. Além disso, o estudante deve comprovar a permanência da sua condição de vulnerabilidade.

A segunda situação também é preocupante, pois alunos oriundos de algumas cidades, por se constituírem em minoria, não conseguem um serviço de transporte para realizar o translado até o IFNMG. E, quando o conseguem, os preços são exorbitantes.

Com relação à terceira situação – alterações no grupo familiar – é algo muito comum de acontecer. Contudo, para uma família que já vive em situação de vulnerabilidade socioeconômica, essas alterações podem apresentar um impacto muito grande, seja pelo nascimento de uma criança, pelo óbito do provedor do lar, pela perda de emprego de um membro da família, ou por alguma outra vicissitude.

Pode-se depreender, portanto, que a permanência representada pela Política de Assistência Estudantil é uma permanência que, além de insuficiente – considerando o valor dos auxílios – é também insegura, pela incerteza sobre a contemplação e pela falta de regularidade de pagamentos.

Diante desse cenário, foi solicitado aos alunos que avaliassem a Política de Assistência Estudantil, com a finalidade de identificar necessidades ou não de mudanças. A opinião deles foi categorizada de acordo com o quadro abaixo:

CATEGORIAS	ENTREVISTADOS																					
	1		2		3		4		5		6		7		8		9		10		11	
	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A	P
Ajustar o valor dos auxílios ao das despesas		x		x		x		x		x	x		x		x			x	x			x
Boa. Não precisa melhorar nada	x		x		x		x		x			x		x		x		x	x		x	
Melhorar o processo de seleção/controle mais rigoroso sobre a renda	x		x		x		x			x	x		x		x		x		x		x	
Processo de seleção mais flexível, que possibilite atender situações emergenciais	x		x		x		x		x		x		x		x		x			x	x	
Ampliar as vagas		x	x		x		x			x	x		x		x		x		x		x	
Realizar pagamento de forma regular	x		x			x	x		x		x		x		x		x		x		x	
Criar outras modalidades de auxílio	x		x		x			x	x		x		x		x		x		x		x	

Quadro 17 – Opinião sobre a Política de Assistência Estudantil
Nomenclatura: A- Ausência; P- Presença
Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas.

Para 55% dos alunos, precisa haver mudanças na Política de Assistência Estudantil, sobretudo com relação ao ajuste dos valores dos auxílios, de forma que se tornem compatíveis com as despesas dos estudantes:

> Assim, eu acho que, a forma com que está sendo feito, tá bom, mas, em relação ao valor do auxílio, se aumentasse um pouquinho [risos], seria muito bom (Aluna 1).
>
> Da minha parte, o valor do transporte com certeza seria um desejo de mudança. Da minha parte sim (Aluna 2).
>
> A questão de valor, só o auxílio transporte mesmo que fica meio desigual, né?,com o valor que você tem que pagar do ônibus. Pra quem tem necessidade mesmo, e aí ganha só o transporte, por exemplo, aí tem que pagar o ônibus 105 reais e o auxílio transporte é 60.Fica puxado (Aluno 3).
>
> Sobre o valor [do transporte], o valor assim... dos alunos da minha cidade, que pagamos mais caro... se o auxílio fosse um pouco mais, ou então, se fosse [definido] a partir do salário, aumentasse um pouco mais pra poder pagar o transporte. Comparar com o salário de casa... podia, tipo assim... se tivesse um auxílio que pudesse suprir, é... esse valor... aumentar o valor, olhando o preço do transporte que a gente paga (Aluno 4).
>
> Há o crescimento do preço do ônibus, mas não há também um crescimento do aumento da bolsa. Aí fica meio... [inconcluso]. Acho que deveria ter um acordo entre o preço do ônibus e o da bolsa porque... ou então... tipo assim... conversar com

> o motorista [risos] pra não cobrar tão alto [caro] . Ter esse acordo. Acho que faltou isso (Aluna 5).
>
> Precisa dar uma melhorada, e... tipo assim, procurar ver o preço que tá o mercado, tipo assim... as pousadas e tal, e pra tentar conciliar também com os auxílio. Chegar a um valor que dê pra pagar sem precisar os pais complementar (Aluna 11).

Outras sugestões também são apontadas, como por exemplo, aperfeiçoar o processo de seleção, considerando que muitos alunos em situação socioeconômica mais favorável são contemplados com os auxílios:

> Na minha sala mesmo... eu acho que muitas pessoas não... é... não vou citar nomes, né? mas... têm a condição de pagar seu almoço e recebem a bolsa durante muito... [inconcluso]. [...] Receberam a bolsa, sendo que eles poderiam pagar o almoço... teria condições (Aluna 5).

Outra sugestão é que o número de bolsas seja expandido. Para a aluna supracitada, existe também "um desacordo entre esses dois fatores: a renda da pessoa e o número de bolsas". E a aluna 1 afirma que "fica gente de fora sem conseguir, porque... eu não sei o que acontece, mas ainda fica gente de fora sem conseguir."

Tais questões são norteadas pela ótica neoliberal a partir do discurso de "crise gerencial" vivenciado pelos sistemas educacionais. Sob esse viés, não existe um problema de democratização da educação brasileira, e sim de má gerência (GENTILLI, 1996). A Política de Assistência Estudantil também sofre as inflexões desse discurso. A falta de recursos, e, por conseguinte, o não atendimento de todos os alunos vulneráveis é analisado sob a ótica da má distribuição dos auxílios.

É preciso, no entanto, atentar para o fato de que os recursos não são disponibilizados em face das necessidades e vulnerabilidades dos alunos, mas em face do orçamento disponível pelo governo. Nesse contexto, as políticas compensatórias inclusivas se tornam excludentes, pois, além de focalizarem um público específico, precisam "filtrar", "peneirar", selecionar ainda mais os destinatários da ação. É a lógica de excluir para incluir.

Sob a mesma ótica neoliberal, o processo de seleção da Política de Assistência Estudantil precisa ser eficiente e eficaz, portanto, na maioria das vezes se limita a uma análise documental autodeclaratória. Apesar da prerrogativa de sua realização por uma Comissão, ele é feito predominantemente pelo Assistente Social do *campus*, pela atribuição privativa em emitir Parecer Social em sua área de intervenção. Nesse sentido, considerando a existência de apenas um profissional por *campus* no IFNMG, e também a necessidade de agilidade do processo, a classificação do aluno ao recebimento de auxílio(s) geralmente é limitada à

apresentação de documentação comprobatória e à realização de uma breve entrevista com ele e/ou responsáveis. Por conseguinte, o resultado do processo de seleção nem sempre irá refletir a realidade.

Pode-se inferir, portanto, que o problema central da Política de Assistência Estudantil não é o processo em si, como disseminado pelos neoliberais, mas a falta de prioridade concedida às políticas sociais pelo Estado. Nesse contexto, a referida política, apesar de se constituir como mecanismo importante de garantia de direitos dos desiguais, também reforça as desigualdades desses mesmos sujeitos.

A criação de modalidades diferentes de auxílios também foi sugerida por alguns alunos, como por exemplo, o auxílio lanche, com o objetivo de atender às especificidades dos discentes. Já para outros, mudanças deveriam ser realizadas com relação ao pagamento destes, de forma que fosse realizado regularmente:

> O ano passado teve problema com atraso, né? E isso prejudicou muita gente porque tinha que pagar ônibus. Quem é de fora mesmo... tem outros gastos. Tem gente que depende diretamente disso, entendeu? Aí complicou a situação de muita gente, e ficou bem complicado (Aluno 3).

Há ainda os que consideram que o processo de seleção deveria ser mais flexível, de forma a possibilitar o atendimento de situações emergenciais:

> Eu só acho que... por exemplo, tanto por parte dos alunos, quanto por parte da própria Assistência, ter uma interação maior e não considerar só um ponto... tipo assim, até tal dia você tem pra você fazer isso aqui, e você vai receber auxílio, tanto e acabou. Porque, tipo assim, por exemplo, pode acontecer, acontece muito imprevisto na vida de qualquer pessoa, como é o caso de minha mãe que ficou grávida e começou a complicar mais ainda, então... eu não sei como funciona a política no geral de assistência, só que essa parte de... talvez um caso ou outro poder incluir alguém no auxílio fora do negócio [processo de seleção]. Não tô falando de você chegar numa pessoa e dar dinheiro, mas você tentar entender a situação da pessoa, a pessoa também tem que te procurar, né? Pra falar sobre o que tá passando, sobre os problemas que tá passando. [...] talvez você não precise naquela hora e não ganhou naquela hora, só que, por exemplo, sua mãe fica grávida, acontece alguma coisa, algum imprevisto na sua casa, sua tia vai embora, e sua mãe tem que cuidar de você (Aluno 10).

Situação prevista pela Política de Assistência Estudantil, de acordo com o texto abaixo, mas desconhecida pelos alunos:

> Poderá ser concedido auxílio emergencial a estudantes que momentaneamente necessitem de apoio financeiro para conseguir continuar suas atividades acadêmicas sem prejuízo, como em caso de perda momentânea de renda familiar por desemprego ou por morte do provedor (IFNMG, 2012a, p. 15).

Para 36% dos alunos, não precisava haver mudanças com relação à Política de Assistência Estudantil. Entretanto, não é o que demonstram no decorrer da entrevista. Os alunos 8 e 9 já haviam alegado que o valor do auxílio transporte não era suficiente para arcar com os seus custos, e o aluno 6 falou sobre a falta de regularidade do pagamento. Além disso, é recorrente na fala dos mesmos, expressões como: "os auxílios são muito bons", "a Instituição tem ajudado bastante", "o mínimo já ajuda".

Infere-se, portanto, que a concepção, sob a ótica de "ajuda", que a maioria dos alunos apresenta sobre a Política de Assistência Estudantil; e que a presença da pesquisadora associada à Instituição, e ambas consideradas como "responsáveis" pela garantia dos auxílios, podem ter influenciado, mesmo que em pequeno grau, as respostas dos alunos.

Por fim, o que se depreende é que a Política de Assistência Estudantil do IFNMG é de extrema importância para a permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Instituição. Contudo, não se constituem por si só em mecanismo de garantia da permanência, considerando a necessidade de complementação do valor dos auxílios pelas famílias. Tal problema aliado à incerteza sobre a contemplação, à demora no recebimento dos auxílios e à falta de regularidade, preocupa os estudantes, marcando sua permanência insuficiente e insegura no IFNMG.

CONCLUSÕES

A prática de assistência é antiga, e se constitui como traço marcante de toda e qualquer sociedade. Sua configuração nos diferentes momentos históricos esteve sempre vinculada à concepção que se tinha dos problemas sociais como, por exemplo, a pobreza, bem como ao tipo de sociedade erigida.

Na Idade Média, a assistência é concebida como ajuda, por considerar a pobreza como fruto de predestinação divina, e, esse posicionamento é alterado quando do advento das sociedades pré-industriais. Nesse período histórico, por conceber a pobreza, como sinônimo de vagabundagem, os pobres eram reprimidos e induzidos compulsoriamente ao trabalho, e somente os incapazes eram dignos de ajuda. Na Idade Moderna, com a intensificação do processo de industrialização, a pobreza em massa se alastra, e os sujeitos são responsabilizados pela sua condição, por não acompanharem a evolução da sociedade. Assim, a prestação de assistência como "ajuda" passa a ser rechaçada, pois era associada ao incentivo ao ócio. A assistência passa a ser concedida por meio do "incentivo" à educação da classe trabalhadora, ou seja, ao invés de "dar o peixe", era preciso "ensinar a pescar". Nesse contexto, a educação é disseminada como o meio de formar o trabalhador exemplar – submisso à ordem social vigente,de integrar os pobres ao mundo do trabalho, e de retirá-los da dependência do Estado.

O acesso à educação, antes, exclusividade da classe dominante, passa a ser direcionado à classe trabalhadora. Contudo, não se tratava do acesso a quaisquer modalidades de educação, mas a uma específica, a educação profissional, em face da necessidade de mão de obra para a indústria nascente. Desse modo é que se sinaliza o surgimento da Assistência aos estudantes direcionada à educação profissional.

Somente a partir da década de 80, quando a Constituição Federal de 1988 garante formalmente o direito social universal à educação, assentado no princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, é que a permanência se constitui sob a ótica de direito. Mas, apesar dos inegáveis avanços na educação brasileira, os desafios são constantes.

O Brasil é um país desigual, e isto reflete na disparidade de acesso às instituições educacionais enfrentada pela população mais vulnerável, assim como a dificuldade de permanência nessas instituições.Diante desse cenário representado pela distância entre a garantia legal de direitos e a sua concretização, políticas compensatórias inclusivas são

desenvolvidas pelo Estado, com o objetivo de proporcionar igualdades de oportunidades aos sujeitos, a partir do desenvolvimento de ações direcionadas à inclusão de um público vulnerável específico.

Sob essa ótica surge em 2010 o PNAES, um programa voltado à permanência dos alunos da educação superior pública federal, e estendido aos alunos dos Institutos Federais. Entretanto, cabe ressaltar que o Estado, embora tenha se constituído para representar a coletividade, representa sobremaneira a classe dominante, e, assim, ao realizar cessões, responde a interesses diversos. Nesse sentido, apesar das reivindicações de movimentos sociais como o FONAPRACE, para a instituição de um programa voltado à permanência dos alunos, o PNAES foi aprovado levando-se também em consideração a necessidade de "enxugar" os gastos da máquina pública e de "ajuste" orçamentário. O programa foi instituído, portanto, como estratégia para combater a evasão e a retenção, situações onerosas aos cofres públicos; e a previsão de atendimento, destinada aos mais pobres dentre os pobres.

No IFNMG, o PNAES deu origem à Política de Assistência Estudantil, e, por conseguinte, ao Programa de Assistência e Apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, foco deste estudo.

Levantou-se a hipótese inicialmente de que o Programa de Assistência e Apoio, vinculado à Política de Assistência Estudantil do IFNMG, não abarca a totalidade de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como não atende plenamente às necessidades daqueles contemplados. Diante dessa hipótese, procurou-se problematizar o modo como a permanência dos estudantes da educação profissional técnica de nível médio é assegurada pelo referido programa, com o objetivo de identificar os desafios e as contribuições para a permanência dos alunos no IFNMG. Para tanto, as seguintes ações foram executadas:1) realizou-se uma descrição minuciosa do processo de operacionalização da política em questão; 2) conheceu-se a situação socioeconômica dos alunos; 3) foi feito levantamento dos custos para a permanência no IFNMG e; 4) identificou-se a opinião dos alunos com relação à Política de Assistência Estudantil, e, assim, do Programa de Assistência e Apoio aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Por meio do processo de operacionalização da Política de Assistência Estudantil, verificou-se que os recursos disponibilizados para a operacionalização da Política de Assistência Estudantil são definidos tomando como parâmetro o valor liberado no ano anterior, corrigido de acordo com a inflação e acrescido do número de novas matrículas. Portanto os recursos recebidos não guardam relação com o número de alunos vulneráveis da instituição, tampouco com a satisfação de suas necessidades básicas, e sim com a

disponibilidade orçamentária do Estado, marca da política neoliberal. Percebe-se, assim, que a Política de Assistência Estudantil é gestada a partir de um montante predeterminado pelo governo federal, de um "bolo" que, apesar de pequeno, precisa ser repartido entre uma numerosa população, nesse caso, a rede federal de educação. E, apesar de considerar para a distribuição de recursos o número total de alunos, bem como o IDH da cidade sede na qual está localizada cada instituição, o valor recebido não reflete a realidade.

Em se tratando da situação socioeconômica dos alunos, foi identificado que a maioria é proveniente de famílias de baixa renda, cujos salários não são sequer suficientes para a provisão de necessidades básicas como a alimentação familiar. Esse fato reflete negativamente nas condições de permanência dos alunos no IFNMG, sobretudo daqueles oriundos de outros municípios, pelo alto custo da permanência escolar destes, que é inclusive superior ao custo de muitas faculdades privadas. Assim sendo, o recebimento dos auxílios do Programa de Assistência e Apoio da Política de Assistência Estudantil, representam para muitos, a única possibilidade de permanecer estudando no IFNMG, ainda que, haja a necessidade de complementar o valor dos auxílios recebidos.

Em um contexto de escassos recursos, nem todos os alunos vulneráveis são contemplados pela Política de Assistência Estudantil, e aqueles que são não têm suas necessidades básicas satisfeitas na íntegra – o que confirma a hipótese inicial desta pesquisa. Por conseguinte, os alunos buscam outras estratégias para a garantia da permanência, seja a ajuda de familiares, a intensificação da jornada de trabalho dos pais, a procura de um emprego pelos próprios alunos ou inserção em projetos de pesquisa, dentre outras.

Além da necessidade de complementação do valor dos auxílios, os alunos e seus respectivos familiares convivem com a incerteza sobre a contemplação, pois, mesmo com a prerrogativa de renovação "automática" a partir do ano corrente, há todo um processo burocrático para a continuidade do recebimento dos auxílios até a conclusão dos estudos. Outros problemas vivenciados pelos alunos após serem contemplados, são a demora para o recebimento dos auxílios e a falta de regularidade nos pagamentos, justificados respectivamente pelo decurso do processo de seleção e a não previsibilidade de liberação orçamentária pelo MEC.

Nesse sentido, verificou-se que a permanência é caracterizada pela insuficiência, incerteza e insegurança. Tais questões preocupam os alunos, marcando assim o processo educativo, e podendo inclusive interferir nos seus estudos. Porém, apesar desses desafios a serem enfrentados pela Política de Assistência Estudantil, os auxílios disponibilizados são de extrema importância – pois a maioria dos alunos sequer vislumbraria possibilidades de

estudar no IFNMG sem o recebimento destes – o que se configura como a maior contribuição da Política de Assistência Estudantil.

Há que se ressaltar, no entanto, que, para um público ainda mais vulnerável, sequer o ingresso é possível, considerando que muitos não têm a quem recorrer. Logo, não há possibilidade de complementação de valores, bem como de esperar quatro meses para usufruir do benefício da permanência. Diante desse cenário e levando em consideração, que, por um lado, o número de alunos oriundos das classes populares tem diminuído no *Campus* Almenara, mas que, por outro, o IFNMG é uma instituição bem conceituada e vislumbrada por muitos, cabem os seguintes questionamentos: Os jovens oriundos desse estrato social não têm ingressado ou não têm permanecido na instituição? E por quais motivos? São questões que merecem ser aprofundadas em outros estudos, com a finalidade de identificar a relação entre esses três fatores: estrato social dos jovens, o não ingresso e a não permanência.

O que se sabe é que a falta de recursos para a operacionalização da Política de Assistência Estudantil e a morosidade do processo tem se constituído como desafios a serem superados. Contudo, sob a ótica neoliberal, ambos os problemas são revestidos pelo discurso da má gerência, da má distribuição de auxílios pela instituição executora. No entanto, ao focalizar ações a um grupo já focalizado por uma política compensatória, o Estado se exime da responsabilidade de provisão de necessidades da coletividade vulnerável. É a lógica de excluir para incluir.

O que falta à Política de Assistência Estudantil é que se constitua como prioridade governamental, pois a falta de recursos financeiros e humanos para a sua operacionalização viola o direito dos alunos à permanência. Ainda que se constitua como política de permanência direcionada aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o Programa de Assistência e Apoio, e, assim, a Política de Assistência Estudantil, é utilizado pelo Estado para atingir minimamente parcela ainda mais seleta dessa população.

Um ponto muito positivo é que o IFNMG possui uma equipe multidisciplinar que atua com a Política de Assistência Estudantil, mas a quantidade de profissionais é insuficiente para atender os alunos, sobretudo em se tratando da demanda por auxílios. O IFNMG também não conta com um setor autônomo exclusivo que represente as causas estudantis, assim como nas universidades que dispõem de pró-reitorias específicas. E isso implica muitas vezes em não representatividade das demandas estudantis, considerando as várias finalidades do órgão gestor da política.

A Política de Assistência Estudantil não se pode limitar à mera concessão de auxílios. Faz-se necessário apreender o contexto social em que vivem os alunos, conhecer suas

opiniões, estabelecer vínculo com eles e realizar um acompanhamento sistemático. Além disso, os atores sociais diretamente envolvidos em uma política pública, ou seja, os profissionais e os alunos, devem participar da sua gestão, para que, de fato, ela atenda aos interesses coletivos e garanta direitos sociais. Direitos estes que devem ser reafirmados e disseminados, em oposição à concepção de "ajuda", marca histórica ainda associada à Política de Assistência Estudantil, sobretudo pelos seus destinatários, e que precisa ser rechaçada.

Por meio do que foi exposto, acredita-se que esta pesquisa poderá contribuir para a ciência por: desvelar as condições em que a permanência dos estudantes é (des)assegurada por meio da Política de Assistência Estudantil, e, portanto, as dificuldades apresentadas para a permanência, mesmo após serem contemplados por meio de um programa voltado à "permanência"; por identificar que a lógica orçamentária tem sobressaído em detrimento da garantia de direitos, e assim, a concepção de "ajuda" ainda é marca presente da assistência aos estudantes; por demonstrar que, apesar das dificuldades do processo de operacionalização da política em questão, é preciso atentar para questões estruturais; por evidenciar que os estudantes não participam do processo de decisão, e, ainda que se disponha de recursos suficientes, pode-se incorrer no erro de não atender suas demandas. Nesse sentido, esta pesquisa poderá colaborar para repensar ações, redefinir a lógica de repasse de recursos a partir de critérios, sobretudo qualitativos, e poderá servir de parâmetro para outras instituições repensarem suas Políticas de Assistência Estudantil.

Apesar de não se constituir como pretensão deste trabalho esgotar a discussão sobre a Política de Assistência Estudantil, pode-se concluir que a referida Política se constitui como um mecanismo importante de garantia de direitos, de redução de desigualdades sociais e educacionais, que, porém, não garante, por si só,a permanência dos alunos.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALVES, Jolinda de Moraes. A Assistência Estudantil no âmbito da Política de Educação Superior Pública. **Serviço Social em Revista**. Londrina, v. 5, n. 1, jul/dez. 2002. Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Disponível em:<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/cv5n1.htm>. Acesso em: 01 jul. 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ed.rev. e ampl. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias Estudantis:** da Fundação da UNE aos dias atuais. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Ret, Augusto Pinheiro. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete.**Política social:** fundamentos e história. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil:** um direito entre originalidade e conservadorismo. Brasília: Ivanete Boschetti, 2001.

BRASIL. **Decreto n.º 7.566, de 23 de Setembro de 1909.** Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-norma-pe.html>. Acesso em: 25 ago. 2015.

_____. **Lei n.º 19.851**, de 11 de Abril de 1931 que versa sobre o Estatuto das Universidades Brasileiras. 1931. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=40255>. Acesso em: 12 abr. 2014.

_____.**Constituição Brasileira (1934)**. Disponível em: em:<http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1765/constituicao_1934_texto.pdf?sequence=4 >. Acesso em: 12 abr. 2014.

_____.**Constituição Brasileira (1937)**. Disponível em:<http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1765/constituicao_1937_texto.pdf?sequence=4 >. Acesso em: 12 abr. 2014.

_____. **Decreto Lei n.º 399 de 30 de Abril de 1938**. Aprova o regulamento para execução da lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=12746>. Acesso em: 25 ago. 2015.

_____. **Constituição Brasileira (1946a).** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 22 jun. 2014.

_____. Decreto-lei n.º 9.613 de 20 de agosto de 1946b. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9613.htm>. Acesso em: 10 de mai. 2015.

_____. **Lei n.° 4.024,** de 20 de Dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-pl.html>. Acesso em: 22 jun. 2014.

_____. **Decreto n.º 57.870 de 25 de fevereiro de 1966**, que institui o Programa de Bolsas de Estudos para trabalhadores sindicalizados e seus dependentes. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-57870-25-fevereiro-1966-398491-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 ago. 2015.

_____. **Constituição Brasileira (1967)**. Disponível em:<http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1765/constituicao_1967_texto.pdf?sequence=4 >.Acesso em 12 abr. 2014.

_____. **Decreto n.º 63.177, de 27 de agosto de 1968**, que dispõe sobre o Programa Especial de Bolsas de Estudos para trabalhadores sindicalizados e seus dependentes. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63177-27-agosto-1968-404472-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 ago. 2015.

_____.**Lei n.º 5.692**, de 11 de Agosto de 1971.Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/L5692 71.htm>. Acesso em: 12 abr. 2014.

_____. **Decreto n.º 69.927 de13 de janeiro de 1972**, que institui em caráter nacional, o Programa "Bolsa de Trabalho". Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69927-13-janeiro-1972-418292-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 ago. 2015.

_____. **Constituição Federal(1988)**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 32/2001 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2001.

_____. **Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990**, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. atualizado em 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 12 jun. 2015.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 (LDB). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2014.

_____. Câmara dos Deputados. **Lei n.º 10.172 de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 02 jun. 2014.

_____. **Decreto n.º 5.154,** de 23 de julho de 2004a. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 25 ago. 2015.

_____. Política Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004b. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/pnas-2004-e...08.../download>. Acesso em: 12 abr. 2014.

_____. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas.** Brasília, DF: MEC, 2007a. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/>. Acesso em 10 de junho de 2014.

_____. **Decreto n.º 6096/2007 de 24 de Abril de 2007b**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm> Acesso em: 14/01/2014.

_____.**Lei n.º 11.892**, de 29 de Dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em 17 jan. 2014.

_____. **Decreto n.º 7.234**, de 19 de julho de 2010.Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 04 abr. 2013.

CAMPELLO, Ana Margarida. "Cefetização" das Escolas Técnicas Federais-Projetos em disputa, nos anos 1970 e nos anos 1990. **Revista Educação & Tecnologia**. v. 12, n. 1, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/92/94>. Acesso em: 11 fev. 2014.

CASTEL. Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução Iraci D. Poleti. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CHRISTÓFARO, Alice da Conceição; JÚNIOR, Laerthe de Morais Abreu. A relação entre estudantes e pobreza na Caixa do Estudante Pobre Edelweiss Barcellos da Universidade de Minas Gerais (1932-1935). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 29, n. 04, dez. de 2013, p. 119-148.

CHRISTÓFARO, Alice C. As ações de associativismo estudantil para assistência ao estudante pobre na Universidade de Minas Gerais (1912-1936). **Congresso brasileiro de história da educação,** 2013, Cuiabá/MT. Anais... Cuiabá: Sociedade Brasileira de História da

Educação, 2013. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/AS%20ACOES%20DE%20ASSOCIATIVISMO%20ESTUDANTIL%20PARA%20ASSISTENCIA.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2014.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação profissional no Brasil: Dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27- 41, jan./jun.2011. Disponível em: <http://esforce.org.br/index.php/semestral/article/viewFile/45/42> . Acesso em: 08 jul. 2013.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da.**História do internato:** ensino agrícola federal (1934-1967). **Revista de História**, v. 2, n. 1 (2010), p. 80-99. Disponível em: <http://www.revistahistoria.ufba.br/#top>. Acesso em: 20 ago. 2015.

COSTA, Gilvan Luiz Machado. O ensino médio no Brasil: desafios à matrícula e ao trabalho docente. **Rev. Bras. Est. Pedag**., Brasília, v. 92, n. 236, p. 185-210, jan./abr. 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política:** a dualidade de poderes e outros ensaios. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: FLASCO, 2005a.

CUNHA. Luiz Antônio. O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: FLASCO, 2005b.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica**. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, jan./abr. 2005, p. 11- 32. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742005000100002&script=sci_arttext> . Acesso em: 20 ago. 2015.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). **Dados sobre salário mínimo**. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 23 mar. 2015.

DOURADO, Luiz Fernandes. A Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90.**Revista Educ. Soc.,** Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 234-252. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931>. Acesso em: 12 mai. 2014.

ESCOREL, Sarah. **Elemento para análise da configuração do padrão brasileiro de proteção social:** O Brasil tem um WelfareState? Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, ENSP, 1993. (Série Estudos n.1, Política, planejamento e gestão em saúde).

EVANGELISTA, Alessandra Rocha. Programa Bolsa Manutenção da Fundação Universitária Mendes Pimentel/ Universidade Federal de Minas Gerais: Avaliação de Resultados. **III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais:** expressões socioculturais da crise do capital e as implicações para a garantia dos direitos sociais e para o Serviço Social. CRESS, Junho de 2013. Disponível em: http://www.cress-mg.org.br/hotsite/1/paginas/home.php?pg=5. Acesso em: 23 ago. 2015.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991 (Primeiros Passos).

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista**. 8 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2000.

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). **Dez Encontros.** Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1993. Disponível em: <http://www.prace.ufop.br/index.php/publicacoes>. Acesso em: 12 jan. 2014.

_____. Plano Nacional de Assistência Estudantil. Aprovado pela ANDIFES. 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs). **Ensino médio integrado:** concepção e contradições. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GADOTTI, Moacir. **Marx:** transformar o mundo. São Paulo: FTD, 1989.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILLI, Pablo (org.)."**Escola S.A** 1996. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar?q=Neoliberalismo%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o: %20Manual%20do%20usu%C3%A1rio%20Escola%20S.A>.Acesso em: 05 abr.2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**.6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GRACINDO, Regina Vinhaes. PNE e PDE: aproximações possíveis. In: DOURADO, Luis Fernandes (org.); OLIVEIRA, Dalila Andrade et al. **Políticas e gestão da Educação no Brasil:** novos marcos regulatórios. São Paulo: Xamã, 2008.

GUERRA, Yolanda. et al. Elementos para o debate contemporâneo da "Questão Social": a importância de seus fundamentos. **R. Pol. Públ**., v. 11, n. 2, p. 237-255, jul/dez. 2007.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS (IFNMG). **Localização do IFNMG**. Publicado no sitio institucional em 24/09/2009. Disponível em: <http://www.ifnmg.edu.br/orgaos-consultivos/cispcctae/o-cis-pcctae/17-portal/institucional/2-localizacao>. Acesso em: 16 jul. 2015.

_____.**Plano de Definição da Política de Assistência Estudantil**. Aprovado pela Resolução n.º 29/2011, do Conselho Superior, de 25 de fevereiro de 2011. 2011a.

_____. Resolução CS n.º 16, de 19 de novembro de 2010. **Regimento Geral do IFNMG**. Publicado em 2011b. Disponível em: <http://www.ifnmg.edu.br/documentosinstitucionais/regulamentos>. Acesso em: 28 jul. 2015.

_____. **Regulamento da Política de Assistência Estudantil.** Aprovado pela Resolução 33/2012 do Conselho Superior de 03 de Agosto de 2012. 2012a. Disponível em:

http://www.ifnmg.edu.br/index.php/legislacao-assistencia-estudantil. Acesso em 17 dez. 2012.

_____. **Relatório de Gestão do Exercício de 2011**. Publicado em 2012b. Disponível em: <http://www.ifnmg.edu.br/acessoainformacao/auditorias>. Acesso em: 31 mar. 2015.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional(PDI 2014-2018)**, Publicado em 2013a. Disponível em:<http://www.ifnmg.edu.br/index.php/documentosinstitucionais/regulamentos.>. Acesso em: 21 jan. 2014.

_____. **Relatório de Gestão do Exercício de 2012**. Publicado em 2013b. Disponível em: <http://www.ifnmg.edu.br/acessoainformacao/auditorias>. Acesso em: 31 mar. 2015.

_____. **Regimento Interno dos campi**. Aprovado pela Resolução n.º 24/2013, de 31 de outubro de 2013 do Conselho Superior. 2013c. Disponível em: <http://documento.ifnmg.edu.br/action.php?kt_path_info=ktcore.actions.document.view&fDocumentId=6582>. Acesso em: 25 ago. 2015.

_____. **Relatório de Gestão do Exercício de 2013**. Publicado em 2014. Disponível em: <http://www.ifnmg.edu.br/acessoainformacao/auditorias>. Acesso em: 31 mar. 2015.

_____. **Relatório de Gestão do Exercício de 2014**. Publicado em 2015a.

_____. **Edital n.º 003/2015**, de 13 de março de 2015, que dispõe sobre o primeiro processo de seleção, destinado a ocupação de vagas do Regime de Moradia Semirresidencial, pelos alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFNMG – Campus Almenara. 2015b. Disponível em: <http://www.ifnmg.edu.br/assistencia-estudantil-almenara/editais/2015> Acesso em 25 de agosto de 2015.

KAWAMURA, Lili K. Ciência, Tecnologia e Educação nos 100 anos de República. **Pro-Posições**, Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação. vol. 1(2), julho de 1990. UNICAMP. Editora Cortez. p. 36-48.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da Política de Assistência Estudantil e o desafio na garantia de direitos.** (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Faculdade de Serviço Social, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://www.academicoo.com/artigo/os-descaminhos-da-politica-de-assistencia-estudantil-e-o-desafio-na-garantia-de-direitos>. Acesso em: 23 jul. 2014.

LEITE, Janete Luzia. **Política de Assistência Estudantil**: direito da carência ou carência de direitos? In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP). Universidade Federal do Maranhão, 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DE_EDUCACAO/POLITICA_DE_ASSISTENCIA_ESTUDANTIL_DIREITO_DA_CARENCIA_OU_CARENCIA_DE_DIREITOS.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, Maria Cristina; OMOTE, Maria Amelia Almeida Sadao (orgs.). **Colóquios sobre pesquisa em educação especial**. Londrine: Eduel, 2003. p. 11-25.

Marx, K; Engels, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução: Editorial Avante, Lisboa, 1997. Disponível em: <http://www.pcp.pt/publica/edicoes/25501144/manifes.pdf>. Acesso em 22 ago. 2014.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro-São Paulo: ABRASCO-HUCITEC, 1992.

MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Articulação entre primário e secundário na era Vargas: crítica do papel do estado. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.3, p. 449-463, set./dez. 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Planejamento Setorial:** projetos prioritários 1970-1973. 1970. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000662.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2014.

MIRANDA, Mônica Liz. **De "Albergue de doentes" à hospital moderno**: estudo do processo de estruturação da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte (1899-1916). Belo Horizonte: UFMG, 1996.

MONTANO, Carlos. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc**., São Paulo, n. 110, abr./jun., 2012, p. 270-287.

MOURA, Dante Henrique. Ensino Médio e Educação Profissional: dualidade histórica e possibilidade de integração. In: MOLL, Jaqueline (org). **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo.** Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 58-79.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 1993.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Revista em Pauta**. n.19, Rio de Janeiro: UERJ, 2007. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/190/213>. Acesso em: 10 jun. 2014.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed.ver.eamp. Petrópolis: Vozes, 2010.

PAIVA, Vanilda. Um Século de Educação Republicana. In: **Pro-Posições,** Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação. vol. 1(2), julho de 1990. UNICAMP. Editora Cortez. p. 7-18.

PEREIRA, PotyaraAmazoneida. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et. al. **Política Social no capitalismo:** tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

_____.Potyara A. P. **Política Social**: temas & questões. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vwc8g>. Acesso em 12 jul. 2014.

PINTO, Jefferson de Almeida. Francisco Mendes Pimentel: o intelectual, a política e as idéias jurídicas. **XIV Encontro Regional da ANPUH –Rio**: Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, 2010. UNIRIO.

PORTES, Écio Antônio. **Trajetórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre da UFMG:** um estudo a partir de cinco casos (Tese de Doutorado). UFMG, 2001. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-84NQZ9>. Acesso em: 23 jul. 2014.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil** (1930-1973).8 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1987.

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Chamada pública MEC/SETEC n.º 001/2007. **Chamada pública de propostas para apoio ao plano de expansão da rede federal de educação tecnológica** – fase II. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital_chamadapublica.pdf.> Acesso em: 10 mai. 2015.

_____. **Matriz Orçamentária CONIF-SETEC 2013**. Aprovada em 27 de junho de 2012 pelo CONIF.

SILVEIRA, Míriam Moreira da.**A Assistência Estudantil no Ensino Superior**: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras(Dissertação de Mestrado). PUC, Pelotas. 2012. Disponível em:<antares.ucpel.tche.br/.../2012/Disserta %E7%E3o_MiriamSilveira.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2014.

SOUZA, Marco Antônio de. As estratégias da pedagogia do assistencialismo em Belo Horizonte, 1930-1990: educação e caridade. (Tese de Doutorado). Belo Horizonte: UFMG, 2001.

SPOSATI, Aldaíza. Prefácio. In: YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e Assistência Social.**7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão de análise. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

UNESCO. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Senado Federal, 2001. 186 p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001324/132452porb.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2014.

UNICEF. **10 desafios do ensino médio no Brasil**: para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos. Coordenação Mário Volpi, Maria de Salete Silva e Júlia Ribeiro. Brasília, DF: UNICEF, 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. Sistema de Proteção Social Brasileiro: modelos, dilemas e desafios.**Seminário Internacional do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social.** Brasília, DF. 8 a 10 de novembro de 2010.

_____. Maria Carmelita. **Estado e Políticas Sociais.** 2013. Disponível em: <http://sosservicosocial.com.br/s/wp-content/uploads/2013/05/Yazbek-Maria-Carmelita.-Estado-e-pol%C3%ADticas-sociais.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2014.

ANEXO

ANEXO A – CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A ELABORAÇÃO DA MATRIZ ORÇAMENTÁRIA DE 2013, REFERENTE À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

- Dados calculados para Assistência Estudantil:

- **Assistência Estudantil Presencial**

Total Geral = (Total 2011.2 + Total 2012.1) / 2
Onde:
Total Geral = Média das Matrículas presenciais do campus dos períodos analisados.
Total 2011.2 = Soma das Matrículas presenciais do segundo semestre de 2011
Total 2012.1 = Soma das Matrículas presenciais do primeiro semestre de 2012

IDH Ponderado = IDH do município * Total Geral

Fator de Potencialização do IDH = (IDH do município – IDH ponderado médio) * (IDH maior / IDH menor)
Onde:
IDH Ponderado Médio = Média dos IDH ponderados dos municípios

Recurso a ser disponibilizado por Aluno = Valor Médio por Aluno – (Fator de potencialização do IDH * Valor Médio por Aluno)
Onde:
Valor Médio por Aluno = Recurso total da Assistência Presencial / Total Geral de Matrículas da Rede

Recurso a ser disponibilizado por campus = Recurso a ser disponibilizado por aluno * Total Geral do campus

- **Assistência Estudantil RIP**

Recurso a ser disponibilizado por campus = (Quantidade Média de Alunos RIP / Total de Alunos da Rede) * Total de Recurso disponibilizado para RIP

- **Assistência Estudantil EaD**

Recurso a ser disponibilizado por campus = (Quantidade Média de Alunos EaD / Total de Alunos da Rede) * Total de Recurso disponibilizado para EaD

Total Geral EaD = Média de Matrículas Totais EaD dos períodos de 2011.2 e 2012.1
Total de Matrículas EaD 2011.2 = Soma das Matrículas EaD de todos os ciclos do campus do segundo semestre de 2011
Total de Matrículas EaD 2012.1 = Soma das Matrículas EaD de todos os ciclos do campus do primeiro semestre de 2012

Fração EaD = Total Geral EaD de cada Campus / Soma dos Totais Gerais EaD de todos os Campi da Rede

Distribuição por Fração = Fração EaD * 70% do recurso total da EaD

Distribuição Linear = 30% do recurso total da EaD / 40
Onde:
40 = número de instituições que compõem a Rede EPT (38 institutos + 2 CEFETs)

- Assistência Estudantil

Como já foi descrito no tópico 1 deste documento, o valor da assistência estudantil tradicional (presencial e EaD) para 2013 foi calculado atualizado o valor de 2012 através do índice de reajuste determinado pela SETEC de 27%, totalizando um montante de R$ 209.550.000,00. Este valor final encontrado foi dividido proporcionalmente entre as categorias presencial e EaD. O valor distribuído para cada aluno foi inversamente proporcional ao IDH do município onde está localizado o Campus. Os alunos presenciais foram considerados com peso 1 e os alunos EaD com peso 0,25, pois o custo da assistência estudantil no EAD é menor.

Para a assistência estudantil não foram consideradas equalizações ou ponderações, mas sim indivíduos. E os cálculos da Assistência não incluíram os alunos de cursos FIC.

O valor da assistência estudantil RIP para 2013 foi calculado atualizando o valor de 2012 através do índice de correção de preços proposta pela SETEC de 5,08% (em substituição ao IPCA), totalizando o montante de R$ 37.827.490,00.

Portanto, o valor total da Assistência Estudantil para toda a Rede EPT foi de R$ 247.377.490,00.

Fonte: Documento não disponível publicamente. Para esse estudo, foi acessado junto à Pró-Reitoria de Extensão do IFNMG.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Fale sobre você, suas origens e de sua família.
2. Relate o momento em que soube da sua aprovação no IFNMG.
3. Você encontrou dificuldade para arcar com os custos decorrentes do ingresso no IFNMG? Se positivo, como fez para resolver tal problema?
4. Com qual(is) auxílio(s) você foi contemplado?
5. O valor dos auxílios recebidos era suficiente para arcar com os custos provenientes do ingresso no IFNMG?
6. O que o(s) auxílio(s) recebido(s) representou(aram) para você?
7. Você sabe de alguém que desistiu dos estudos no *Campus* Almenara em decorrência da falta de condições financeiras para arcar com os custos de sua permanência? Se positivo, a desistência ocorreu antes ou depois do ingresso? Relate esse fato.
8. Se você não fosse contemplado por meio da Política de Assistência Estudantil, você teria condições de permanecer estudando no IFNMG?
9. Você já teve preocupações com relação à manutenção dos seus estudos no IFNMG? Se positivo, com o que estava relacionada sua(s) preocupação(ões)?
10. Qual a sua opinião a respeito da Política de Assistência Estudantil? Você acredita que deveria ocorrer mudanças ou não?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Este documento procura dar a você informações e pedir sua participação na pesquisa intitulada "O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA E APOIO AOS ALUNOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA DO IFNMG – *CAMPUS* ALMENARA: um estudo sobre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio", a ser conduzida pela mestranda Bruna Tatianne Moura de Queirós. A pesquisa faz parte do Mestrado em Gestão de Instituições Educacionais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) de Diamantina.

Sua participação não é obrigatória. E caso queira participar, a qualquer momento você pode desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa ou participação não trará prejuízos ou benefícios relacionados ao recebimento de auxílios de Assistência Estudantil.

O objetivo deste estudo é identificar, de que forma a permanência dos alunos da educação profissional técnica de nível médio é assegurada pelo referido Programa, com o objetivo de identificar os desafios e as contribuições deste para a permanência dos alunos do IFNMG – *Campus* Almenara. E, para tanto, será realizada entrevista com duração aproximada de trinta minutos, que será gravada.

Esta pesquisa não oferece qualquer risco para a sua relação social, escolar, familiar ou sua segurança, bem como não apresenta riscos à sua integridade física, pois não será realizado nenhum tipo de procedimento invasivo e nem procedimento de avaliação ou tratamento. Contudo, casa haja algum dano decorrente da pesquisa você terá direito á indenização. E caso ocorra qualquer tipo de problema você poderá procurar pela pesquisadora, por telefone ou email.

Os únicos riscos possíveis estão relacionados à possibilidade de lhe ser direcionada alguma pergunta inoportuna, e que, portanto, possa gerar-lhe algum constrangimento, ou à exposição de informações prestadas. Mas, no intuito de minimizar esses riscos, é assegurado a você o direito de recusar-se a responder qualquer questão que não se sinta à vontade, bem como será designado um local apropriado para que responda individualmente à entrevista sem receios, e de forma a resguardar a sua identidade e a privacidade. Cabe ressaltar ainda que, em momento nenhum haverá sua identificação no trabalho realizado ou em quaisquer outros que venham a ser publicados.

Como benefício, esta pesquisa poderá contribuir para uma nova configuração da Política de Assistência Estudantil desenvolvida pelo IFNMG, com a implementação de novas ações ou alteração das já existentes, de forma mais adequada às necessidades dos alunos.

Esclareço que as informações prestadas serão confidenciais e asseguro o sigilo sobre sua participação, e que o seu nome será preservado quando os dados forem divulgados em eventos científicos, periódicos, etc. A sua participação será voluntária, não havendo remuneração para tal. Também não há previsão de despesas para a sua participação neste trabalho, mas caso haja alguma despesa, haverá o ressarcimento por parte da pesquisadora. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o *e-mail* da pesquisadora, podendo tirar dúvidas sobre a pesquisa e sobre a sua participação.

Declaro que entendi os objetivos, a forma de minha participação, riscos e benefícios da pesquisa, e aceito o convite para participar. Autorizo a publicação dos resultados da pesquisa com a garantia do anonimato e o sigilo referente à minha participação.

Almenara, ____, de _____ de 2015.

Assinatura do participante: _____

Nome da Pesquisadora: Bruna Tatianne Moura de Queirós
E-mail: brunatatianne@yahoo.com.br